

UNIVERSIDADE DO MINHO
Departamento de História
Instituto de Ciências Sociais – Pólo de Guimarães
Património e Turismo

**O PATRIMÓNIO E O TURISMO:
CIDADE DE LAMEGO**

Isabel Cristina Pereira Vieira

**Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Património e Turismo
Orientada pelo Prof. Doutor Francisco Sande Lemos**

Braga, Novembro de 2006

Agradecimentos

Devo este trabalho ao apoio e contributo de numerosas pessoas e entidades que me auxiliaram em diferentes tarefas e fases de investigação, assim, agradeço:

Ao Professor Doutor Francisco Sande Lemos, pelo incentivo e apoio manifestado, pelo acompanhamento realizado ao longo de todo o trabalho, pelas sugestões críticas que permitiram melhorar as versões anteriores e, principalmente, por me ter ajudado a crescer no domínio científico e pessoal.

Ao Director da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, Dr. Álvaro Bonito, pelo apoio e compreensão.

A todos os gestores dos monumentos que, amavelmente, responderam ao questionário, tornando assim possível a realização empírica.

Ao Zé Luís, professor da disciplina de Informática na Escola Profissional Agrícola do Rodo, pelo enorme apoio que prestou na formatação do presente trabalho, e pela paciência que teve para comigo.

Às minhas queridas amigas, Ana Paula Rodrigues, Didiana Branco e Lúcia Santos, pelas sugestões e apoio dado.

Ao meu pai, um agradecimento muito especial, pela preciosa ajuda, estímulo e encorajamento. À minha mãe, aos meus irmãos e sobrinhos pelo auxílio, apoio e carinho concedidos ao longo de todo este penoso, mas, enriquecedor processo.

Ao Sebastião pela compreensão e suporte incondicional, nos melhores e piores momentos.

RESUMO

O aumento constante da procura turística tem dado origem a que, cada vez mais, os recursos patrimoniais sejam transformados em recursos turísticos. Assistimos, por isso, hoje em dia e um pouco por todo o mundo, a um aumento da oferta do produto cultural e patrimonial. Esta evolução justifica que os locais que possuem recursos patrimoniais tenham de se preocupar com o modo como a gestão é realizada.

A tendência actual da gestão do património vai no sentido de uma colaboração, cada vez mais estreita, entre as áreas do Património e o Turismo, com o objectivo de delinear estratégias conjuntas.

Através da investigação bibliográfica, tivemos oportunidade de verificar que existem vários estudos sobre o património, em geral, mas são escassos os que se referem ao património arquitectónico e sua relação com os visitantes, principalmente, no caso de Portugal.

O estudo que aqui se apresenta, **“O Património e o Turismo: Cidade de Lamego”**, pretendeu compreender a gestão do património e a sua relação com os visitantes. Com este objectivo, elaborou-se um questionário que foi aplicado aos visitantes, num total de 234 indivíduos, durante os meses de Outubro e Novembro de 2005. Aplicou-se, também, um questionário, já validado, aos gestores do seguinte património: Sé Catedral, Igreja de Almacave, Santuário da Nossa Senhora dos Remédios, Castelo, Museu, e Capela de São Pedro Balsemão.

Através do cruzamento dos dados recolhidos nos dois questionários, foi possível inferir que a relação existente entre quem gere o património e os seus visitantes é, ainda, deficiente ou muito deficiente. A maior falha apontada pelos visitantes, tendo em conta os problemas ligados à gestão, prende-se com a falta de interpretação dos monumentos.

Os resultados deste estudo, bem como as propostas e sugestões elaboradas, poderão ser úteis para as instituições responsáveis pela preservação e valorização do património, na medida em que chamam a atenção dos seus gestores para os problemas que existem, apontando caminhos, que poderão eventualmente contribuir para a resolução de alguns desses problemas.

Palavras-chave: Património, Turismo, Gestão Patrimonial, Procura Turística

ABSTRACT

The constant increase in demand in tourism has meant that heritage resources are increasingly becoming tourism resources. For this reason we are witnessing today and around the world, an increase in the supply of the cultural and heritage products. This evolution justifies the fact that locations which possess heritage resources must worry about how they are managed.

The current trend in managing heritage is towards a closer collaboration between heritage and tourism so as to follow a unified strategy.

Through bibliographic research, we were able to determine that there are various studies on heritage in general. However there were very few which refer to architectural heritage and its relationship to visitors, especially in the case of Portugal.

This study, **“O Património e o Turismo: Cidade de Lamego” [Heritage and Tourism : City of Lamego]**, aims to understand the management of heritage and its relation with visitors. To this end a questionnaire was created and answered by 234 visitors during the months of October and November, 2005. Another previously validated questionnaire was also answered by managers of the following heritage sites: Sé Catedral, Igreja de Almacave, Santuário da Nossa Senhora dos Remédios, Castelo, Museu, e Capela de São Pedro Balsemão [the Cathedral, the Almacave Church, the Our Lady of the Remedies Sanctuary, the Castle, the Museum and the São Pedro Balsemão Chapel].

By crossing the data collected in both questionnaires, it was possible to infer that the relationship between those who manage heritage sites and their visitors is still either poor or very poor. The greatest failure visitors pointed out, considering problems connected to management, was the lack of information about the monuments.

The results of this study, as well as the proposals and suggestions set forth, may be useful for institutions which are responsible for the preservation and valorization of heritage insofar as they raise managers' awareness of existing problems, indicating paths which may contribute towards resolving some of those problems.

Key words: Heritage, Tourism, Heritage Management, Tourism Demand.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS..... ii

RESUMO iii

INTRODUÇÃO 13

1. PATRIMÓNIO E TURISMO..... 17

1.1. O PATRIMÓNIO 17

1.2. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO 17

1.3. A HISTÓRIA DO CONCEITO EM PORTUGAL 22

1.4. TURISMO CULTURAL E PATRIMONIAL..... 26

1.4.1. Definições..... 26

1.4.2. O turismo e as Motivações Culturais..... 27

1.4.3. Tipologias de Recursos Culturais 29

1.5. A GESTÃO DO PATRIMÓNIO E O TURISMO 31

1.6. A GESTÃO E O PLANEAMENTO 31

2. O POTENCIAL TURÍSTICO - A OFERTA E A PROCURA 43

2.1. O POTENCIAL TURÍSTICO 43

2.1.1. Análise do estudo “Turismo no Vale do Douro” 43

2.1.2. Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (API 2004) 50

2.1.3. Potencial Turístico Cidade de Lamego 53

2.2. CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA E DA PROCURA NA REGIÃO DE TURISMO DOURO SUL..... 56

2.2.1. A Região de Turismo Douro Sul (RTDS) 56

2.2.2. Oferta Turística – Alojamento na RTDS 56

2.3. PROCURA TURÍSTICA NA RTDS 62

2.3.1. Análise das Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual 2000/04 Portugal: Norte, Douro e Lamego..... 63

2.3.2. Análise dos visitantes que procuraram o Posto de Turismo entre o ano de 2000 até 2005..... 70

3. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO E DOS MONUMENTOS 75

3.1. ORIGEM DE LAMEGO..... 75

3.1.1. Localização..... 78

3.1.2. Caracterização da População 82

3.1.3. Tecido económico do concelho de Lamego..... 84

3.2. DESCRIÇÃO DOS MONUMENTOS EM ESTUDO..... 86

3.2.1. Santuário da Nossa Senhora dos Remédios 86

3.2.2. Igreja de Santa Maria de Almacave 91

3.2.3. O Castelo de Lamego 96

3.2.4. A Sé de Lamego 101

3.2.5. O Museu de Lamego..... 107

3.2.6. São Pedro de Balsemão 110

4. INTERFACE PATRIMÓNIO TURISMO	112
4.1. A VISÃO DOS VISITANTES FACE À GESTÃO DOS MONUMENTOS	112
4.1.1. Processo de recolha de dados	112
4.1.2. Perfil dos visitantes.....	113
4.1.3. Motivações	117
4.1.4. Estado de conservação.....	119
4.1.5. Gestão no exterior e interior (pensada para os visitantes).	121
4.1.6. Acolhimento	129
4.1.7. A interpretação	133
4.1.8. Classificação global da visita.....	134
4.2. A VISÃO DOS GESTORES (ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS)	135
4.2.1. Análise quantitativa	136
4.2.2. Análise Qualitativa	139
5. PROPOSTAS E SUGESTÕES	144
5.1. ANÁLISE DA ENVOLVENTE E PROPOSTAS E SUGESTÕES (MONUMENTOS)	144
5.2. ANÁLISE DA ENVOLVENTE E PROPOSTAS E SUGESTÕES (LAMEGO).....	158
5.2.1. Sugestões e propostas para a cidade de Lamego	159
5.2.1.1. Proposta de um Plano de Gestão: médio e longo prazo.....	160
5.2.1.2. Uma nova circulação para os visitantes (proposta de curto prazo).....	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
BIBLIOGRAFIA.....	180

ANEXOS

*

* Os anexos desta tese seguem em volume próprio que acompanha este trabalho.

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1.1 - RESUMO DOS ACONTECIMENTOS NO PAÍS E REPERCUSSÕES NA CIDADE DE LAMEGO	23
QUADRO 1.2- CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS CULTURAIS SEGUNDO PRENTICE (1993).....	29
QUADRO 2.1 - RECURSOS TURÍSTICOS DO DOURO	44
QUADRO 2.2 -CARACTERIZAÇÃO DOS SEGMENTOS DE MERCADO.....	45
QUADRO 2.3- FIT ENTRE AS LOCALIZAÇÕES E OS SEGMENTOS DE MERCADO.....	46
QUADRO 2.4 - EIXOS PRIORITÁRIOS POR CIDADE.....	53
QUADRO 2.5 - ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO GLOBAL	53
QUADRO 2.6 - EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS NA RTDS	57
QUADRO 2.7- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CAMAS NA RTDS	58
QUADRO 2.8- Nº DE EST.HOT, TER, MCAT (2005).....	63
QUADRO 2.9 - Nº. DE CAMAS EST.HOT, TER,MCAT (2005).....	63
QUADRO 2.10 - ANÁLISE COMPARATIVA PERCENTUAL (DORMIDAS - 2000/2004)	64
QUADRO 2.11 - ANÁLISE COMPARATIVA PERCENTUAL VARIAÇÃO ANO (DORMIDAS 2000/2004).....	64
QUADRO 2.12 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS DORMIDAS, POR NACIONALIDADE, REGIÃO DO DOURO (2000) ..	65
QUADRO 2.13 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS DORMIDAS, POR NACIONALIDADE, REGIÃO DO DOURO (2001) ..	66
QUADRO 2.14 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS DORMIDAS, POR NACIONALIDADE, REGIÃO DO DOURO (2002) .	67
QUADRO 2.15- ANÁLISE COMPARATIVA DAS DORMIDAS, POR NACIONALIDADE, REGIÃO DO DOURO (2003) ...	67
QUADRO 2.16 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS DORMIDAS, POR NACIONALIDADE, REGIÃO DO DOURO (2004) ..	68
QUADRO 2.17 - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS DORMIDAS, NAS 3 PRINCIPAIS CIDADES DA REGIÃO DO DOURO .	69
QUADRO 3.1 - POPULAÇÃO DO CONCELHO DE LAMEGO (1801 – 2004)	83
QUADRO 3.2 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO	83
QUADRO 3.3 - POPULAÇÃO RESIDENTE, ENTRE 1991 e 2001	84
QUADRO 3.4 - ACTIVIDADES ECO. DOS VÁRIOS SECTORES DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE LAMEGO	85
QUADRO 4.1 - NÚMERO DE INDIVÍDUOS INQUIRIDOS POR MONUMENTO	113
QUADRO 4.2 - SEXO	114
QUADRO 4.3 - IDADE.....	114
QUADRO 4.4 - PROFISSÃO	115
QUADRO 4.5 - HABILITAÇÕES ESCOLARES	115
QUADRO 4.6 - ESTADO CIVIL	116
QUADRO 4.7 - RESIDÊNCIA.....	116
QUADRO 4.8 - ORIGEM DOS VISITANTES NACIONAIS	117
QUADRO 4.9 - MOTIVAÇÃO PARA A VISITA	118
QUADRO 4.10 - ASPECTOS MAIS APRECIADOS NO MONUMENTO.....	119
QUADRO 4.11 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO MONUMENTO: ASPECTO EXTERIOR.....	120
QUADRO 4.12 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO MONUMENTO: ASPECTO INTERIOR.....	120
QUADRO 4.13 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO MÓVEL	121
QUADRO 4.14 - ACESSIBILIDADES - TIPO DE ESTRADA	122
QUADRO 4.15 - SINALÉTICA	122
QUADRO 4.16 - ESTACIONAMENTO	123
QUADRO 4.17 - HORÁRIO DE (HORÁRIO DE INVERNO).....	124
QUADRO 4.18 - HORÁRIO DE (HORÁRIO DE VERÃO).....	124
QUADRO 4.19 - ACESSO A DEFICIENTES	125
QUADRO 4.20 - RECEPÇÃO.....	126
QUADRO 4.21 - BILHETEIRA.....	126
QUADRO 4.22 - LIMPEZA.....	127
QUADRO 4.23 - LAVABOS	127
QUADRO 4.24 - TEMPERATURA AMBIENTE	128
QUADRO 4.25 - ILUMINAÇÃO	129
QUADRO 4.26 - ACOLHIMENTO/CAPACIDADES LINGUÍSTICAS.....	129
QUADRO 4.27 - ACOLHIMENTO- CONHECIMENTOS ACERCA DO PATRIMÓNIO	131
QUADRO 4.28 - ACOLHIMENTOS – SIMPATIA	131
QUADRO 4.29 - VISITA GUIADA OU NÃO GUIADA	132
QUADRO 4.30 - VISITA GUIADA	132
QUADRO 4.31 - PRESTAÇÃO DO GUIA	133
QUADRO 4.32 - INFORMAÇÃO DISPONÍVEL.....	133
QUADRO 4.33 - O QUE DEVERIA SER MELHORADO	134
QUADRO 4.34 - CLASSIFICAÇÃO GLOBAL DA VISITA	134

QUADRO 4.35 - ELEMENTOS DE APRESENTAÇÃO	136
QUADRO 4.36 - PERCURSO	136
QUADRO 4.37 - SERVIÇO DE PARQUEAMENTO	137
QUADRO 4.38 - SERVIÇO DE RESTAURAÇÃO/HOTELARIA	137
QUADRO 4.39 - RECURSOS HUMANOS	137
QUADRO 4.40 - OUTROS RECURSOS HUMANOS.....	138
QUADRO 4.41 - VISITAS	139
QUADRO 4.42 - N° DE VISITANTES ANUAIS	139
QUADRO 4.43 - SERVIÇOS PARA VISITANTES.....	140
QUADRO 4.44 - EQUIPAMENTOS E INTERPRETAÇÃO	141
QUADRO 4.45 - EQUIPAMENTOS E INTERPRETAÇÃO: MEIOS NÃO PESSOAIS	141
QUADRO 4.46 - EQUIPAMENTOS E INTERPRETAÇÃO: MEIOS NÃO PESSOAIS	142
QUADRO 4.47 - EXISTÊNCIA DE MATERIAL DE DIFUSÃO/ COMUNICAÇÃO	143
QUADRO 5.1 - ANÁLISE S.O.W.T- SÉ CATEDRAL	144
QUADRO 5.2 - ANÁLISE S.O.W.T- IGREJA DE SANTA MARIA MAIOR DE ALMACAVE	147
QUADRO 5.3 - SANTUÁRIO DA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS (ANÁLISE S.O.W.T)	149
QUADRO 5.4 - CERCA E CASTELO DE LAMEGO (ANÁLISE S.O.W.T)	152
QUADRO 5.5 - MUSEU	155
QUADRO 5.6 - CAPELA DE SÃO PEDRO BALSEMÃO	157
QUADRO 5.7 - CIDADE DE LAMEGO.....	159

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1.1 - TEMPO DO PASSADO AO PRESENTE PERCORRENDO VÁRIAS GERAÇÕES	9
FIGURA 1.2- CONSTRUÇÃO DO PROD. PATRIMONIAL - ADAPTAÇÃO DE LARKHAM AO MODELO DE ASWORTH	21
FIGURA 1.3 - DIVISÃO DOS TURISTAS CULTURAIS PROPOSTA POR SILBERBERG	27
FIGURA 1.4 - PROJECTO DE SERVIÇOS DE UMA ATRACÇÃO PATRIMONIAL	37
FIGURA 1.5 - PLANO DE ZONAGEM CATEDRAL DE LINCOLN	38
FIGURA 1.6 - ORGANOGRAMA DOS MEIOS INTERPRETATIVOS	40
FIGURA 2.1 - DELIMITAÇÃO DA RTDS/VALE DO DOURO	51
FIGURA 2.2 - DIMENSÕES ESTRATÉGICAS	54
FIGURA 2.3 - PROCURA POR NACIONALIDADES EM PORTUGAL (2001)	62
FIGURA 3.1- LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA LUSITÂNIA	75
FIGURA 3.2- DISTRITO DE VISEU	78
FIGURA 3.3- MAPA DO CONCELHO DE LAMEGO	78
FIGURA 3.4 - ACESSOS A LAMEGO	80
FIGURA 3.5 - SISTEMA URBANO, ACESSIBILIDADES POVOAMENTO	82
FIGURA 3.6 - IGREJA N. Sº DOS REMÉDIOS	88
FIGURA 3.7 - ESCADÓRIO CONSTRUÍDO ATÉ À FONTE DO PELICANO	88
FIGURA 3.8 - CONSTRUÇÃO DAS TORRES	88
FIGURA 3.9 - OBRAS CONCLUÍDAS	88
FIGURA 3.10 - OBRAS NO TELHADO (2004)	89
FIGURA 3.11 - ESTADO DO CORO (2003)	90
FIGURA 3.12 - ARRANJOS NO CÔRO (2004)	90
FIGURA 3.13 - ESTADO ACTUAL (2005)	90
FIGURA 3.14 - QUADRO DA D.ANTÓNIA	90
FIGURA 3.15 - SRA SANTÍSSIMA TRINDADE	91
FIGURA 3.16 - PAINEL DE AZULEJOS	91
FIGURA 3.17 - PÍNACULOS DESTRUÍDOS	91
FIGURA 3.18 - FACHADA COM ESCADAS SOTERRADAS	93
FIGURA 3.19 - ENTRADA COM ESCADAS VISÍVEIS	93
FIGURA 3.20 - O NOVO PORTAL	94
FIGURA 3.21 - JANELA SUPRIMIDA	94
FIGURA 3.22 - SANTA MARIA DE ALMACAVE	94
FIGURA 3.23 - AZULEJOS DO SÉCULO XVII DA IGREJA DE ALMACAVE	95
FIGURA 3.24 - CRISTO JANSENISTA	95
FIGURA 3.25 - ALTAR ANTES DO INCÊNDIO DE 1988	95
FIGURA 3.26 - ALTAR A SEGUIR AO INCÊNDIO DE 1988	95
FIGURA 3.27 - ALTAR ESTADO ACTUAL	95
FIGURA 3.28 - PANORÂMICA DO CASTELO	96
FIGURA 3.29 - PORMENOR DA JANELA	98
FIGURA 3.30 - TORRE SINEIRA DO CASTELO E O EDIFÍCIO DA ANTIGA CADEIA	99
FIGURA 3.31 - TORRE COM AS AMEIAS	99
FIGURA 3.32 - ENTRADA E INTERIOR DA CISTERNA	99
FIGURA 3.33 - ESCADA DO CASTELO	100
FIGURA 3.34 - PORTA DO CASTELO	100
FIGURA 3.35 - DECORAÇÃO NO SEU INTERIOR	101
FIGURA 3.36 - ENTRADA DO CASTELO	101
FIGURA 3.37 - CLAUSTROS E PORTÃO DA CAPELA DE SÃO NICOLAU	103
FIGURA 3.38 - PORMENOR DO PÓRTICO CENTRAL	104
FIGURA 3.39 - FRONTARIA SÉ CATEDRAL	104
FIGURA 3.40 - ESBOÇO DA ANTIGA FRONTARIA	104
FIGURA 3.41 - SÉ PASSADO PRESENTE	106
FIGURA 3.42 - PINTURAS DANIFICADAS	106
FIGURA 3.43 - PINTURAS RESTAURADAS	106
FIGURA 3.44 - ALTARES LATERAIS	107
FIGURA 3.45 - CAPELA DE S.NICOLAU	107
FIGURA 3.46 - FACHADA DO PAÇO EPIS. (1908)	107

FIGURA 3.47 - SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA (1918).....	108
FIGURA 3.48 - MUSEU DE LAMEGO	108
FIGURA 3.49 - QUADROS DO POLÍPTICO DA SÉ DE LAMEGO DE VASCO FERNANDES	109
FIGURA 3.50- MAPA LOCALIZAÇÃO	110
FIGURA 3.51 - TÚMULO.....	111
FIGURA 3.52 - O SOLAR E CAPELA	111
FIGURA 3.53 - OBRA DE RECUPERAÇÃO DE PAREDE JUNTO AO ALTAR	111
FIGURA 4.1 - TEXTOS INFORMATIVOS.	142
FIGURA 5.1 - LOCAIS NO BAIRRO DO CASTELO A NECESSITAREM DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA	163
FIGURA 5.2 - ENTRADA NA CIDADE	169
FIGURA 5.3 - CÂMARA MUNICIPAL E ÁREA CIRCUNDANTE.....	170
FIGURA 5.4 - PERCURSO DA CÂMARA ATÉ À P. COMÉRCIO	170
FIGURA 5.5 - ENTRADA NO B. CASTELO.....	170
FIGURA 5.6 - VISTA DO CASTELO	171
FIGURA 5.7 - FACHADAS REVESTIDAS A AZULEJOS PORTUGUESES (ALGUNS EXEMPLOS)	172
FIGURA 5.8 - RUA DA OLARIA	172
FIGURA 5.9 - PORMENOR – JANELA DA CASA DO POÇO (RUA DOS LOUREIROS)	172
FIGURA 5.10 - TEATRO RIBEIRO CONCEIÇÃO	173
FIGURA 5.11 - VISTA A PARTIR DO SANTUÁRIO.....	174

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 2.1 - PERCENTAGEM DE TURISTAS COM MOTIVAÇÕES DOURO, POR PRINCIPAIS ORIGENS.....	49
GRÁFICO 2.2 - PERCENTAGEM DE TURISTAS COM MOTIVAÇÕES VINHO, POR PRINCIPAIS ORIGENS.....	50
GRÁFICO 2.3 - EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS NA REGIÃO DE TURISMO DOURO SUL.....	57
GRÁFICO 2.4 - EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS NA RTDS.....	59
GRÁFICO 2.5- ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS RTDS (2005).....	59
GRÁFICO 2.6- DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE UNIDADES EM FUNÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO (2005).....	60
GRÁFICO 2.7- DISTRIBUIÇÃO DE CAMAS POR CONCELHO (2005).....	61
GRÁFICO 2.8 - EVOLUÇÃO DA PROCURA.....	69
GRÁFICO 2.9 - PERCENTAGEM DE TURISTAS NACIONAIS E ESTRANGEIROS 2000/2004.....	69
GRÁFICO 2.10 - VISITANTES POR NAC. E A EVOLUÇÃO DA PROCURA ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2005.....	71
GRÁFICO 2.11 - VISITANTES ESTRANGEIRO E NACIONAIS (2000/2005).....	72
GRÁFICO 2.12 -TOTAL DE VISITANTES (2000/20005).....	73

LISTA DAS ABREVIATURAS

ATLAS – European Association for Education in Tourism, Leisure and Arts

ADTURN – Associação de Desenvolvimento do Turismo Norte de Portugal

CPADR - Célula de Promotion y Animación del Desarrollo Rural

CML – Câmara Municipal de Lamego

DGMEN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGT – Direcção-Geral do Turismo.

ICOMOS – International Council of Monuments and sites.

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico.

IPPC – Instituto Português do Património Construído (Actual IPPAR).

INE – Instituto Nacional de Estatísticas.

MAOTDR – Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

MEI – Ministério da Economia e Inovação.

MIA – Aeroporto Internacional de Malta.

NTIC - Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

OMT – Organização Mundial do Turismo.

PDM – Plano Director Municipal.

POC – Programa Operacional da Cultura.

RTDS – Região de Turismo do Douro Sul.

PDVD – Plano de Desenvolvimento do Vale do Douro.

PIOTADV – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro.

PNOT – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território.

PROZED – Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolverte do Douro.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

URBCOM – Urbanismo Comercial – Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial

INTRODUÇÃO

1- Tema

A conservação, interpretação e divulgação do Património são, actualmente, temas de relevo com múltiplas vertentes de análise. Quem gere o património deve possuir conhecimentos teóricos e técnicos, que o habilitem a desempenhar esta tarefa. Por outro lado deve estar consciente de que, ao facilitar o acesso aos visitantes, promove não só a sua divulgação, mas também contribui para o preservar de tal modo que futuras gerações dele possam, adequadamente, usufruir. Património e Turismo possuem, de facto, um capital comum verdadeiramente fascinante. Falta, porém, prestar atenção mais cuidada no que concerne a conservação e a interpretação.

Os visitantes, designadamente os que estão inseridos no âmbito do Turismo Cultural, tendem a ser cada vez mais exigentes.

Locais com interesse patrimonial, Sítios Arqueológicos, Parques Naturais e Reservas, Monumentos, Museus ou Centros Históricos confrontam-se com idênticos problemas de gestão, sobretudo no que se refere às acessibilidades (internas e externas), aos fluxos de visitantes, à interpretação, promoção e comunicação. As soluções adoptadas devem garantir, de forma mais harmoniosa possível, a salvaguarda do Património.

R. Gomez (2002) refere que a relação entre o Turismo e o Património já não oferece quaisquer dúvidas. Poderá trazer benefícios, se for encontrado um modelo de gestão que vise um desenvolvimento turístico sustentável. Pretende-se conciliar os objectivos económicos do desenvolvimento turístico com a manutenção dos recursos indispensáveis à sua existência (Partidário 1998).

O Património Cultural adquiriu assim, nas últimas quatro décadas, novos e alargados significados, integrando hoje as motivações profundas de um número crescente de pessoas, sobretudo no espaço europeu (Lopes 2003, 2).

Apesar deste crescimento auspicioso, uma pesquisa aprofundada revela que, no nosso país, são escassos os estudos e abordagens sobre a articulação entre o Património e o Turismo em geral e, em particular, com o Turismo Cultural. Pontualmente, têm sido divulgados algumas teses e artigos acerca de temas complementares, inevitavelmente associados a esta

problemática, até pelo carácter interdisciplinar que o Turismo Cultural e a Gestão do Património possuem, mas ainda há muitos assuntos por discutir.

A escolha do Vale do Douro, mais concretamente a cidade de Lamego, relaciona-se com os recursos patrimoniais que a cidade possui, em contraponto com o fraco aproveitamento que deles se tem feito. Pese, embora, Lamego ter sido uma das primeiras cidades a possuir um plano para o Centro Histórico, datado de 1978 e da autoria do Arquitecto Keil do Amaral, o mesmo nunca foi posto em prática. Passados quase 30 anos, os problemas, detectados na época, não tiveram solução e até se agravaram

Por outro lado, considerando o âmbito teórico deste estudo, faz todo o sentido que se estude esta matéria em Lamego, numa cidade onde o Património é apontado como a sua principal oferta turística, como é referido no recente Plano Estratégico Nacional de Turismo (MEI 2006), no Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (API 2004) bem como no Plano de Marketing (Quartenaire Portugal 2003).

No que diz respeito aos parâmetros temporais, o trabalho incide sobre a gestão do património que se realiza nos nossos dias. Faremos, no entanto, um historial, embora menos profundo, da sua evolução na área da gestão, desde o início do século XX, como forma de melhor interpretar e compreender a realidade actual.

2. Objectivos

No âmbito da problemática exposta, o objectivo geral visa caracterizar a Gestão do Património, identificando a sua ligação com os interesses e motivações dos visitantes. Assim, como objectivos específicos, assimilámos os seguintes:

- a) Avaliar a gestão do património classificado¹, que tem vindo a ser realizada na cidade de Lamego e sua periferia (considerou-se para este estudo 10 km em volta da cidade);
- b) Caracterizar a procura turística;
- c) Relacionar esta gestão do património com o turismo, aferindo se o património tem, na devida conta, a actividade turística.

¹ Optámos por estudar os Monumentos Classificados como Monumentos Nacionais, e, por razões que se prendem com o fluxo de visitantes e pelo facto de estes serem o ex-libris da cidade, seleccionámos, também, o Museu e o Santuário da Nossa Senhora dos Remédios, embora este só tenha a classificação de Imóvel de Interesse público.

d) Elaborar propostas que apontem soluções de administração integradoras, sustentáveis, isto é, que visem, não só a salvaguarda, mas também, o desenvolvimento da actividade turística e o bem-estar da comunidade local.

Apresentamos, como caso de estudo, a cidade de Lamego, pretendendo com esta pesquisa encontrar explicações para a seguinte pergunta: quem gere o património na cidade “preocupa-se”, para além da salvaguarda dos monumentos classificados, com os “requisitos” que o turismo “impõe”, particularmente o Turismo Patrimonial, e a importância que este poderá ter, reforçando a valorização do património?

Dito de outro modo, a questão de partida que está na origem e desenvolvimento deste trabalho é a seguinte:

Será que existe, em Lamego, alguma relação entre Gestão do Património e Turismo?

No ensaio de encontrarmos uma resposta, colocámos três hipóteses:

H1 – A gestão do Património tem presente o Turismo;

H2 – Existe uma relação muito débil entre Gestão do Património e Turismo;

H3 – Não há qualquer relação entre Turismo e a Gestão do Património.

3. Estrutura

Em função da pergunta supracitada, a dissertação desenvolve-se através dos seguintes patamares:

CAPÍTULO 1 – O PATRIMÓNIO E TURISMO: faremos uma abordagem da evolução do conceito de Património, partindo de uma definição mais restrita, ligado a um bem de família, até ao conceito mais alargado, que hoje lhe atribuímos, incluindo os problemas inerentes ao uso deste património, como produto. Neste capítulo, tentaremos ainda avaliar até que ponto é difícil medir a procura do turismo patrimonial/cultural, visto que os visitantes de um determinado monumento ou local patrimonial podem ter motivações muito diferentes.

CAPÍTULO 2 – O POTENCIAL TURÍSTICO A OFERTA E A PROCURA: será efectuada uma avaliação do potencial turístico da Região de Turismo Douro Sul, tendo como base os estudos realizados pela Deloitte (2003), o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do

Douro (API 2004) e o Relatório Preliminar do Plano de Marketing para a cidade de Lamego, em 2003, da autoria da empresa Quartenaire Portugal.

Serão também realizadas análises à Procura e à Oferta. No que diz respeito à oferta, abordaremos somente o alojamento na Região de Turismo Douro Sul, com base na informação disponível no Instituto Nacional de Estatística. Em relação à procura, tendo como fonte os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas, serão construídos quadros de resumo representativos da evolução da procura.

CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE LAMEGO: neste item pretendemos, através de uma breve referência à história do concelho de Lamego e de uma descrição sucinta dos seus principais concorrentes, estabelecer os contornos da oferta patrimonial.

CAPÍTULO 4 – INTERFACE PATRIMÓNIO/TURISMO: apresentaremos a metodologia usada na parte empírica deste trabalho, que foi idealizada com o objectivo de compreender se a gestão do património vai ao encontro das expectativas dos visitantes.

CAPÍTULO 5 – PROPOSTAS E SUGESTÕES: deste item constam as propostas para os monumentos da Cidade de Lamego, tendo presente a informação trabalhada e recolhida ao longo da investigação.

1. PATRIMÓNIO E TURISMO

1.1. O Património

De acordo com o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, o património é um conceito antigo, cujo étimo radica no vocábulo romano *patrimonium* que, no seu sentido original se referia sobretudo a bens privados e alienáveis (Machado 1997).

As línguas românicas usam termos derivadas do latim *patrimonium* para se referir à propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança. Outros povos adoptaram sinónimos para se referirem ao *patrimonium*, os alemães usam *Denkmalpflege* - o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar; os ingleses adoptaram *Heritage*, em sentido restrito – aquilo que foi ou pode ser herdado – mas que, pelo mesmo processo de generalização que afectou as línguas românicas, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores (Funari 2000).

Analisando o termo do ponto de vista sociológico, podemos considerar que Património está associado a coisas de valor e, ao mesmo tempo, esse valor serve para estabelecer um vínculo entre os indivíduos, isto é, gera uma ligação entre o transmissor e o receptor. Pode-se resumir, afirmando: Património é um activo valioso do passado, que percorre o tempo, do passado ao futuro, relacionando as distintas gerações (Hernández e Tresserras 2005) (Fig.1.1).

Figura 1.1 - Tempo do passado ao presente percorrendo várias gerações



Fonte: Adaptado de Hernández e Tresserras (2005, 12)

1.2. A Evolução do Conceito

Qualquer conceito pressupõe que façamos uma análise sobre a sua evolução. Assim, e segundo E. Peralta “o património é um conceito relativo, que varia com as pessoas e com os grupos que atribuem esse valor, permeável às flutuações da moda e aos critérios de gosto dominantes, matizado pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época” (Peralta 1997, 1).

Acerca deste assunto, e recuando no tempo, podemos referir as tendências e modas que determinaram, por exemplo, a Época do Renascimento. Esta época, marcada pelo renascer, pela renovação do Homem, pelo fim da “época das trevas”, pauta-se por enaltecer as “civilizações mães”. As ruínas greco-romanas começaram assim a ser muito valorizadas - foram assiduamente visitadas, as inscrições copiadas e certos edifícios conservados, descritos e medidos. Toda esta valorização prende-se também com o desejo de afirmar a independência da nova classe em ascensão, a burguesia, consubstanciada na cidade.

No século XIX, assiste-se novamente à metamorfose dos monumentos, fruto de uma filosofia romântica nacionalista (Barbosa 1982; Choay 2001; Hernández e Tresserras 2005).

Quanto à noção de monumento histórico, foi esboçado pela primeira vez por Francis Bacon, em 1620, com a publicação do livro “Bovum Organum”, que dá sentido historial à nossa experiência (França 1996, 24).

O conceito evoluiu, ao longo dos tempos, tendo sido o Abade Gregorie, a seguir à Revolução Francesa, quem o utilizou pela primeira vez com o significado moderno. Ao relatar os actos dos contra revolucionários, acusa-os de vários atentados contra o Património (Esperança 1997).

Podemos, então, considerar que a noção de Património nasceu com a Revolução Francesa, com a tomada de consciência colectiva de que os antigos bens, mobiliários e imobiliários, do poder real, da igreja e da nobreza não deveriam ser destruídos, apesar de serem símbolos do antigo regime, mas sim tornarem-se propriedade da Nação (Vincent 2002).

Neste contexto, como refere F. Choay (2001), surgem em França as primeiras medidas da salvaguarda dos monumentos históricos, tomadas durante a Revolução de 1789. Segundo esta autora, “a 2 de Outubro de 1789, efectuou-se um dos primeiros actos jurídicos da Constituição, ao colocar os bens do clero à disposição da nação (...) de seguida os dos emigrantes e por fim os bens da coroa” (Choay 2001, 98).

A consagração do monumento histórico materializa-se no período que vai desde 1820 até 1964, data da redacção da Carta de Veneza, que marca a mudança ocorrida após a II Guerra Mundial (Choay 2001).

G. Ashworth (1994), também faz uma divisão temporal, atendendo à trajectória do conceito de monumento histórico desde a sua fase inicial até ao de produto do Património.

O autor identifica três etapas: 1ª etapa - de 1850 aos anos 60; 2ª etapa - a partir dos anos 60; 3ª etapa - entre os anos 70 e 80, que ainda vigora. Aproveitando a divisão cronológica idealizada por G. Asworth (1994), registaremos, de forma sucinta, a evolução do conceito do património, desde o século XIX, até aos nossos dias.

1.2.1. Primeira Fase: de 1850 aos anos 60

G. Asworth (1994) refere que, a partir de 1850, a questão da conservação dominava todas as preocupações, muitas vezes impostas por especialistas, autênticos guardiães do património.

Neste contexto, destacou-se o arquitecto Francês Viollet-le-Duc, um dos responsáveis por muitas das intervenções que se realizaram em monumentos franceses no século XIX².

Já nessa época, tais intervenções foram muito contestadas pelos seus contemporâneos, como é o caso de Ruskin, na Inglaterra, que defendia uma posição oposta à do arquitecto francês (Choay 2001). Ruskin seguia uma filosofia oposta ao restauro, justificando a sua posição, em 1865, da seguinte forma:

“(...) We have no right Whatever to touch them. They are not ours. They belong partly to those who built them, and partly to all the generation of mankind who are to follow us. The dead still have their right in them” (Ruskin cit. por Larkham 1996, 12).

Apesar da polémica, a verdade é que a maioria dos países europeus, no século XIX, seguiu uma filosofia intervencionista e restauradora. Assim, com o Romantismo e o despertar dos nacionalismos, realizaram-se muitos restauros em monumentos medievais, que foram limpos e “completados” com elementos que, provavelmente, nunca existiram.

Em Portugal foram numerosos os monumentos que sofreram acrescentos neo-medievais, como, por exemplo, a Sala dos Túmulos do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, os Paços dos Duques e Castelo de Guimarães. Aliás, até à década de 60, todo o trabalho da DGEMN obedeceu ao modelo proposto por Viollet-le-Duc.

Na primeira metade do século XX, são várias as Cartas e Recomendações que vão dar forma a uma nova política de conservação do Património. Assim, em 1932, surge a Carta de Atenas, que define, pela primeira vez, os princípios básicos para a preservação e

² Ver sobre este assunto (Choay 2001, 153-158).

restauro de edifícios antigos, contribuindo para um vasto movimento internacional. Após a Segunda Guerra, nasce a ICOM, a primeira organização mundial não governamental neste âmbito. Oito anos depois, em 1954, surge a Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas (UNESCO).

1.2.2. Segunda fase: a partir de 1960

Talvez como resultado do restauro avassalador das cidades e monumentos após a II Guerra Mundial, na década de 60 produz-se uma nova reflexão.

A salvaguarda deixa de ser, por si só, a preocupação principal passando a existir uma nova atitude que abrange, também, a reutilização do património. Assiste-se à reabilitação de determinadas áreas e as preocupações patrimoniais vão ter em conta mais o todo do que a parte. É nesta fase que aparecem os primeiros planos para os Centros Históricos.

Esta política está relacionada com diversos factores: o abandono a que muitos centros históricos estavam sujeitos e a sua conseqüente degradação; uma maior sensibilidade por parte das sociedades na defesa do seu património; o aumento exponencial da indústria turística, entre outros.

Nesta época, surgem novas organizações, cartas, documentos e convenções internacionais. Em 1964, é redigida a Carta de Veneza, que teve como objectivo alargar o conceito de Património. Logo a seguir, em 1965, nasce a segunda ONG, na área do património cultural, o Internacional Council on Monuments and Sites (ICOMOS), concebido para promover a conservação e protecção, a utilização e valorização de monumentos, conjuntos, e sítios. Em 1975, elabora-se a Carta Europeia do Património Arquitectónico, alertando para os valores patrimoniais insubstituíveis. Em 1976, realiza-se a reunião de Nairobi, donde sai uma recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua relevância na vida quotidiana. Ainda em 1976, surge a Carta do Turismo Cultural que realça a importância de proteger o património mundial, cultural e natural e levanta a questão referente à vulnerabilidade dos sítios patrimoniais e a forma como eram geridos. Propõe uma série de actuações, propondo uma relação equilibrada entre o Turismo e o Património.

1.2.3. Terceira fase: depois de 1980

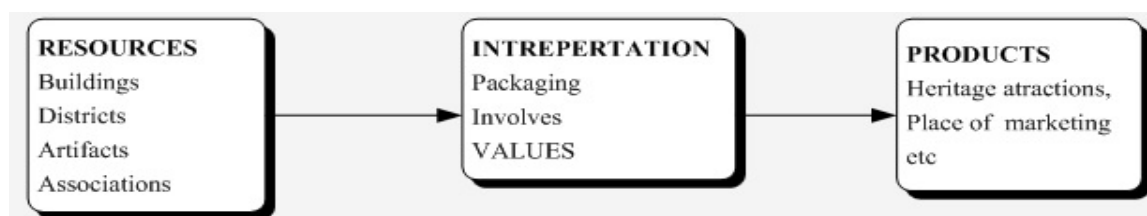
A terceira fase prende-se com a política que se desenvolve em diversos países nos anos 70-80, no sentido de transformar os recursos associados à História, em produtos do património.

Isto porque a História e os seus objectos adquirem um valor e um interesse, sem precedentes, face ao fantasma da ruptura e da desordem provocada pela ausência de valores simbólicos e de identificação (Peralta 1997).

A nostalgia do passado, aliada a outros factores, como: a melhoria dos transportes, rapidez, conforto, segurança e custo, aumento dos tempos livres, crescimento do nível de vida nos países ditos geradores de turismo (Costa *et al.* 2001, 3), fazem com que este produto tenha uma “nova valorização” e uma procura turística sem precedentes.

O aumento da procura turística, na sua envolvente cultural, leva ao reconhecimento da sua importância económica nos locais, vilas e cidades, especialmente onde a oferta é maior. Dois autores, J. Turnbridge e G. Ashworth (1996), descrevem estas relações entre o património e a sua comercialização referindo que para se analisar o modelo Patrimonial há que ter em conta que estes tipos de recursos são, deliberadamente, transformados em produtos, para responder à procura por parte dos consumidores. Este processo, denominado *Commodification*, ou seja, transformação em produto “comercializável”, não se aplica apenas ao património, mas também a outros aspectos da actividade humana criativa (Fig. 1.2).

Figura 1.2 - Construção do produto patrimonial - adaptação de Larkham ao modelo de Asworth



Fonte: Adaptado de Larkham (1996, 14)

Os recursos em que se baseia o Património constituem um conglomerado de vestígios, acontecimentos passados, personalidades, tradições populares, mitologias, associações literárias, edifícios associados a lugares, cidades e paisagens, que se encontram intimamente ligados entre si, pelo tempo ou pelo espaço. Estas “matérias” são seleccionados, não apenas porque foram os que sobreviveram, mas, sobretudo, como uma forma objectiva e deliberada de captar a atenção do turista (Turnbridge e Ashworth 1996).

Esta fase implicou uma pressão intensa sobre os monumentos e cidades históricas. A título de exemplo, citamos alguns casos significativos. Em 1991, a Abadia de Westminster recebia 3 milhões de visitantes/ano, chegando a ser visitado por 16.000 pessoas ao mesmo tempo, o que provocou danos irreversíveis no monumento. Veneza, em 1992, recebeu 1,2

milhões de turistas e 5,2 milhões de visitantes. Contavam-se, diariamente, 100 turistas por cada habitante, o que provocou um caos total no acesso à cidade, quer para os visitantes, quer para os residentes (Patin 1997, 91-93).

Neste quadro nascem outras Cartas e Convenções, relacionadas com a salvaguarda do património e sua relação com a indústria turística. Em 1985, surge a Carta de Turismo e Código do Turista que chama a atenção para o comportamento dos turistas face ao Património. Em 1986 é redigida a Carta Internacional e Salvaguarda de Cidades Históricas (ratificada em 1987 pela assembleia do ICOMOS). Em 1985, realiza-se, em Granada, a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa³. Em 1989 foi assinada a Declaração de Haia, documento que insiste na necessidade de controlar a actividade turística, nem que para isso seja necessário aplicarem-se restrições nas visitas aos sítios históricos. Aborda, também, temas ligados ao civismo, como sejam a educação e o respeito a ter em conta nas visitas efectuadas. Em 1999, surge a Declaração de Khiva, sobre o Turismo e Conservação do Património Cultural⁴ e, pela primeira vez, aparece no título, a vinculação do Turismo ao Património. Nesse mesmo ano é redigida a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural⁵ que faz uma revisão da carta de 1976 e reconhece, não só o conceito mais alargado do Património, como também a interacção dinâmica entre Turismo e Património.

Todos estes documentos, bem como a numerosa bibliografia indicam que o moderno culto dos monumentos não só assumiu a dimensão de uma indústria, como também a grande complexidade de uma temática, por vezes contraditória e em constante mudança.

1.3. A Evolução do Conceito em Portugal

Neste estudo, optamos por, a partir de 1820, fazer uma breve análise cronológica, através da construção de um quadro (Quadro 1.1), baseado em todo o levantamento realizado na cidade de Lamego ao longo do trabalho e na descrição pormenorizada, fundamentada em diversos autores, da evolução do conceito de património, bem demonstrativa de que tal conceito acompanhou as ideias inovadoras europeias com repercussões em Portugal e, conseqüentemente, em Lamego. As fases descritas têm como base o esquema proposto por G. Ashworth (1994), descrito nos anteriores parágrafos.

³ Ver em http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LI_1309_1_0001.htm.

⁴ Ver em <http://www.gencat.net/cgi-bin/vtls/vtls.web.gateway?searchtype=title&conf=089090&searcharg=D%E9claration+de+Bologne+et+le>.

⁵ Ver em <http://www.icomos.org/tourism>.

Quadro 1.1 – Resumo dos acontecimentos no país e repercussões na cidade de Lamego

CONTEÚDO	POLITICAS, FILOSOFIAS E INTERVENÇÕES A NÍVEL NACIONAL	REPERCUSSÕES NA CIDADE DE LAMEGO
<p>1ª Fase</p> <p>1850 Até 1960</p> <p>“Preocupação Conservação”</p>	<p>1834- São extintas as Ordens Monásticas em Portugal.</p> <p>1864- É fundada a Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos.</p> <p>1852- É criado o Ministério das Obras Públicas.</p> <p>1894- Efectuado o 1º levantamento de dados sobre os edificios e objectos de valor arqueológico, histórico e artístico que permanecessem imunes ao vandalismo.</p> <p>16 de Junho de 1910- O Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria após um trabalho do Conselho dos Monumentos Nacionais, publica uma lista oficial classificando 440 edificios como monumentos nacionais.</p> <p>1911- Proclamação da lei da separação Estado/Igreja. São extintas as ordens religiosas.</p> <p>1928- Decreto-Lei nº 15216 reaparece a expressão de Imóvel de interesse público.</p> <p>1929 - Surge a DGEMN, no enquadramento da Direcção de Obras Públicas e pelo Decreto nº 16 791 de 30 de Abril.</p> <p>1932- Criam-se Comissões Municipais de Arte e Arqueologia.</p>	<p>1834- Foram extintos o Convento de Santa Cruz, no século XVII, era o mais importante convento da cidade de Lamego, e, o Mosteiro das Chagas (Primeiro mosteiro de Clarissas em Portugal, 1258).</p> <p>1839- O convento de Santa Cruz é transformado em Quartel do Regimento da Infantaria.</p> <p>1881- São encontrados na Sé, “esquecidos” desde as obras realizadas no século XVII, os retábulos de Vasco Fernandes pelo arqueólogo Augusto Felipe Simões.</p> <p>1910- Em 16 de Junho de 1910 o Castelo, a Sé e a Igreja de Almacave são classificados como Monumentos Nacionais.</p> <p>1917- É criada a secção de arqueologia em Lamego.</p> <p>1917- O Museu de Lamego foi instituído pelo Decreto nº 3074, de 5 de Abril de 1917, publicado no Diário do Governo nº 53, 1ª. Série.</p> <p>1921- S.Pedro de Balsemão é classificado como Monumento Nacional.</p> <p>1933- Cruzeiro do Bom Jesus é classificado como monumentos de Interesse público.</p> <p>1933- Dr. Fernando Passos, um historiador, da Academia de História, numa conferência realizada no clube Lamecense, chama a atenção para o património existente na cidade e, as más intervenções, a que tinha sido sujeito.</p> <p>1940- Em Lamego são restaurados os seguintes monumentos: Castelo; Sé, Almacave e Capela de S.Pedro de Balsemão.</p>

(CONT.) CONTEÚDO	POLÍTICAS, FILOSOFIAS E INTERVENÇÕES A NÍVEL NACIONAL	REPERCUSSÕES NA CIDADE DE LAMEGO
	<p>Cabia aos párocos, políticos e organismos públicos e privados, de cada concelho, propor ao Governo as linhas de intervenção a serem implementadas.</p> <p>1938- É promulgada a Lei que define as zonas de protecção a 50 metros do monumento.</p> <p>1940 - As comemorações centenárias de 1940, originou o restauro de monumentos espalhados por todo o país.</p>	
<p>2º Fase a partir de 1960</p> <p>“Conservação/ Reutilização”</p> <p>“Património visto como um todo e não como uma parte”</p>	<p>1974 - Jorge Henrique País da Silva escreve o texto “pretérito presente” em 1974, publicado em 1978, o qual criou fundamentos teóricos que incitaram as interessados à reflexão do tema do património e sua preservação.</p> <p>1977/78 - Surgem os primeiros Planos de salvaguarda para centros históricos, como o de Lamego, da autoria do arquitecto Pitum Keil do Amaral ou de Beja do arquitecto Vasco Massapina.</p>	<p>1977/78 - Surge o primeiro Planos de salvaguarda para o Centro Histórico da autoria do arquitecto Pitum Keil do Amaral.</p> <p>Reutilização dos edifícios, classificados como Imóveis de Interesse Público: Messe de Oficiais, antigo Seminário Diocesano.</p> <p>Outras reutilizações: Sede da RTDS, antigo Solar dos Padilhas; Câmara Municipal, antigo Convento dos Gracianos ; Tribunal de Trabalho, e os serviços das Conservatórias dos Registos Civil e Predial e do Notariado, antigo Palácio dos Serpas; Edifício da Santa Casa da Misericórdia, antigo Palácio dos Vilhenas.</p>

(CONT.) CONTEÚDO	POLITICAS, FILOSOFIAS E INTERVENÇÕES A NÍVEL NACIONAL	REPERCUSSÕES NA CIDADE DE LAMEGO
<p>3ª Fase</p> <p>Depois de 1980</p> <p>“Património como produto”</p>	<p>1980- Criação do primeiro Plano Director municipal (PDM).</p> <p>1983- Cria-se o primeiro Gabinete Técnico Local, para se elaborar o projecto da recuperação da cidade de Angra do Heroísmo que tinha sido totalmente destruída pelo o sismo que a abalou no ano de 1981. Esta recuperação teve como consequência a declaração da UNESCO de Património da Humanidade atribuído a Angra.</p> <p>1985- Aprovada a primeira lei Base do Património Cultural Português.</p> <p>1985 a 1995 - a classificação de valores concelhios subiu em 50% os de interesse público 20,8%. Demonstra o aumento da importância da preservação e classificação do património principalmente a nível local.</p> <p>1992- Criação do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.</p> <p>2001- Douro Vinhateiro Património Mundial.</p> <p>2006- Restruturação da DGEMN e do IPPAR.</p>	<p>1987- Cria-se o Plano de Pormenor para o Bairro do Castelo.</p> <p>1995- Têm início as feiras Medievais no Bairro do Castelo.</p> <p>1995- S .Pedro de Balsemão muda de afectação, deixando de pertencer à DGEMN e passando a estar afecta ao IPPAR..</p> <p>2002- Alguns dos monumentos de Lamego fazem parte da Rota Medieval do Douro.</p> <p>2003- A cidade de Lamego fica incluída na delimitação do Douro Vinhateiro Património Mundial.</p> <p>2006- Lamego é apresentada como cidade histórica em alguns programas dos Operadores Turísticos.</p>

Fonte: França (1996); IPPAR (1996); Fernandes (1993); Barbosa (1976); Passos (1927); Laranjo (1990); DGEMN (1996); Bianchi (2000)

1.4. Turismo Cultural e Patrimonial

A História e a Cultura têm estado presentes nas motivações dos turistas desde longa data. Basta lembrar que eram estes dois factores que levavam os jovens aristocratas, no século XVIII, a efectuar viagens, para os centros intelectuais e artísticos da Europa, viagens que mereceram a designação de *Grand Tour* (Henriques 2003).

Se o século XVIII significou a exaltação dos valores clássicos da cultura através das viagens, podemos considerar que, no século XIX, a motivação turística prendia-se com os ideais nacionalistas - procurava-se na viagem as raízes e a identidade. O factor diferenciador era “o típico ou o autêntico” e, de novo, o “turismo foi o principal aliado dos filósofos, escritores, poetas e pensadores” que viajavam como forma de viver a história, numa experiência pessoal, em cenários reais (Roldán 1990, 44).

Actualmente, o Turismo Cultural, apesar de se filiar nalgumas das motivações dos viajantes dos séculos XVIII e XIX, tem pouco a ver com a aventura romântica e com o interesse científico. Deixou de ser um fenómeno isolado e minoritário, para se converter numa oferta do sistema turístico global (Agustí 2003).

O Turismo Cultural constitui um mercado em franca expansão, tanto em Portugal como no resto do mundo, perspectivando-se que cresça ainda mais nos próximos anos, pois a procura deste segmento tende a aumentar (Curado 1996, 251). De facto, todos os estudos apontam para um crescimento do sector de atracções patrimoniais. Esta expansão foi excepcional, durante as décadas de 80 e 90. No Reino Unido, por exemplo, registou-se um aumento de 50% no número de visitantes (Drummond e Ian 2004).

O Plano Nacional de Turismo, elaborado em 1985, já apontava o Turismo Cultural como um dos segmentos em que é necessário investir, como forma de diversificar a oferta e responder às novas exigências da procura do modelo pós-fordista. O recente Plano Estratégico Nacional de Turismo (MEI 2006), que pretende abranger mais de uma década, 2006 a 2020, desenvolve e complementa a linha traçada em 1985.

1.4.1. Definições

A OMT (1985) propõe uma definição ampla e outra mais restrita de Turismo Cultural. A mais ampla define como cultural toda a viagem que, pela sua natureza, satisfaz a necessidade de diversidade e de ampliação do conhecimento, que o ser humano acalenta. A mais restrita, compreende a viagem por motivos unicamente culturais ou educativos.

O ICOMOS⁶ define Turismo Cultural como uma forma de viajar, cujo objecto é, entre outros, a descoberta de monumentos e lugares. Esta modalidade de turismo justifica os esforços de protecção, conservação e manutenção atende aos benefícios económicos e sócio-culturais produzidos para toda a população envolvida. Porém, a Carta refere, que, independentemente da amplitude e dos benefícios, o Turismo Cultural deverá ter em consideração os potenciais efeitos negativos e destrutivos decorrentes do uso massificado e descontrolado dos monumentos e lugares.

De acordo com a definição dada pela *European Association for Tourism and Leisure Education* (ATLAS), o Turismo Cultural é:

“The movement of persons to cultural attractions away from their normal place of residence with the intention to gather new information and experiences to satisfy their cultural needs” (Richards e Bonink 1995, 175).

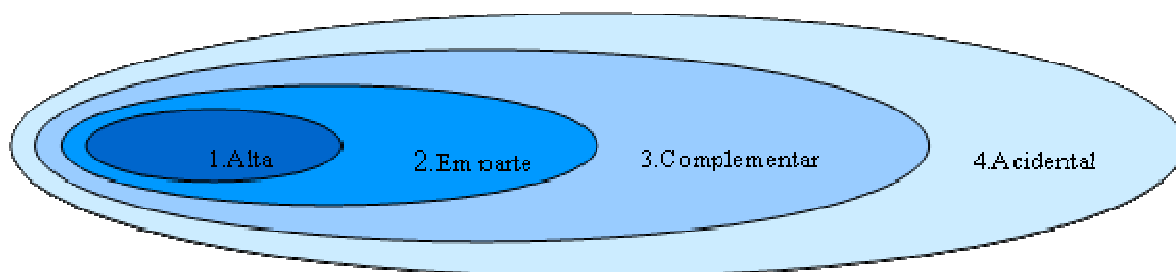
Podemos assim considerar que o Turismo Cultural não abarca só o consumo dos produtos do passado, mas também a Cultura contemporânea, o modo de vida de um povo ou região (Richards 2000).

No que diz respeito ao tipo de visitantes, podemos afirmar que os sítios com interesse patrimonial são frequentados por diversos tipos de público. Sendo assim é conveniente compreender de forma mais precisa a forma como se pode segmentar a procura turística.

1.4.2. O turismo e as motivações culturais

T. Silberberg (1995), ao analisar a motivação dos visitantes, num estudo realizado aos visitantes do Museu de Ontário, Canada, diferenciou quatro graus de interesse (Fig. 1.3) que clarificam o Turismo Cultural, naquela região canadiana.

Figura 1.3 - Divisão dos Turistas Culturais proposta por Silberberg



Fonte: Adaptado de Silberberg (1995, 362)

⁶ Ver Carta de Turismo Cultural (ICOMOS 1999). Disponível em: <http://www.icomos.org/tourism>.

No centro do anel estão as pessoas “altamente motivadas”. Nesta tipologia, estão incluídos todos os que têm como objectivos, ao viajar para uma cidade histórica: a cultura, os museus, lugares históricos, festivais e a própria oferta cultural permanente. Representam, unicamente, 5% dos visitantes residentes na província e 15% dos visitantes forasteiros.

O segundo anel corresponde a todas as pessoas “motivadas em parte” pela Cultura, que viajam para uma cidade, tanto pelas suas atracções nesse âmbito, como por outros motivos (visitas a parentes e amigos, realização de compras, etc). Corresponde a 15% do mercado doméstico e 30% do mercado externo.

O terceiro anel engloba as pessoas para quem a cultura representa um complemento à motivação principal da deslocação. Este nível corresponde a 20% de ambos os mercados. Este tipo de turista é o que podemos encontrar em Lamego, segundo os dados disponíveis e o estudo que realizámos.

O anel exterior inclui os “turistas acidentais culturais” que são aquelas pessoas que não estão motivadas a assistir ou a visitar qualquer atracção, mas que, uma vez no destino, se vêem envolvidos por ela. Em resumo, a sua participação não foi planeada, mas sim acidental. Este nível tem o mesmo peso do anterior, correspondendo também a 20%.

Fora do anel estão, por último, as pessoas que não desejam visitar atracções culturais em nenhuma circunstância. Este mercado representa 40% do mercado doméstico e 15% do mercado externo.

G. Richards (1996), também define categorias, atendendo às motivações dos turistas. Assim, estabelece a diferença entre turistas culturais gerais e específicos. Os primeiros atribuem menos importância aos aspectos de ordem cultural; os segundos viajam propositadamente para atracções culturais, sendo estas importantes ou muito importantes, enquanto motivação para a escolha do destino.

Adoptando esta definição, aproximadamente 9% dos turistas, que têm como destino a Europa, podem ser identificados como turistas culturais específicos.

Quanto a estes, os dois motivos que identificaram com mais frequência foram a vontade de aprender coisas novas e a busca de descanso, o que confirma a ideia de que a Cultura se converteu em mais um dos elementos que integram o ócio e o produto turístico.

1.4.3. Tipologias de Recursos Culturais

São várias as classificações de recursos culturais, R. Prentice (1993) estabeleceu uma classificação detalhada em vinte e um tipos de património que motivam a procura turística (Quadro 1.2):

Quadro 1.2 - Classificação dos Recursos Culturais segundo Prentice (1993)

1) Atrações baseadas na ciência: museus científicos, centros tecnológicos;
2) Atrações relacionadas com o sector primário: adegas, minas, depósitos de água, etc;
3) Centros artesanais baseados em produtos manuais;
4) Atrações relacionadas com o sector industrial, baseadas em produções em massas;
5) Atrações relacionadas com o transporte: comboios turísticos, aeródromos, veículos a motor;
6) Atrações sócio/culturais: sítios pré-históricos e históricos, museus tradicionais;
7) Atrações associadas a personagens históricas, incluindo lugares ligados a escritores e pintores;
8) Atrações relacionadas com representações artísticas;
9) Jardins e similares;
10) Parques temáticos ligados à cultura;
11) Galerias de Arte;
12) Festivais, espectáculos, feiras históricas;
13) Palácios casas de campo e similares;
14) Atrações religiosas: catedrais, igrejas, abadias;
15) Atrações Militares: castelos, campos de batalha, museus da história militar;
16) Monumentos associados ao genocídio e assassinatos massivos da população;
17) Cidades e paisagens urbanas;
18) Vilas e aldeias, locais rurais com arquitectura anterior ao século XX;
19) Zonas Rurais e Paisagens Protegidas incluindo Parques Nacionais;
20) Cidades costeiras e paisagens marítimas;
21) Regiões e outras áreas históricas ou geográficas identificadas de forma singular pelos seus residentes e /ou visitantes.

Fonte: Prentice (1993, 39-40)

A classificação proposta por J. Ritchie e M. Zins (1978) discrimina uma lista de doze elementos de cultura que são atractivos para os turistas: artesanato; língua; tradições; gastronomia; arte e música incluindo concertos, pinturas, esculturas; história da região, tipos de trabalhos desenvolvidos por residentes e a tecnologia que utilizam, arquitectura que confere a uma zona área uma aparência distinta; religião, abrangendo manifestações visíveis; sistema educacional; vestuário; actividades de lazer.

Por sua vez E. Inskip (1991) entende que as atracções culturais se baseiam em actividades humanas. Nesta linha, divide-as nos seguintes tipos principais: sítios arqueológicos, históricos e culturais; padrões culturais distintivos (tradições e modos de vida); arte e artesanato; actividades económicas interessantes; áreas urbanas interessantes; museus e outros equipamentos culturais; festivais culturais; hospitalidade dos residentes.

De um modo geral, estes autores incluem na mesma série os elementos patrimoniais a par de outros cuja ligação com o património é muito ténue. Justifica-se, portanto, esclarecer as características do Património, enquanto produto turístico.

1.4.3.1. O Produto Património e a sua funcionalidade

O uso atribuído ao património acaba por determinar, em grande medida, a sua potencialidade. M. Vaquero (2002) sugere a seguinte divisão:

- 1) Património de funcionalidade turística primária. Corresponde ao património musealizado e abrangendo tanto os edifícios como as colecções. Os únicos limites para a visita pública obedecem a parâmetros de conservação.
- 2) Património de funcionalidade turística secundária. A sua visita está condicionada ao normal funcionamento das funções básicas para que foram criados. É o caso do património eclesiástico, com finalidade religiosa permanente, e algum do património classificado (privado e estatal).
- 3) Património de funcionalidade turística accidental. O tipo de uso impede, salvo raras excepções, a visita pública de carácter geral. Em consequência, a sua fruição por parte dos visitantes, limita-se à sua componente externa e à leitura histórica do espaço onde estão integrados.

Segundo o autor, de certa forma, a adequação do património para a visita pública é uma condição indispensável para que se converta em recurso turístico, mas este factor só por si não é suficiente. Para tanto é necessário a associação temática entre elemento patrimonial e a identidade turística, monumentalidade/grandiosidade, singularidade e exotismo, localização em áreas centrais do ponto de vista da oferta patrimonial, festas e eventos associados ao património.

1.5. A Gestão do Património e o Turismo

Tal como já apontámos na introdução deste trabalho, o relacionamento entre o Património e o Turismo instalou-se de forma definitiva. Há porém que estabelecer regras de convivência entre ambos numa visão de rentabilização económica e de desenvolvimento social. O desafio que se coloca ao Turismo é o de utilizar os recursos patrimoniais, numa perspectiva de desenvolvimento durável, assente em critérios de qualidade, para que os seus benefícios resultem numa efectiva melhoria de qualidade dos cidadãos, tanto daqueles que o praticam como daqueles que o acolhem (Peralta 1997).

A gestão do Património não deve nem pode estar alheia a todos estes factos, que conduziram ao aumento da procura do Turismo Cultural – no século XX. Assim, é importante perceber estas relações para que possamos, por um lado, conservar e, por outro, divulgar, sem pôr em risco os recursos patrimoniais.

Por outro lado, os custos de manutenção têm vindo a constituir um fardo, cada vez mais pesado, num período restritivo dos gastos públicos, pelo que se tem procurado encontrar novas formas de envolver a iniciativa privada no processo, através de instrumentos como o mecenato, parcerias e consórcios.

O consumo cultural cria emprego, gera e capta investimento económico. Os bens culturais e naturais, incluindo o Património, possuem pois um valor que transcende o consumo, permitindo melhorar o nível económico de uma região, pelo que a salvaguarda destes recursos se torna indispensável.

Podemos afirmar que a gestão do património tem como prioridade a conservação, mas deve, sempre que possível, atender às necessidades dos visitantes, pois podem ser uma fonte de rendimento preciosa para a sua sobrevivência.

1.6. A Gestão e o Planeamento

Segundo M. Miranda (2001) as instituições responsáveis pelo património têm seis funções principais:

- 1) Identificar, recuperar o monumento e/ou reunir grupos de objectos, colecções;
- 2) Documentar;
- 3) Conservar;
- 4) Estudar e investigar;

- 5) Apresentar e expor publicamente;
- 6) Interpretar e explicar.

As primeiras três funções, conjuntamente com o estudo e a investigação, constituem a base de trabalho de qualquer instituição patrimonial, correspondendo às funções mais tradicionais e historicamente mais conhecidas. As outras duas, apresentar/expor publicamente e interpretar/explicar, aliadas ao estudo e à investigação - que é um elemento crucial em cada uma das facetas - têm sobretudo a ver com a dimensão pública e social do património. É esta dimensão que iremos dissecar neste ponto do capítulo.

R. Prentice (1993) refere que a experiência dos visitantes está potencialmente sob o controlo directo da gestão. A finalidade das atracções é gerir satisfação numa consciencialização e aproveitamento da experiência. Em alguns casos, como nos locais históricos, o grau de controlo da gestão pode ser limitado pelas restrições da política e planeamento, embora os componentes do produto sejam os mesmos.

No que diz respeito à gestão das atracções patrimoniais, a inovação do produto tem vindo a consolidar-se em diversos sítios como museus, catedrais, começam a adoptar novas estratégias, deste modo, estes locais disponibilizam as suas instalações, não apenas para visitas do público em geral, mas também para realização de eventos (Lanquar 2001).

Assim, inovam o produto e possibilitam visitas repetidas, quer por parte das pessoas em geral, quer pela comunidade residente, assegurando o aumento de receitas (Lanquar 2001).

Vários autores apresentam linhas estratégicas de gestão (Prentice 1993; Boniface 1995; Bergalo 1997; Patin 1997; Middleton 2000). Para a nossa primeira análise, e como linha condutora, optámos pelas soluções estratégicas apresentadas por V. Patin (1997), não deixando de referir outros autores que se dedicaram a esta temática.

Assim, segundo V. Patin (1997), a gestão das atracções patrimoniais deve ter as seguintes linhas orientadoras:

1 - Envolver os grupos interessados

Instituições, empresas turísticas, população local. A população local desempenha um papel fulcral, já que a sua adesão, como parte interessada, não apenas no projecto, mas também no produto turístico, permite também que o visitante entenda o património de forma especial.

Este processo de envolvimento dos residentes teve brilhantes resultados na Comarca de Valladolid: os visitantes são guiados pelos residentes, voluntariado cultural da comarca, transmitindo-lhes, como ninguém, cultura e tradições do território (CPADR 2005).

O número de visitantes, se for elevado e não controlado, pode pôr em risco a qualidade de vida dos residentes. A presença dos turistas sobrecarrega as várias infra-estruturas, os meios de transporte, os terminais e estacionamento. Os serviços comerciais básicos, utilizados pelos residentes acabam por abandonar as suas áreas tradicionais, devido ao aumento das rendas. O comportamento público dos turistas, em consequência da acumulação excessiva de restaurantes, bares e actividades de lazer, pode tornar-se pouco apropriado, o que gera insatisfação dos residentes, causando impactes sociais negativos.

Os gestores do projecto de desenvolvimento turístico e de valorização do património confrontam-se, pois, com situações por vezes complexas, que os obrigaram a colocar, acima de tudo, os bens patrimoniais e as pessoas.

Em Lamego, a Câmara, desde os anos 70 do século XX, tem elaborado vários planos (Plano Pormenor do Bairro do Castelo, Plano Estratégico do Eixo Urbano Vila Real/Régua/Lamego, Plano de Marketing da Cidade de Lamego, Plano de Pormenor do Bairro da Ponte), mas, quanto nos foi possível apurar, nunca a edilidade levou a sério o envolvimento dos munícipes nesse importante trabalho. Também no que diz respeito às instituições e às empresas, é notório que não existe uma ligação entre elas. Este facto pode ser comprovado, consultando os planos elaborados para o desenvolvimento da cidade, onde raramente aparecem nomes das entidades congregadas para esse fim.

2 - A Gestão Exterior do Património: Acessibilidades, Estacionamento, Sinalização

Acessibilidades: a evolução dos meios de transporte desempenhou um papel central no crescimento do turismo na segunda metade do século XX. No caso de Lamego, as acessibilidades têm sido um obstáculo, que, só há cerca de um ano foi ultrapassado (sobre este assunto ver capítulo III). No que diz respeito aos transportes urbanos, existe um mini/bus, com o nome *Verdinho*, que transporta, a um preço muito reduzido, turistas e residentes a vários pontos da cidade. Do ponto de vista da gestão, esta iniciativa é bastante interessante. Existe, também, um comboio turístico que percorre toda a cidade. No entanto, só efectua paragem no Santuário da Nossa Senhora dos Remédios, o que faz com que os outros monumentos não beneficiem deste meio de transporte.

Estacionamento: a questão do estacionamento tem uma grande importância, sobretudo no que diz respeito ao meio urbano e, particularmente, nos Centros Históricos. Se os acessos pedestres forem agradáveis podem constituir, devido à sua qualidade paisagística e arquitectónica, verdadeiras atracções. Além disso, um percurso, quando bem elaborado, pode contribuir para que a visita ao local se prolongue, aumentando assim a despesas turísticas.

Sinalização: é um elemento essencial de ordenamento turístico, quer se trate de monumentos isolados, de espaços naturais, ou de centros históricos. A sinalização favorece a circulação (acessos rodoviários e percursos pedestres), aumenta o número de visitas em Centros Históricos ou em locais mais distantes e ajuda os visitantes que conhecem mal o local. Pode também seduzir visitantes ocasionais.

No que diz respeito à sinalização, só com algum esforço é que se encontra a cidade de Lamego. Com efeito, a recente A24 não tem nenhuma placa indicativa de Lamego, quer a Norte quer a Sul das duas capitais de distrito, respectivamente Vila Real e Viseu. Assim, quem vem de Vila Real e quer ir para Lamego vai ter que se socorrer de um mapa, pois quando entra na A24 não encontra indicações da distância até esta cidade. No sentido de Vila Real as referências que existem são relativas às cidades da Régua e Viseu. No sentido oposto verifica-se o mesmo.

Em Lamego a sinalização, no que diz respeito aos monumentos por nós estudados, é quase inexistente. Apenas a Sé, o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios e o Museu têm placas a indicar a sua localização, e, mesmo essas, são insuficientes.

A prometida sinalética para o Douro Vinhateiro Património Mundial, que fazia parte do programa de candidatura (Bianchi 2000), possivelmente, não se irá concretizar uma vez que o projecto foi cancelado por falta de verbas⁷.

3 - A Gestão no Interior do Património - Acolhimento, Circulação e Segurança

O acolhimento (recepção, informação, bilheteira, serviços de reserva, depósito, casas de banho) tem um papel fundamental na valorização turística dos sítios a visitar. O acolhimento e a informação são fulcrais para confirmar e enriquecer a imagem que o visitante tem do local. Os equipamentos de conforto (casas de banho, depósitos de bagagens, o sistema de bilheteira), também pesam na qualidade da experiência vivida pelos

⁷ Ver Notícias de Vila Real de 1 de Novembro de 2006, nº 261, p. 12.

turistas. Durante o período de férias, a atenção com as famílias e crianças pequenas não deve deixar de preocupar o gestor.

Do património estudado em Lamego, só o Museu possui quase todos estes serviços.

A circulação: os circuitos devem ser modelados, a fim de evitar os estrangulamentos que engendram as esperas (pequenas salas, corredores estreitos) ou os acidentes pessoais (travessias perigosas que podem provocar quedas e lesões). Os monumentos históricos apresentam, por vezes, dada a sua arquitectura, dificuldades que impedem o cumprimento de todas as normas de segurança e acessibilidade actuais. Sempre que se tenham conservado plantas com descrições, inventários, gravuras e pinturas do edifício é possível restituir antigas circulações, caídas em desuso e, a partir delas, estabelecer circulações alternativas. Este procedimento pode, de igual forma, ser utilizado nos bairros históricos de grandes aglomerados.

Também, neste ponto, somente o Museu serve de referência, sendo o único a dispor de um plano de circulação.

A segurança de pessoas e bens constitui outro elemento fundamental da gestão turística de qualquer local cultural (os solos onde se derrapa, as ombreiras das portas baixas, as escadas desprovidas de rampas constituem sérios obstáculos à circulação das pessoas). As obras em exposição devem, também, ser protegidas contra o roubo, os danos de origem humana, depredações (*graffitis*, cortes à faca, jactos de tinta ou ácido), os incêndios e as degradações resultantes da exposição.

O Museu tem todo o sistema de segurança operacional (excepto o acesso a pessoas com deficiências motoras). A segurança, nos edifícios religiosos de Lamego, é realizada por algum voluntariado que, para além de tratar da limpeza e arranjos florais, também faz a vigilância. Somente a Sé tem um responsável pela segurança. Tanto o Castelo como o Santuário (no que concerne ao seu escadório), têm tido problemas de segurança e a falta de vigilância tem aberto as portas a depredações⁸.

4 - A Gestão de Serviços Administrativos, Científicos e Comerciais

Serviços Administrativos: as áreas administrativas destinam-se aos funcionários encarregados da gestão, do acolhimento, da segurança e da promoção. Estas áreas podem estar situadas no local patrimonial ou nas proximidades.

⁸ Sobre este assunto ver Cap. III.

Científicos: dependendo das situações, a existência de áreas científicas só se justifica no caso das atracções patrimoniais mais relevantes, porque, geralmente, essas funções são asseguradas pelas instituições universitárias ou de investigação. A animação cultural exige, por vezes, a criação de zonas específicas, como salas para aulas sobre Património e ateliers de experimentação.

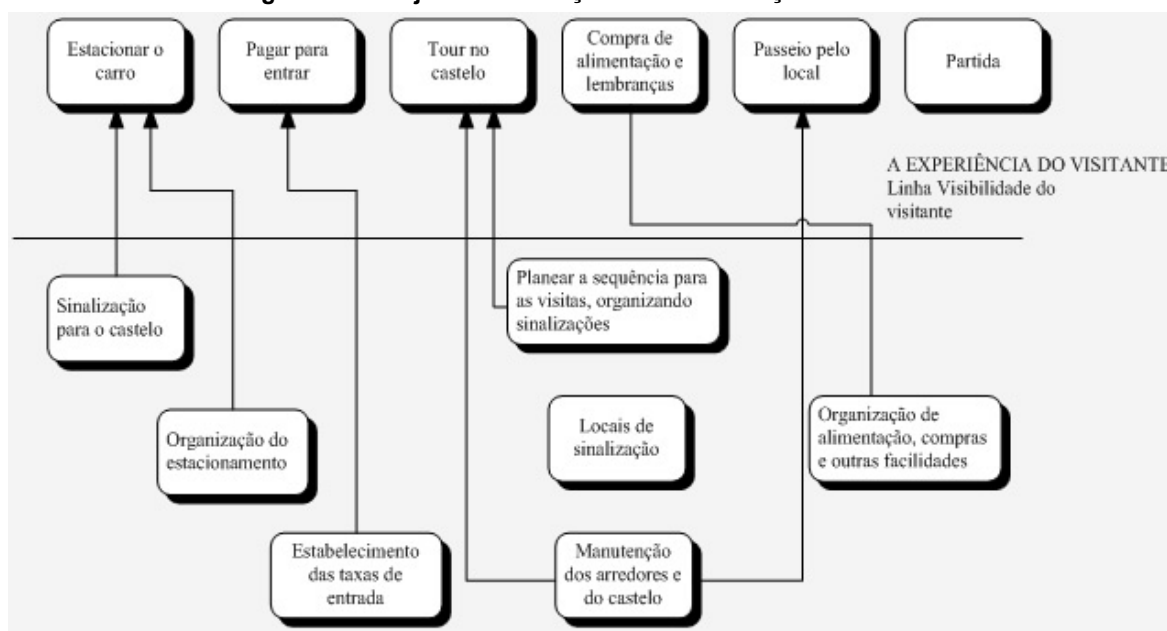
Comerciais: os espaços comerciais - lojas, restaurantes e cafés - desenvolveram-se muito rapidamente nos últimos anos. Este crescimento representa não só a vontade de querer oferecer melhores condições, mas também como forma de dar resposta a lacunas que existiam, em alguns espaços. As lojas são actualmente parte integrante da prestação cultural. O visitante pode encontrar documentos, objectos e lembranças ligadas ao local, que devem localizar-se próximo da saída. A existência deste tipo de equipamentos, se apresentarem preços acessíveis, obstam à proliferação do comércio ambulante, nos locais e ao longo do circuito que conduz a esses locais, o que acaba sempre por os transformar em vastos mercados destruidores da sua imagem. Algumas comunidades têm assumido a gestão destes serviços para evitar que a atracção se degrade.

No que diz respeito às áreas científicas e administrativas, mais uma vez só o Museu possui⁹ estas áreas. As áreas comerciais também existem no Santuário: um restaurante um café e uma loja de *merchandising*. Quanto à proliferação dos vendedores ambulantes, a Irmandade viu-se obrigada a estabelecer ordem, proibindo o comércio no escadório e na estrada que dá acesso à Igreja, uma vez que todos os anos, na altura da Festas dos Remédios, o lixo e o ruído no escadório chegavam a um limite insuportável e muito desagradável para os visitantes. O lugar de culto transformava-se numa feira, o que deu origem a protestos de muitos peregrinos que sentiam dificuldade em cumprir as suas promessas.

Apresentamos, aqui, um esquema usado no Castelo de Leeds (Fig. 1.4), que resume a forma como se podem projectar serviços numa atracção.

⁹ Ver Anexo I – Questionários às entidades gestoras.

Figura 1.4 - Projecto de Serviços de uma Atracção Patrimonial



Fonte: Adaptado de Laws (2004, 69)

5 - A Gestão dos Fluxos: avaliação provisional, a zonagem, a organização de circuitos, contingência de reservas, gestão de tarifa e o marketing.

Os fluxos dos visitantes devem ser repartidos de forma equilibrada, no espaço e no tempo. Trate-se de espaços abertos, como centros históricos e sítios arqueológicos, ou fechados, como museus, monumentos e galerias de exposição, as técnicas utilizadas são múltiplas: avaliação provisional da procura, zonagem (Fig. 1.5), organização de circuitos de visitas, áudio/guias, contingência de reserva, gestão de tarifas e mais recentemente, o marketing.

Avaliação Provisional da Procura: A importância dos equipamentos e a organização das circulações variam em função da sua frequência. Tendo em conta os visitantes, é pois essencial poder avaliar o número aproximado de pessoas que se podem acolher no mesmo local e ao mesmo tempo.

A Zonagem: Esta técnica consiste em definir os espaços em função da sua fragilidade, da sua dificuldade de acesso, da sua importância cultural, ambiental ou científica e da sua capacidade de receber equipamentos turísticos. O acesso a estas várias zonas pode ser periódico, permanente ou estritamente interdito.

O esquema mencionado por M. Shackle (2003), referente à definição de zonas na Catedral de Lincoln, em Inglaterra, demonstra como esta situação pode ser operacionalizada em igrejas e catedrais

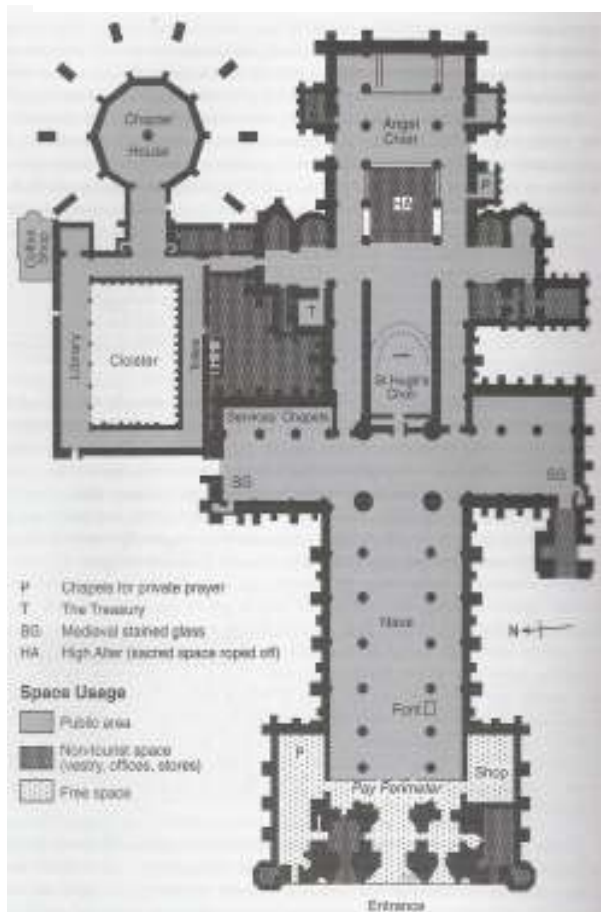
Organização de circuitos: a duração média de visita a um local cultural é de uma hora e trinta minutos a duas horas, variando o tempo em função da riqueza da colecção, da originalidade dos objectos, da arquitectura e da decoração que se deseja apresentar. A partir dessa duração global, podem ser calculados tempos de visita a uma sala, ou a uma parte definida do local, o que permite organizar os espaços de forma a evitar a saturação muito rápida da atenção, do público em geral, podendo ser tomadas várias decisões neste domínio: áudio/guias, com tempo de visitas limitado, introduzir paragens e criação de circuitos centrais para o grande público e outros, específicos, para os “profissionais”

Contingência de reservas: este método é

actualmente um dos mais utilizados. Pode restringir-se a frequência, limitando a acessibilidade aos parques de estacionamento, através da diminuição do número de lugares disponíveis, ou, então, “contingentando” o número de visitantes, sob pena de criar, logo à entrada, filas intermináveis de pessoas.

Gestão de tarifa: as tarifas podem ter uma incidência não negligenciável na gestão dos fluxos. Em 1993, o *Louvre* instituiu também um novo sistema tarifário (tarifas contraditórias). Acende-se às colecções com um bilhete de tarifa total, até às 15 horas e outro com tarifa reduzida, depois das quinze, os menores de dezoito anos têm entrada grátis. Esta nova tarifa permitiu reequilibrar a frequência entre a manhã e a tarde. Esta medida provocou uma modificação na procura, 11% dos turistas passou de manhã para de

Figura 1.5 - Plano de zonagem Catedral de Lincoln



Fonte: Shackle (2003, 166)

tarde. Por outro lado foi considerada uma medida democrática, pois permite a cada indivíduo eleger o seu preço em função da sua disponibilidade financeira (Monin 2000).

O marketing: o uso do marketing, nomeadamente as técnicas de comunicação, pode contribuir para uma gestão mais eficaz dos fluxos. Nos casos em que o fluxo de visitantes é insuficiente, também o marketing tem um papel muito importante. Exemplificando: o Museu de Armas de Leed, que se inaugurou 1996 com um custo de 50 milhões de dólares, enfrenta dívidas na ordem dos 25 milhões de dólares. O número de visitantes ronda os 400.000 por ano, mas, para financiar a operação precisa de ter 750.000. Por esse motivo, todo o esforço de desenvolvimento foi colocado nos planos de desenvolvimento, marketing e promoção (Richards 2000, 84).

Em Lamego, a gestão de fluxos é uma preocupação que só se observa no Museu e em Balsemão. Os restantes monumentos não usam nenhuma das técnicas mencionadas, uma vez que não dispõem de meios humanos e/ou técnicos.

6 - Apresentar e Interpretar

Acerca deste assunto, F. Choay (2001) refere que a desordem e o ruído que se instaurou em algumas das atracções patrimoniais devem-se a erradas estratégias de interpretação e animação, o que faz com que o património deixe de ser o motivo da própria visita, sendo mais importante toda a “teatralidade” montada à sua volta.

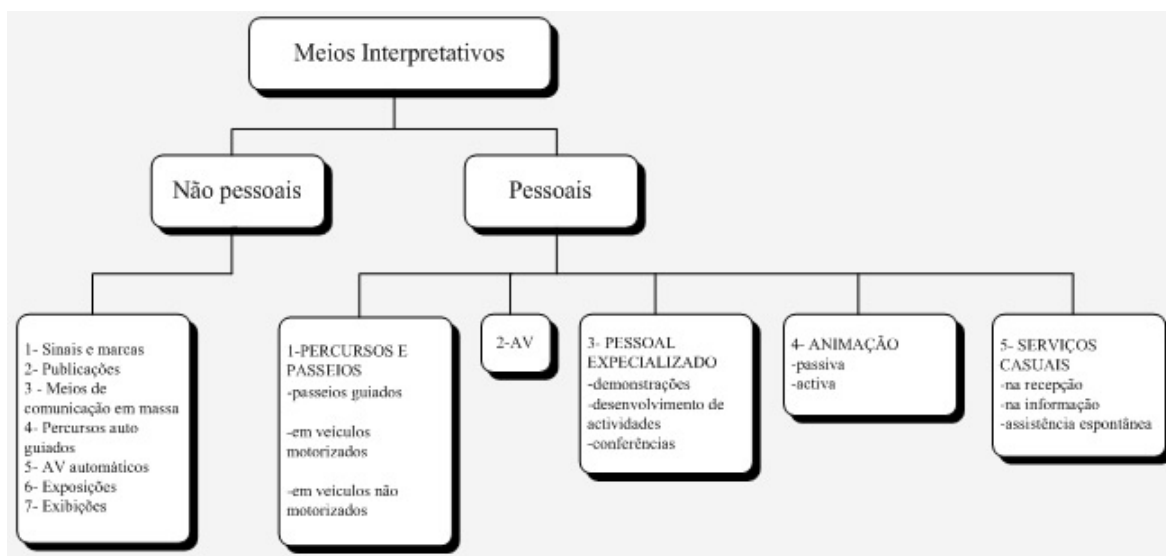
M. Miranda (2001) não partilha o mesmo entendimento, e afirma que a interpretação permite actuar com perfeito conhecimento de causa numa determinada linha, conseguindo alcançar propósitos específicos de modo a explicar os valores dos recursos.

Este autor chama a atenção para o facto da utilidade da interpretação não ser suficientemente compreendida. Por isso é frequente que certos administradores de espaços com importância patrimonial e alguns investigadores e conservadores não vejam com bons olhos a interpretação. Para muitos, a interpretação é o “patinho feito da gestão” (Miranda 2001).

A *Célula de Promotion y Animación del Desarrollo Rural* nas conclusões das jornadas técnicas, corrobora a opinião de M. Miranda e afirma que a interpretação desempenha um papel muito importante: é a chave para proporcionar códigos de leitura de patrimónios e paisagens que permitam ao visitante tanto ver, como, explorar, situar, observar, analisar, compreender (CPADR 2005).

Quanto à classificação dos meios de interpretação, L. Stewart cit. por M. Miranda (2001) classifica-os como pessoais e não pessoais (Fig. 1.6). Os primeiros contemplam uma interacção entre o público e o guia intérprete e os segundos referem-se aos serviços em que os colaboradores não têm que estar presentes (também se denominam meios autónomos ou auto-guiados).

Figura 1.6 - Organograma dos Meios Interpretativos



Fonte: Adaptado de Stewart cit. por Miranda (2001, 146)

No que diz respeito à interpretação, o Museu é, novamente, o único que possui vários meios de interpretação pessoais e não pessoais¹⁰. Nos restantes, a interpretação é muito insuficiente ou mesmo inexistente¹¹.

7 - A comunicação e comercialização

Hoje em dia, para se dar a conhecer o Património, têm-se aplicado sistemas de marketing, o que permite criar estratégias para a divulgação dos recursos (Prentice 1993).

As abordagens variam de acordo com o tipo de visitantes e segmentos que se pretende atingir, possibilitando a diferentes faixas desfrutar do mesmo recurso, da mesma atracção, mas de forma diferente (Middleton 2001).

A promoção inclui a publicidade, a comunicação, relações públicas e as vendas utilizadas para “ distribuir” o produto pelos diversos segmentos (Middleton 2001).

¹⁰ Ver Anexo I - Questionários às entidades gestoras.

¹¹ Sobre este assunto ver Cap. IV.

A publicidade clássica ou no âmbito das NTIC é uma das formas mais eficazes. Pode converter um local desconhecido, num local muito procurado, e permite atingir quatro objectivos: comunicar, construir uma imagem, reforçar um comportamento e influenciar os intermediários, como os agentes de viagens e operadores turísticos (Prentice 1993).

A publicidade “boca a boca” é, também, um elemento chave na promoção, uma vez que o produto turístico é intangível. Por esse facto, as recomendações de amigos ou familiares são muitas vezes vitais para a decisão da visita.

Existem ainda outras medidas, tendo em vista a promoção. O estabelecimento de relações com outros serviços indispensáveis ao Turismo, como os sectores de transportes e alojamento, possibilita uma ajuda mútua na promoção da oferta turística, como por exemplo, a existência de um pacote em que o hotel vende estadias que incluem a visita paga aos monumentos. Neste contexto, as atracções são parte integrante do produto e o hotel funciona como canal de distribuição. Podemos, assim, dizer que esta será uma das medidas a adoptar no futuro, em particular, para a sobrevivência de atracções de menor significado (Lanquar 2001).

Considerando que o Património é um produto intangível, a Internet desempenha um papel fundamental, quer na promoção, quer na distribuição, quer ainda na própria comercialização. Também as organizações de turismo nacionais e regionais têm um papel vital na sua comercialização e distribuição (Briggs 2000).

Relativamente aos meios usados para a divulgação da cidade de Lamego, merece destaque, pela positiva, o web site da Câmara Municipal, onde se podem encontrar várias informações acerca da oferta disponível, a descrição dos monumentos, mapas da cidade, fotos, etc.

A Região de Turismo Douro Sul, uma das entidades regionais com maior responsabilidade neste domínio, tem realizado, em nosso entender, um trabalho menos bom, principalmente nos meios que usa para a divulgação e comercialização dos produtos. Possui um desdobrável da cidade de Lamego, com fraca qualidade. Basta ler as indicações dadas para a elaboração de “flyers” ou brochuras, de autores ligados ao marketing turístico como, Midleton (2001), Briggs (1999) e Kotler (1996), para nos apercebermos dos erros que o desdobrável contém: fraca qualidade de papel, texto muito denso e com um tamanho de

letra pequeníssimo; unicamente em português; inexistência de uma escala e da publicidade no mapa. Por outro lado, esta Região de Turismo não possui um web site oficial¹².

O PDM de Lamego, elaborado 1994, aconselhava a elaboração de um roteiro do concelho, que reunisse toda a oferta patrimonial (CML 1994, 69). Na nossa opinião, teria sido um passo importante para a sua promoção e divulgação, mas, lamentavelmente, este projecto nunca foi concretizado.

A Associação Comercial e Industrial de Lamego e Vale do Douro, já extinta, elaborou mapas para a cidade de Lamego, e lançou, em 2000, um Roteiro Medieval do Douro Sul¹³, que incluía o Castelo, Almacave e o Museu, tendo sido entregues no Posto de Turismo alguns exemplares. Hoje existe um único exemplar, que serve para os profissionais do posto darem informações aos turistas. A cidade, apesar de fazer parte do Alto Douro Vinhateiro, goza de poucos benefícios, no que diz respeito à promoção e comercialização. Como refere R. Magalhães¹⁴, não existindo uma liderança no processo, o Governo não assume as suas responsabilidades, já que as entidades locais não se entendem. Desta forma não existe um plano estruturado e pensado para o desenvolvimento do Douro como Património da Humanidade, o que levanta numerosos problemas.

O facto de não ter sido implementado o Plano Intermunicipal do Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro¹⁵ (PIOTADV) provocou, entre outros problemas, a inexistência de uma política concertada de comunicação e promoção da zona.

Todavia tanto o Vale do Douro como Lamego possuem um expressivo potencial turístico e esperamos que a nova resolução do Conselho de Ministros de 20 de Setembro de 2006 seja a alavanca para o desenvolvimento e promoção desta região¹⁶.

¹² Encontra-se em desenvolvimento desde 2002. Ver <http://www.douro-turismo.pt/bem-vindos-a-regiao-douro-sul> ou <http://www.douro-turismo.pt/>.

¹³ Está prevista uma reedição para o dia 18 de Novembro de 2006, no âmbito das comemorações dos 250 anos da Região Demarcada do Douro.

¹⁴ Em Entrevista concedida à Revista TribunaDouro em Abril de 2005, pp.33-37,17.

¹⁵ Realizado aquando da candidatura do Douro a Património da Humanidade (Bianchi de Aguiar et. al, 2000) e aprovado pela resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2003, de 22 de Setembro.

¹⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2006 (<http://www.digesto.gov.pt/pdf1sdip/2006/09/18200/69246926.PDF>).

2. O POTENCIAL TURÍSTICO - A OFERTA E A PROCURA

Neste capítulo, pretendemos examinar, com base nos estudos realizados entre 2003 e 2004, a viabilidade/attractividade da oferta dos principais produtos turísticos, analisando-se, deste modo, os principais segmentos de mercado, bem como os potenciais produtos que a região, particularmente Lamego, tem para oferecer.

2.1. O potencial turístico

A informação apresentada tem por base dados recolhidos nos seguintes trabalhos:

- Turismo no Vale do Douro – realizado pela Agência Portuguesa para o Investimento (API), com a colaboração da Deloitte Consulting /Neo Turis no ano de 2003,
- O Plano de Desenvolvimento do Vale do Douro elaborado no ano de 2004 pela API
- Relatório Preliminar do Plano de Marketing da Cidade de Lamego levado a cabo em 2003 pela empresa Quartenaire Portugal.

2.1.1. Análise do estudo “Turismo no Vale do Douro”

Este estudo realizado pela Deloitte Consulting, a pedido da API, no qual se atendeu às características dos recursos turísticos da região do Douro, e, onde, também, foram identificados os produtos turísticos/motivações que melhor se podem adaptar a esta zona, dá-nos pistas sobre a procura e as suas preferências, bem como a relação que esta procura estabelece com a oferta existente na região. Foram avaliados os seguintes produtos e/ou motivações e segmentos de mercado:

Produtos turísticos/motivações – “Cruzeiros Fluviais”, “Turismo Náutico”, “Enoturismo/Gastronomia/Quintas”, “*Short-Breaks*”, “*Fly and Drive*”, “Circuitos (grupos)”, “Aventura/Ecoturismo/Natureza”, “Saúde/Spa/Golfe”, “Caça e Pesca”, “Cultura”, “Descanso/Fim de Semana”, “Congressos, Conferências e Seminários (CCS)” e “Incentivos/Eventos” (Quadro 2.1).

Nesta análise, a região foi dividida, de acordo com as suas características específicas, em 7 zonas distintas; porém no âmbito desta dissertação optamos por construir um único quadro com as 5 zonas¹⁷, que compõe o Vale do Douro no território nacional (Quadro 2.1).

¹⁷ Foram retiradas as zonas que não pertencentes a Portugal: Vegas del Duero e Rueda - Tordesillas e Ribera del Duero - Aranda/ Burgo.

Quadro 2.1 – Recursos Turísticos do Douro

	Cruzeiros Fluviais	Náutico	Eno – turismo	Short Breaks	Fly & Drive	Circuitos (Grupos)	Aventura Ecoturismo Natureza	Golfe	Saúde Spa	Caça Pesca	Cultural	CCS's	Incentivos Eventos	Descanso Fim-de-semana
Douro Litoral – Castelo de Paiva	3	5	4	3	3	4	4	5	4	2	4	4	3	5
Beira Douro – Pinhão/Sabrosa	4	4	4	3	3	4	3	4	3	3	4	3	3	4
Alto Douro – Lamego/Tarouca	4	4	5	4	3	5	4	4	4	4	4	4	3	4
Douro Superior – Foz Côa/Barca D'Alva	4	4	5	3	2	3	4	2	3	5	4	2	2	2
Arribas do Douro Internacional - Miranda/Bragança	1	3	2	1	2	3	5	1	3	4	3	2	1	2

Fonte: Adaptado de Deloitte Consulting / NeoTuris (2003, 39)

Legenda: Fit região/produto turístico

Alta	Média	Baixa
5	4	3
4	3	2
3	2	1

De um modo geral, todos os produtos seleccionados apresentam, no que diz respeito ao Alto Douro, um bom *fit*. Destaca-se pela positiva, o Enoturismo que atinge a pontuação máxima (5), como seria de esperar. O património edificado é designado como “produto cultural”. Este produto detém um fit elevado (4).

Aparentemente Lamego estaria ligada a um produto e público específico, no entanto, não devemos ter uma visão redutora da oferta da cidade de Lamego, catalogando-a no produto dito cultural. Convém aqui salientar que o património da cidade de Lamego deve ser visto, não como uma oferta principal da região do Douro, mas como uma mais valia, como um elemento complementar, que muitas vezes é oferecido como opção¹⁸ e como um factor diferenciador e ampliador¹⁹ de outros produtos oferecidos por esta região.

Segmentos de Mercado – “Individuais e casais maduros”, “Individuais e casais reformados”, “Famílias”, “Jovens profissionais” e “Outros Jovens” (Quadro 2.2).

De acordo com os quadros 2.2 e 2.3, os segmentos a ter em atenção para a cidade de Lamego serão: “individuais e casais maduros” e “individuais casais reformados”, pois representam uma maior propensão para o tipo de oferta (cidade histórica, cidade cultural do Vale do Douro²⁰).

Quadro 2.2 - Caracterização dos segmentos de mercado

LAZER	Estadia Média Noites	Sazonalidade		Sensibilidade ao Preço	Nível de despesa	Potencial de crescimento	Atractividade
		Semanal	Anual				
Individuais Casais maduros	1 a 3	5	3	1/3	3/5	3	3/5
Individuais Casais reformados	7 a 14	1	1	3/5	3	5	3
Famílias	2 a 7	5	3/5	5	1/3	3	3
Jovens Profissionais	3 a 5	5	3	3	3/5	3	3/5
Outros jovens	3 a 7	5	5	5	1	3	1

Fonte : Adaptado de Deloitte Consulting / Neo Turis (2003, 41)

Legenda: Fit região/produto turístico:

Alta	Média	Baixa
5	4	3
		2
		1

¹⁸ Ver programas dos Operadores Turísticos no Douro que possuem ofertas de barco hotel como: o Douro Azul e o CroisiEurope em que Lamego é uma alternativa de *tour*, não incluído no preço final da viagem.

¹⁹ Sobre este conceito consultar Middleton (2001, 93-149) e também Coelho e Correia (1998, 93-94).

²⁰ Ver sobre esta classificação API (2003, 19).

Numa análise sumária das características destes dois segmentos, podemos afirmar que, no caso dos “individuais e casais reformados”, é lhes indiferente a época do ano para realizar férias e, assim sendo, são faixas muito interessantes, pois a Região do Douro, tal como acontece no restante espaço nacional, sofre de problemas de sazonalidade. Assim investir nestes segmentos poderá ser uma forma de diminuir a sazonalidade (ver ponto 3 deste capítulo).

Quadro 2.3 - Fit entre as localizações e os segmentos de mercado

LAZER	Individuais Casais maduros	Individuais Casais reformados	Famílias	Jovens Profissionais	Outros jovens
Douro Litoral –Castelo de paiva	3	3	5	5	4
Beira Douro – Pinhão Sabrosa	5	5	4	3	2
Alto Douro - Lamego / Tarouca	5	5	4	4	3
Douro Superior -Foz Côa/ Barca D’Alva	4	4	3	3	3
Aribas do Douro Internacional- Miranda Braçança	3	3	3	3	3

Fonte : Adaptado de Deloitte Consulting / Neo Turis (2003, 42)

Legenda: Fit região/produto turístico:

Alta	Média	Baixa
5	4	3
		2
		1

Por outro lado, o nível de sensibilidade ao preço varia entre uma sensibilidade média e média alta, o que nos indica tratarem-se de segmentos em que a variação de preços, neste caso a sua subida, afecta desde logo a procura. Ao nível de gastos, este é médio. Outro aspecto a destacar, prende-se com o tempo médio de estada que é de 7 a 14 dias, o que é extremamente positivo, numa região onde a média ronda 1,6 dias, segundo o trabalho elaborado pela Quartenaire, em 2003.

No caso dos “individuais e casais maduros” e no que diz respeito à sazonalidade, são sensíveis à época do ano para realizar férias, pois têm que atender em primeiro lugar aos seus compromissos profissionais. No entanto, o nível de sensibilidade, face ao preço, é média baixa, sendo o nível de gastos médio.

Do estudo sobre os diversos produtos/motivações, emergem como principais conclusões as seguintes (expostas no diagnóstico síntese realizado pela API (2004):

- “Os Cruzeiros Fluviais e Enoturismo são os dois produtos/motivações com maior interesse para o destino, em termos de potencial de crescimento (nível de despesa e atractividade global)” (API 2004, 26);
- “Os short-breaks, apesar de apresentarem um potencial de crescimento “atractivamente” interessantes, têm também como característica o facto de serem um produto altamente sazonal (fim-de-semana)” (API 2004, 26);
- “O Golfe e o SPA são, geralmente, atractivos do ponto de vista do desenvolvimento para o destino, mas não encontram no Douro a atractividade suficiente para se constituírem como produtos/motivações âncora (open-resorts)”(API 2004, 27);
- “A motivação de descanso/fim-de-semana, apesar de implicar um nível de despesa ainda baixo, representa um produto com elevado potencial de crescimento e atractividade para o destino” (API 2004, 27);
- “Ao nível dos produtos de negócios, destaca-se a elevada atractividade de CCS (Congressos, Conferências, Seminários) para o Vale do Douro, embora essa não se revele da mesma forma em todas as localizações” (API 2004, 27);
- “Os produtos/motivações de Incentivos e Eventos de Pequena Dimensão (ex. lançamento de produtos) têm menor sensibilidade ao preço mas um potencial de crescimento reduzido vs. CCS” (API 2004, 27).

Ainda, como principais resultados deste estudo, em termos dos segmentos da procura mais relevantes para o Vale do Douro, apontam-se (API 2004):

- “Os individuais e casais maduros e sem filhos, a par dos jovens profissionais, constituem dois segmentos interessantes para o Douro, devido ao seu potencial de crescimento em volume e despesa e à sua baixa sazonalidade” (API 2004, 27);
- “Os individuais e casais reformados, embora apresentem uma sazonalidade anual e semanal baixa e um elevado potencial de crescimento, não detêm, ainda, um poder de compra, reflectido numa menor sensibilidade ao preço” (API 2004, 27);
- “As famílias correspondem a um segmento de procura interessante muito embora sejam altamente sensíveis ao preço e o nível de despesa possa ser baixo, também a sazonalidade do mercado é maior” (API 2004, 27);
- “Os outros jovens correspondem a um segmento não muito interessante para os investidores do sector do turismo e para o próprio desenvolvimento do destino no curto/médio prazo” (API 2004, 27).

Em último lugar, analisando os principais mercados emissores de turistas para Portugal apresentam-se de seguida as principais conclusões relevantes na definição de uma estratégia de desenvolvimento do potencial turístico do Douro. Assim temos (API 2004):

Mercado Nacional:

- “As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto serão as principais origens dos turistas nacionais no Vale do Douro” (API 2004, 27);
- “O turismo de fim-de-semana é muito mais forte em Lisboa que no Porto (cerca de três vezes mais), o que pode significar que o mercado de proximidade será o que menos irá frequentar o alojamento e animação” (API 2004, 27);
- “A sazonalidade estival está consolidada ou em agravamento e Agosto concentra cerca de 2/3 das férias dos portugueses, o que significa que o mercado nacional não será o motor do equilíbrio de funcionamento turístico no Douro, antes acentuando picos de procura com as repercussões negativas que isso acarreta” (API 2004, 27);
- “O relativo equilíbrio de férias na praia (50%) e em ambiente não urbano e/ou litoral (40%) é um aspecto que se revela positivo para o Douro” (API 2004, 27);
- “As principais preferências intrínsecas do mercado português, sendo 72%- Descanso; 42%- Praia; 30% - Paisagem; 27% - encontro com pessoas de outras regiões; 26% - Divertimento e Espectáculos; 14% - Vida social; 13%- Museus e Monumentos; 9% - Gastronomia, vão ao encontro das características da oferta do Douro, excepto no que respeita à praia (parecendo-nos que tal factor por não existir na zona deveria ser substituído pelas albufeiras e actividades associadas)” (API 2004, 27);
- “Sendo a população activa, o segmento que regista a maior percentagem de gozo de férias e conjugando este facto com o baixo poder de compra da população reformada, não será de contar com uma ocupação na época baixa e média pelo turismo de terceira idade nacional²¹” (API 2004, 27).

Mercados Europeus:

- “50% dos turistas europeus escolhem o destino pela paisagem - O Douro, destacando o Alto Douro Vinhateiro Património Mundial e as Arribas do Douro, são manifestamente fortes, em qualidade intrínseca e diversidade” (API 2004, 28);

²¹ Na nossa opinião o estudo apresenta limitações pois não entra em linha de conta com a próxima alteração substantiva na estrutura das reformas, com uma faixa muito significativa de reformados com pensões elevadas.

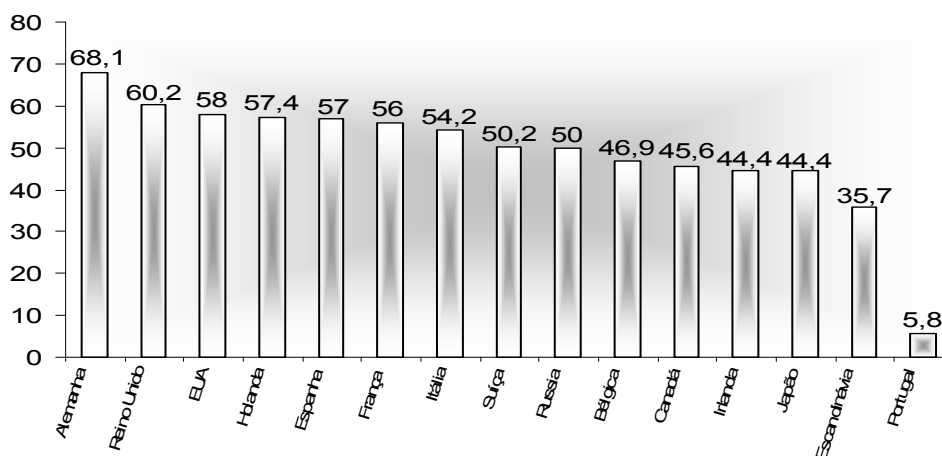
- “45 % dos turistas europeus escolhem o destino pelo clima - O Douro possui um clima mediterrânico e meias estações muito agradáveis que importa realçar na promoção” (API 2004, 28);
- “35% dos turistas europeus escolhem o destino pelo preço do alojamento e da viagem - O Douro não pode deixar de ser competitivo neste ponto” (API 2004, 28);
- “30% dos turistas europeus escolhem o destino pelo interesse histórico - O património mundial da UNESCO tem muito a oferecer, desde o Douro Internacional até à Foz, apresentando uma elevada diversificação - Cidades, Paisagens, Arqueologia, etc..” (API 2004, 27).

Mercados Intercontinentais:

Finalmente, de acordo com o estudo da Deloitte, em termos de mercados intercontinentais, o Douro terá que criar a sua própria imagem como destino turístico, explorando a sua associação com produtos de referência mundial como o Vinho do Porto ou os valores classificados como Património Mundial. E, neste domínio, a apresentação do Douro como um espaço com uma carga histórica forte, **associada a valores monumentais e culturais**, poderá favorecer a sua notoriedade nestes mercados, especialmente se associada a produtos específicos em forte expansão como o golfe, cruzeiros fluviais ou observação da natureza e vida selvagem.

Em conclusão, dos mercados emissores que se poderão dirigir a Portugal (Gráfico 2.1), estima-se que exista uma percentagem importante de turistas que viajam por motivações consistentes com as principais características do Vale do Douro.

Gráfico 2.1 - Percentagem de Turistas com Motivações Douro, por principais origens



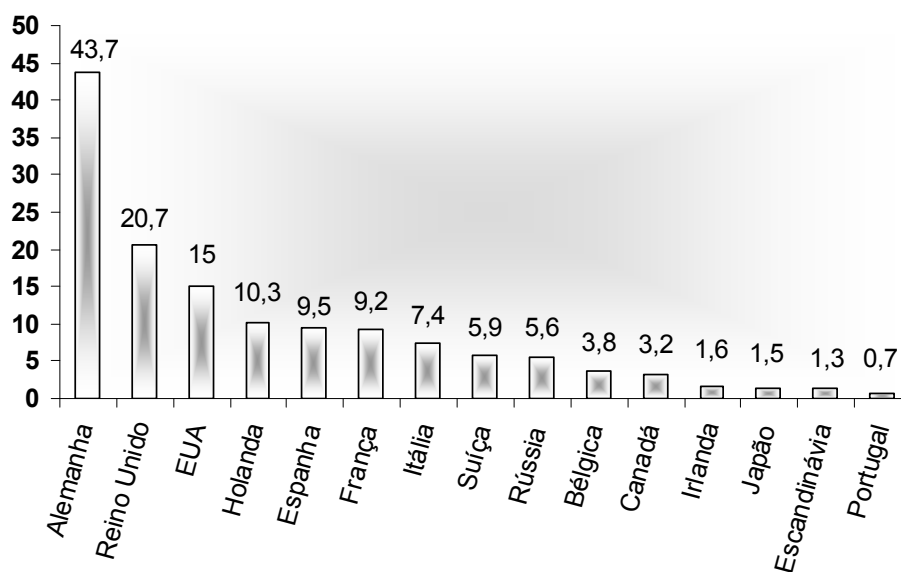
Fonte: Adaptado de Deloitte Consulting/Neo Turis (2003, 40)

É significativo, igualmente, verificar que os países em que é maior a proporção de turistas que viajam de acordo com as motivações referidas, são também aqueles que atribuem maior importância ao produto Vinho do Porto (como recurso turístico) (Gráfico 2.2) (Deloitte Consulting / Neo Turis 2003, 41).

Dentro desta lógica e de acordo com a Deloitte Consulting os produtos turísticos existentes e a criar na Região do Douro enquadram-se nas motivações de cerca de 46% da procura potencial dos principais mercados emissores (cerca de 140 milhões de turistas). Essa procura dirige-se aos diversos e múltiplos destinos turísticos existentes a nível mundial desde que a oferta corresponda às suas motivações.

A capacidade de cada destino para captar uma quota-parte dessa procura dependerá, em última análise, da dimensão e da qualidade da respectiva oferta, da sua competitividade (relação preço/qualidade) e da eficácia do seu marketing e promoção (Deloitte Consulting / Neo Turis 2003).

Gráfico 2.2 – Percentagem de Turistas com Motivações Vinho, por principais origens



Fonte: Adaptado de Deloitte Consulting/Neo Turis (2003, 41)

2.1.2. Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (API 2004)

Segundo o Plano de Desenvolvimento do Vale do Douro na Região Duriense (Fig.2.1) o turismo é o sector capaz de transformar esse potencial numa efectiva cadeia de valores, cuja mais valia geradora de emprego, riqueza e iniciativa, reverterá para o desenvolvimento e qualificação da região. Deste modo este plano não poderia deixar de ser

aqui mencionado, no contexto de valorização e aproveitamento que a Região Duriense proporciona.

De facto, de acordo com o estudo da API (2004):

- “O Vale do Douro reúne todas as condições para se tornar um importante referencial turístico português, a seguir a Lisboa, ao Algarve e à Madeira, com um dos grandes rios românticos do mundo. Integrador de um invulgar conjunto de valores paisagísticos, culturais e patrimoniais, designadamente no domínio vitivinícola, cultural e ambiental, o Douro dispõe de recursos e potencialidades ímpares para fixar um novo “destino turístico” em Portugal, não concorrente com nenhum dos já existentes, e suficientemente diversificado e apelativo para atrair diversos nichos e sectores de mercado” (API 2004, 1);
- “Embora a Região venha a afirmar a sua oferta turística ao longo dos últimos anos, está ainda muito aquém de preencher o potencial de atracção que possui (...)” Com efeito (...) “a vitivinicultura Duriense, a classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial, de par com as classificações, no mesmo âmbito, do Parque Arqueológico do Vale do Côa e do Centro Histórico do Porto e ainda com a criação do Parque do Douro Internacional, os cruzeiros fluviais, o Museu do Douro, Comboios Turísticos e os Comboios Históricos são meios insuficientes para mobilizar os investidores, agentes e operadores turísticos de forma a estabelecer uma procura significativa e sustentada” (API 2004, 1);

Figura 2.1 - Delimitação da RTDS/Vale do Douro



Fonte: API (2004, 13)

- “A preservação dos excepcionais recursos do Douro, como uma oferta turística diferenciada, determinam uma especial vocação para mercados turísticos de qualidade, quer no mercado interno, quer no internacional, que valorizem e remunerem os recursos que o Douro tem para oferecer, sem induzir um volume excessivo de fluxos turísticos, que possam vir a degradar a sua frágil estrutura territorial (...)” (API 2004, 1);
- “A evolução verificada nas últimas duas décadas demonstra que sem um impulso enquadrador e estruturante capaz de promover o aproveitamento destas potencialidades e favorecer a criação de um mínimo de “massa crítica”, que sustente um novo “destino turístico”, com dimensão e qualidade para ser internacionalmente reconhecido, o turismo na Região do Douro tende para uma evolução lenta e pontual, como tem acontecido até aqui, incapaz de gerar sinergias locais significativas e de assegurar a sua dinamização, com a agravante de ver redobrar os riscos que podem levar à sua degradação” (API 2004, 2);
- “O desenvolvimento do turismo no Douro pode tornar-se um pilar fundamental e de resultados esperados rápidos, para dinamizar o desenvolvimento económico e social em toda a região, com importantes efeitos indutores de estruturação, qualificação e competitividade das suas actividades produtivas” (API 2004, 2);
- “Nestes termos, os efeitos económicos e sociais decorrentes do processo de desenvolvimento turístico no Vale do Douro, justificam o efectivo empenho do Governo de modo a concretizar, de forma acelerada, um conjunto de investimentos e a operacionalizando serviços e estruturas de responsabilidade pública, cuja inércia ou inexistência tem impedido o desenvolvimento mais célere de todo o espaço duriense; por outro lado esta situação afecta a rentabilidade dos investimentos empresariais, sem os quais não será possível concretizar o impulso de crescimento que o turismo pode ajudar a dinamizar” (API 2004, 2);
- “Procurando evidenciar os motivos que justificam uma intervenção estimuladora de investimento turístico estruturado no Vale do Douro e do seu poderoso impacto na região, a API – Agência Portuguesa para o Investimento, promoveu, em 2003, um conjunto de trabalhos técnicos de análise de potencialidades, de mercados e de formulação estratégica, a fim de sustentarem a tomada da decisão política de valorizar o potencial turístico do Douro” (API 2004, 2).

2.1.3. Potencial Turístico da Cidade de Lamego

No relatório Preliminar do Plano de Marketing da Cidade de Lamego, realizado pela empresa Quarternaire Portugal, registam-se algumas das estratégias apontadas, atendendo às potencialidades descobertas por este estudo, no que concerne ao património de Lamego.

A análise deste documento tem como objectivo final, perceber de que forma as estratégias propostas podem contribuir para a realização de um plano de gestão do património da cidade, que se vai ser elaborado no Capítulo V do presente trabalho.

Assim, deste modo e logo na abertura do documento, são traçados os eixos prioritários (Quadro 2.4).

Quadro 2.4 - Eixos prioritários por cidade

CIDADE	PAPEL ESPECÍFICO NO EIXO
VILA REAL	Potencial de Formação, extensão e formação. Capacidade de atracção de investimentos externos. Concentração urbana propensa ao desenvolvimento de serviços.
PESO DA RÉGUA	Interface de transportes. Núcleo central da economia e cultura do vinho. Espaço de lazer e fruição do rio.
LAMEGO	Potencial de qualidade urbana associada ao património e à animação cultural Potencial de valorização e promoção de produtos regionais.

Fonte: Adaptado de Quarternaire Portugal (2003, 20)

No que diz respeito aos vectores urbanos a valorizar, em Lamego, este estudo refere os seguintes, destacando-se os que estão ligados com a área do Património (Quarternaire Portugal 2003, 20):

- “Centro de uma zona com importante património arquitectónico, de significado nacional”;
- “Edifícios com monumentalidade e valor arquitectónico que conferem à cidade uma imagem específica, de grande interesse histórico”;
- “Museu de Lamego”.

Sobre a evolução da estrutura Urbana da cidade, o estudo tece diversas considerações, das quais apontamos as seguintes:

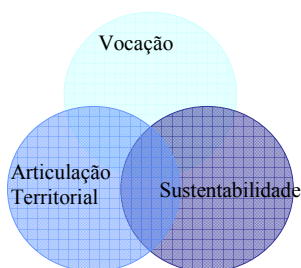
- O centro da cidade mantém-se bem estruturado e o conjunto de intervenções que estão projectadas para o seu topo sul - obras no museu, criação do museu diocesano a recuperação do Teatro Ribeiro Conceição - irão valorizar o espaço, que deixará de ser uma zona de passagem para se transformar em zona de lazer e fruição.

Pelo que observámos, as intervenções previstas em 2003 estão a decorrer. No caso do Teatro Ribeiro Conceição as obras iniciaram-se no ano de 2005, apoiadas pelo Programa Operacional da Cultura – QCA III; no que se refere ao Museu Diocesano, estão a decorrer obras para a sua instalação na antiga Casa do Poço; relativamente às obras no Museu de Lamego está previsto se iniciem ainda no decorrer de 2006²².

- A zona comercial (ruas que sobem a Praça até Almacave) irá sofrer intervenções de requalificação urbanística, no âmbito do projecto URBCOM, tornando esta área histórica mais atractiva e funcional, qualificando assim uma zona importante da cidade. A aplicação do programa URBCOM tem sido difícil, já que a falta de verbas tem impedido a execução dos projectos.
- Os Bairros da Ponte e do Castelo continuam a necessitar de intervenções, sem as quais a cidade não poderá tirar partido do seu importante centro histórico.

Segundo o documento da Quartenaire, a definição de objectivos para o desenvolvimento da cidade de Lamego passa, em primeiro lugar, por estabelecer um quadro de referência a partir do qual seja possível determinar os seus vectores de afirmação e de competitividade.

Figura 2.2 - Dimensões Estratégicas



Fonte: Adaptado de Quartenaire Portugal (2003, 41)

Neste sentido, foram estabelecidos três aspectos de referência (Fig. 2.2):

Vocação - A aptidão cultural que a cidade apresenta, fruto da sua riqueza em termos de património arquitectónico e arqueológico, religioso e civil, deve ser assumida como elemento âncora²³ para o seu desenvolvimento e consolidada na óptica da sua reutilização produtiva, ou seja, enquanto

²² Segundo informação dada pela Técnica Principal do Museu de Lamego. Ver Anexo I – Questionários às entidades gestoras.

²³ Sendo o património considerado um “produto” âncora, fica provada a importância deste recurso para o desenvolvimento desta cidade.

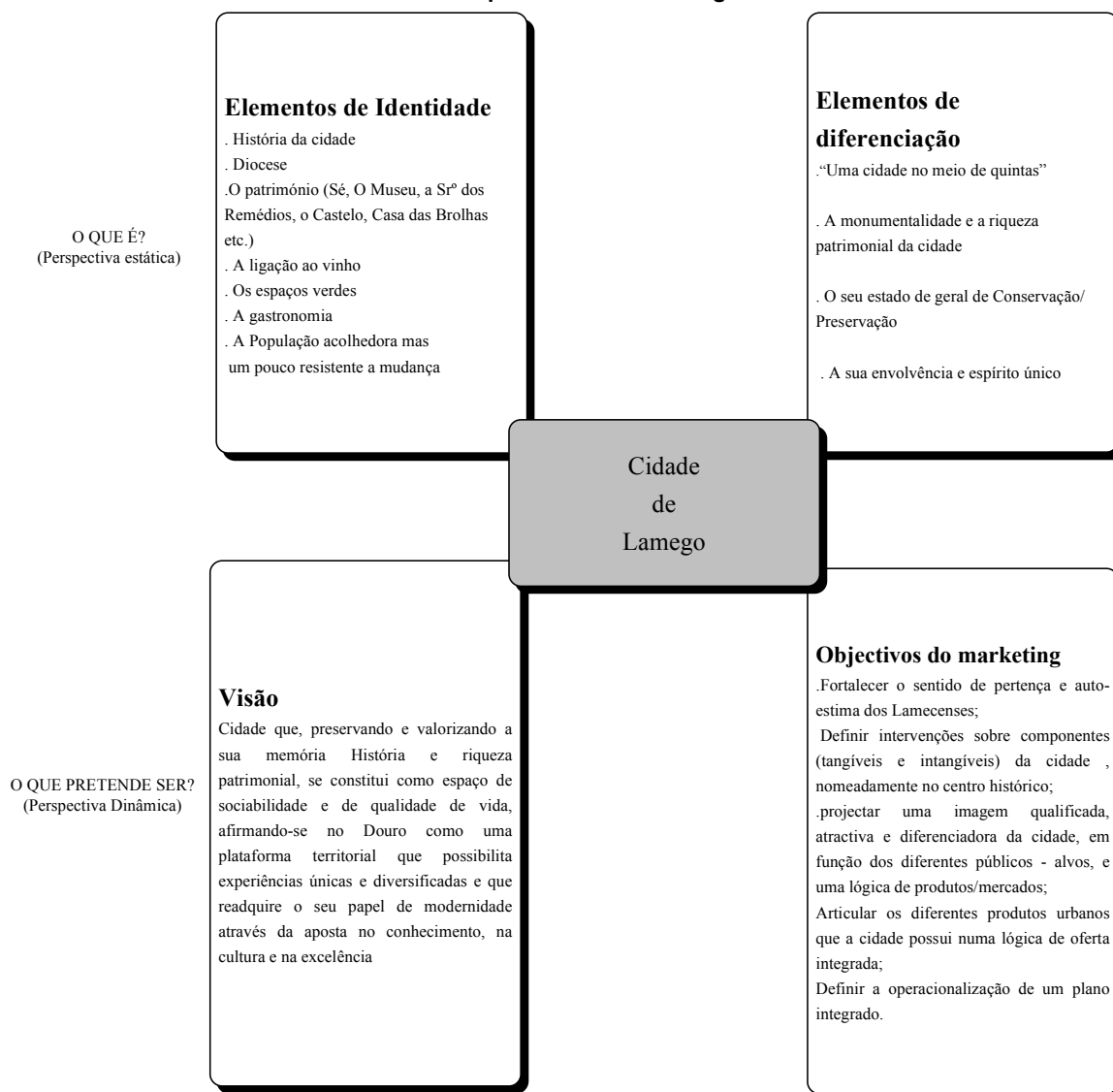
dinamizadora de actividades socio-económicas indutoras, simultaneamente, da melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes e para aumentar a sua capacidade de atrair novos fluxos de visitantes e de investimentos.

Ainda no relatório da Quartenaire, e no que concerne aos objectivos estruturantes para a cidade, realçamos o mais importante, em nosso entender:

Reforçar a rede de equipamentos culturais e de lazer e promover formas inovadoras de fruição do património.

No que diz respeito ao enquadramento estratégico global apresenta-se o seguinte quadro:

Quadro 2.5- Enquadramento Estratégico Global



Fonte: Adaptado de Quartenaire Portugal (2003, 45)

Analisando o quadro 2.5, podemos concluir que os elementos de identidade se prendem com o seu diversificado e rico património, aliado a outros factores. O bom estado de conservação e preservação, aludidos no plano acima referido, será amplamente debatido no capítulo III.

2.2. Caracterização da oferta e da procura na Região de Turismo Douro Sul

Decidimos, nesta secção, fazer um levantamento da oferta relativo só ao alojamento, uma vez que este estudo recai sobre a oferta patrimonial de Lamego, que será apresentada no ponto III deste estudo.

2.2.1. A Região de Turismo Douro Sul (RTDS)

Primeiro baptizada de Comissão Regional de Turismo, a RTDS foi oficialmente criada pelo Decreto-Lei nº 489 de 17 de Outubro de 1980, integrando já os concelhos que actualmente a compõem, salvo Meda. Abrange pois onze concelhos com uma área total superior a 2000 Km² (RTDS s/d).

Os seus estatutos encontram-se consignados no Decreto-Lei 154/93 de 6 de Maio que, no artigo 1º, consagra a instituição, como “...uma pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio...”. O mesmo artigo postula, ainda, a possibilidade de fusão com outras regiões. Relativamente à logística, será oportuno mencionar que a RTDS tem sede na cidade de Lamego, coordenando os postos de turismo referentes aos municípios (Fig. 2.1) que a constituem.

2.2.2. Oferta Turística – Alojamento na RTDS

Estão a operar nesta região dezanove estabelecimentos hoteleiros (Quadro 2.6 e Gráfico 2.3) que correspondem a uma oferta total de 946 camas; destas, 577 correspondem a 60 % da oferta concentrando-se na cidade de Lamego.

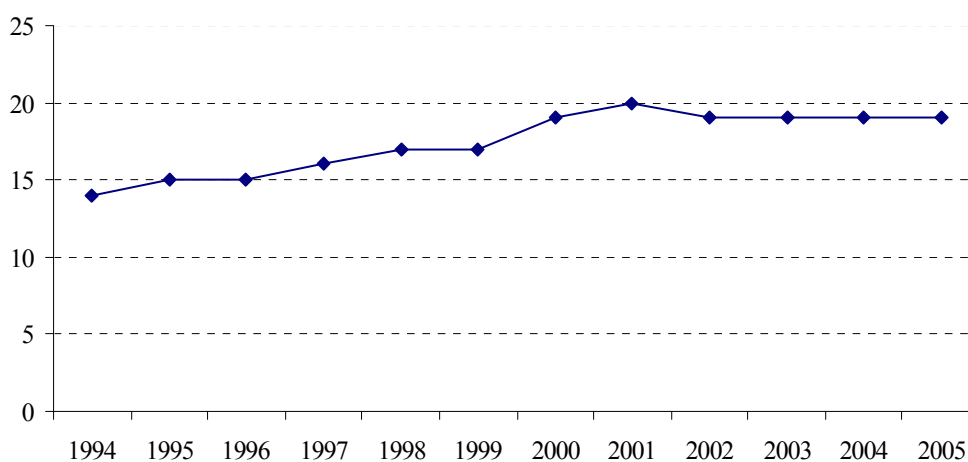
Como podemos observar através do quadro 2.6 e gráfico 2.3, de 1994 até 2002, houve uma evolução positiva: a oferta de alojamento passou, em oito anos, de 14 unidades para 19 unidades, correspondendo a um crescimento de 35%. A partir desse ano existiu uma estagnação no crescimento do número de unidades e número de camas (Gráfico 2.3 e 2.4).

Quadro 2.6 - Evolução dos Estabelecimentos Hoteleiros na RTDS

1994	14
1995	15
	7%
1996	15
	0%
1997	16
	7%
1998	17
	7%
1999	17
	0%
2000	19
	12%
2001	20
	5%
2002	19
	- 5%
2003	19
	0%
2004	19
	0%
2005	19
	0%
Varição (1994 a 2005) =35%	

Fonte: RTDS (2002) e www.douro-alojamento.com

Gráfico 2.3 - Evolução dos Estabelecimentos Hoteleiros na Região de Turismo Douro Sul



Fonte: RTDS (2002) e www.douro-alojamento.com

Por outro lado entre o ano de 1994 e o ano de 2002, o número de camas subiu significativamente (Quadro 2.7), tendo-se registado um crescimento de 65% o que representa uma oferta real de mais 337 camas. Este aumento deve-se, em grande parte, ao investimento realizado na cidade de Lamego. A abertura do Hotel Lamego, em 1996, com uma oferta de 186 camas tal como a inauguração do Solar dos Pachecos, em 2002, com uma disponibilidade de 59 camas.

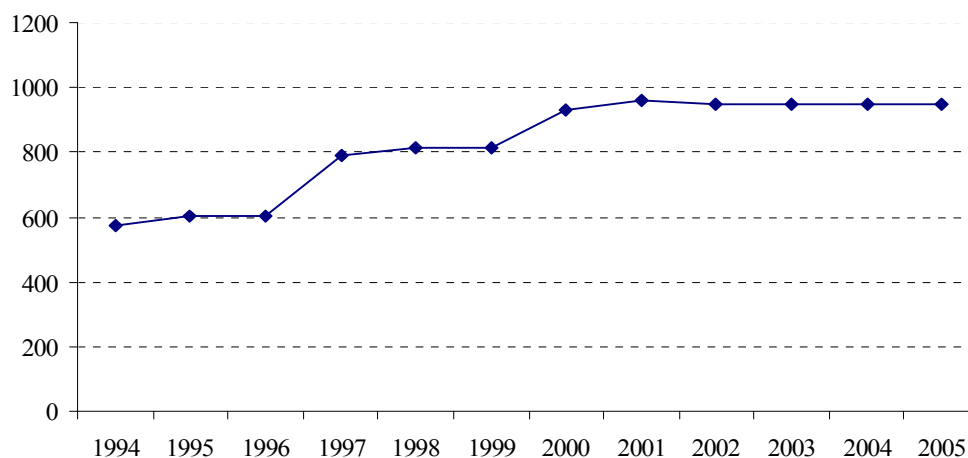
Quadro 2.7 - Evolução do número de camas na RTDS

1994	573
	—
1995	602
	5%
1996	602
	—
1997	790
	31%
1998	816
	3%
1999	816
	—
2000	930
	13%
2001	959
	3%
2002	946
	- 2%
2003	946
	0 %
2004	946
	0 %
2005	946
	0 %
Varição (1994 a 2005) = 65%	

Fonte: RTDS (2002) e www.douro-alojamento.com

Convém ainda referir que o encerramento de uma unidade (Gráfico 2.4) não prejudicou a oferta de forma considerável, visto que, das 959 existentes em 2001, passou-se para 946 em 2002, uma redução que se traduziu numa diminuição em menos 13, ou seja, - 2 %.

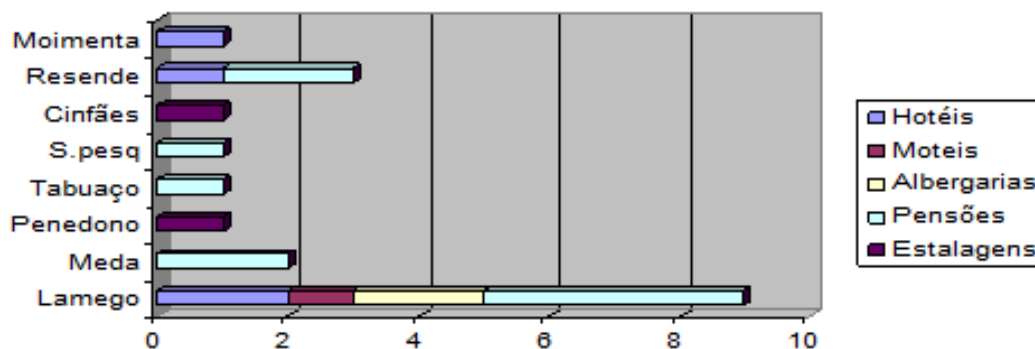
Gráfico 2.4 - Evolução dos estabelecimentos hoteleiros na RTDS



Fonte: RTDS (2002) e www.douro-alojamento.com

Por outro lado, analisando o Gráfico 2.5, verifica-se que o concelho de Lamego é, dentro da RTDS, aquele que dispõe de maior número de Unidades Hoteleiras. Este dado é relevante, pois segundo C. Henriques (2003, 111), a maioria do turismo cultural e patrimonial tende a ficar alojado em hotéis.

Gráfico 2.5- Estabelecimentos Hoteleiros RTDS (2005)



Fonte: Elaboração própria a partir de RTDS (2002) e www.douro-alojamento.com

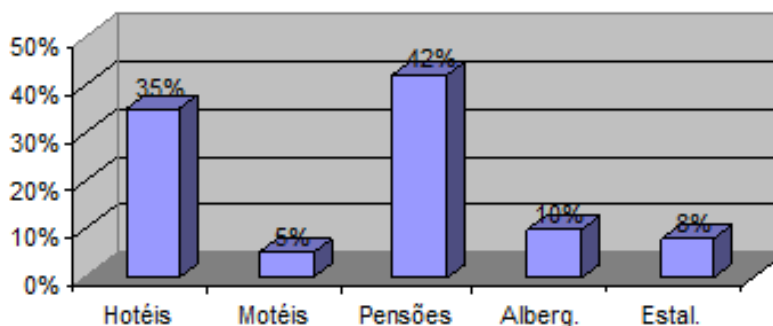
Possui também um Motel e duas Albergarias, os quais podem, na falta de mais hotéis na cidade, oferecer um alojamento com alguma qualidade. Há também quatro pensões. Esta tipologia, de um modo geral, não tem interesse do ponto de vista da Indústria Turística Cultural e Patrimonial.

O concelho de Resende surge em segundo lugar com três unidades: um hotel de três estrelas e 2 pensões, enquanto que os concelhos da Meda e Cinfães apresentam duas unidades. Os restantes concelhos possuem uma unidade de alojamento cada: Moimenta da

Beira, S. J. Pesqueira e Tabuaço têm como oferta pensões; Cinfães e Penedono possuem estalagens. Salienta-se a ausência de empreendimentos hoteleiros, nos concelhos de Armamar, Sernancelhe e Tarouca.

Como seria de prever, e de acordo com o Gráfico 2.6, as pensões são as unidades com maior representação na região, não sendo, por isso, de estranhar que representem o maior volume de camas, com 46% do total existente.

Gráfico 2.6- Distribuição Percentual de Unidades em Função da Classificação (2005)



Fonte: Elaboração própria a partir de RTDS (20002) e www.alojamento-douro.com

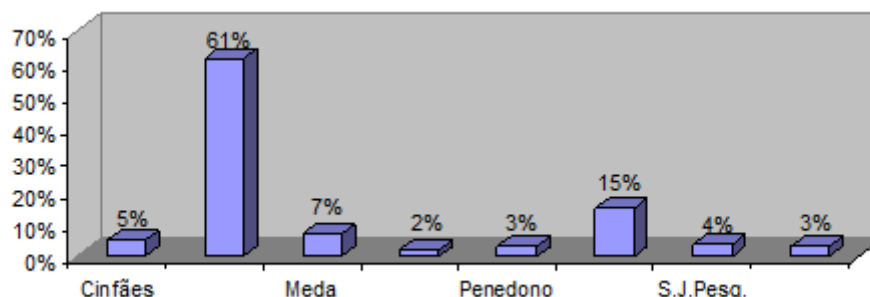
Este dado enquadra-se nos problemas que os destinos turísticos sentem no seu desenvolvimento, como menciona R. Butler (1980) na descrição do ciclo de vida. O autor refere que, quando o destino se encontra na “fase de desenvolvimento”, necessita de realizar investimento na criação das supra – estruturas, processo levado a cabo pelos investidores locais, mas de forma lenta, e com oferta de baixa qualidade, pois não foi pensada para satisfazer maiores fluxos turísticos. Esta é a fase em que se mantém a RTDS, atendendo aos dados disponíveis.

Voltando à análise do gráfico 2.6, temos com 35% do total de camas as unidades hoteleiras, seguidas a grande distância, com 6% e 8%, respectivamente, as albergarias e estalagens. Por último, com 5% do total de camas, surgem os motéis. Importa referir, a título explicativo, que pese embora o facto das albergarias serem uma categoria de pensões, a região RTDS optou por distinguir estas tipologias de modo a discriminar uma maior variedade de unidades e permitindo assim uma análise mais detalhada. Idêntica metodologia foi seguida no presente estudo.

Através da análise do gráfico 2.7, observamos que o concelho de Lamego concentra 61% das camas, num total de 577 das existentes em toda a área da região do Douro Sul, seguido do concelho de Resende, que representa 15% do total de camas. Os restantes concelhos

apresentam valores relativamente baixos, variando entre os 6% e os 2%, correspondendo também ao escasso número de unidades hoteleiras de que dispõem.

Gráfico 2.7- Distribuição de Camas por Concelho (2005)



Fonte: Elaboração própria a partir de RTDS (2002) e www.alojamento-douro.com

Os empreendimentos TER (Quadro 2.8), com 53 unidades correspondem a 71% da oferta disponível existente em toda a região, enquanto que os estabelecimentos hoteleiros representam 26% dessa oferta, correspondendo em termos reais a 19 unidades. Por sua vez, os MCAT representam apenas 3% do número de empreendimentos existentes: a Quinta da Paiola – Apartamento Turístico situado no concelho de Meda e a Quinta do Lodão – Moradia Turística no concelho de Cinfães.

Quadro 2.8 - Nº de Est.Hot, TER, MCAT (2005)

alojame.	Nº Establ.	Percent.
Est.hoteleiros	19	27%
TER	53	72%
M.C.A.T	2	3%
Total	74	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de RTDS (2002) e www.alojamento-douro.com

Quadro 2.9 - Nº. de camas Est.Hot, TER, MCAT (2005)

Alojamento	Nº camas	Percentagem
Est.hoteleiros	946	60%
TER	613	39%
M.C.A.T	12	1%
Total		100%

Fonte: Elaboração própria a partir de RTDS (2002) e www.alojamento-douro.com

Relativamente à distribuição de camas, e pela análise do quadro 2.9, pode-se concluir que os estabelecimentos hoteleiros concentram 60% do total de camas existentes, correspondendo a 946 camas. O TER representa 39% da oferta existente, correspondendo a 623 camas; esta tipologia tem vindo a crescer nos últimos anos²⁴.

Este crescimento da oferta TER é muito importante, pois para além de aumentar o número de camas no concelho, permite também recuperar e preservar muito do património ligado a uma arquitectura vernácula. Ainda no que diz respeito à oferta TER, salienta-se o aparecimento, em 2002, de um Hotel Rural - Casa dos Viscondes da Várzea - uma oferta

²⁴ Ver Anexo II – Lista de alojamento (actualizada).

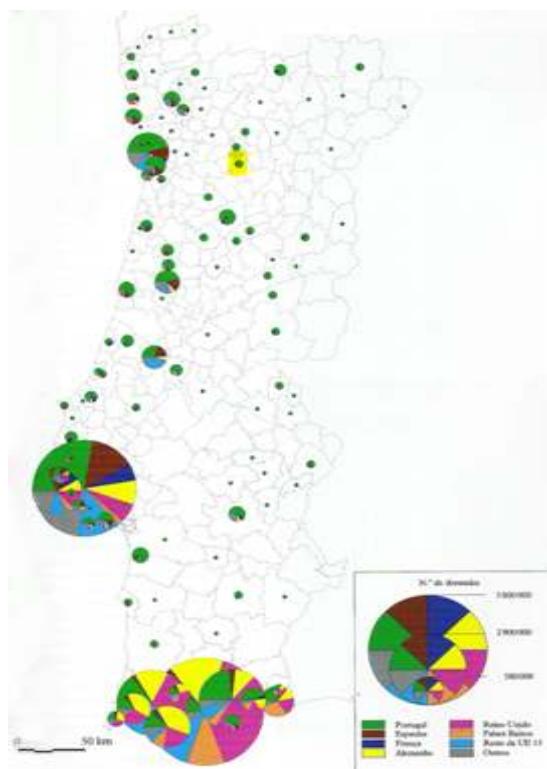
de elevada qualidade, designado recentemente como um hotel de charme, situado a 10 minutos da cidade de Lamego. Por último os MCAT representam 1% do total, justificando este valor com as 12 camas de que esses empreendimentos dispõem. O total de oferta desta região é de 1 571 camas.

Por último, gostaríamos de salientar que Lamego, dentro das cidades pertencentes à Região do Douro, na área definida pelo NUTIII, é a que apresenta maior número de estabelecimentos hoteleiros e de camas, prevendo-se para breve, a abertura de outra unidade de elevada qualidade, de 5 estrelas, a primeira nesta região de turismo que se designará: Hotel Quinta Vale de Abraão, com capacidade de 148 camas. A seguir, temos Vila Real e, por último, o Peso da Régua.

2.3. Procura Turística na RTDS

Neste ponto iremos examinar a procura e o peso que Lamego tem a nível nacional (Fig. 2.3 referente ao ano 2001) e na Região Norte de Portugal.

Figura 2.3 - Procura por nacionalidades em Portugal, 2001



Fonte: Cavaco (2005, 379)

De forma mais detalhada analisaremos os dados referentes às dormidas dos turistas no concelho de Lamego. Optámos pelo concelho e não pela Região de Turismo, visto só existirem dados referentes ao concelho de Lamego.

Procedemos, também, a uma análise comparativa, com o intuito de avaliar a posição de Lamego, face aos concelhos vizinhos, Vila Real e Peso da Régua. Estes concelhos inserem-se no eixo de desenvolvimento traçado, quer pelo PROZED, quer pelo PNPOT.

Salientamos que, embora os quadros incluam também dados relativos a outros municípios pertencentes à Nuts III – Douro, estes não vão ser analisados, dada a sua pouca representatividade estatística.

Os indicadores dizem respeito ao Turismo do interior - referimo-nos ao turismo receptor e ao turismo doméstico (Cunha 2001, 56). A análise é desenvolvida, atendendo ao registo das dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros e referem-se ao período que vai de 2001 a 2004.

Realizámos, também, uma análise da procura dos visitantes que foi efectuada, tendo como base os valores disponibilizados pela RTDS e relativos ao número de visitantes que se dirigiram ao posto de turismo da cidade de Lamego, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2005. As informações que conseguimos obter, através desta recolha, referem-se ao número de turistas, nacionalidades, meses e anos de maior procura (encontram-se em apêndice devidamente trabalhados). A necessidade de se proceder a uma análise tão exaustiva, no âmbito deste trabalho, justifica-se pela enorme falta de estudos relativos à Região Douro Sul, carência que também afecta o concelho de Lamego.

2.3.1. Análise das Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual 2000/04 Portugal: Norte, Douro e Lamego

No ano de 2000, o Norte de Portugal²⁵ alcançou 8,9 % das dormidas totais do nosso país (Quadro 2.10), o que corresponde a 3 012 673 de dormidas. Esta percentagem foi aumentando, registando-se como única excepção a que ocorreu no ano de 2002 para 2003, em que se verificou uma quebra percentual²⁶. No ano 2004, o Norte detinha 10% das dormidas efectuadas no nosso país, correspondendo em número a 3 330 650 dormidas.

Analisando o número global de dormidas, podemos afirmar que o ano de 2004 representou um crescimento para todas as regiões em análise. Este aumento poderá estar relacionado com a realização do Euro 2004.

²⁵ A região do norte é constituída por as sub-regiões promocionais: Porto, Douro, Minho e Trás-os-Montes. A sub-região Douro é a que apresentou valores mais baixos, entre 2001 e 2003, que variaram entre os 0,1% e 0,4%, da procura total do mercado doméstico por áreas promocionais. Análise DGT (2004) Turismo Doméstico Norte de Portugal.

²⁶ As dormidas nos estabelecimentos hoteleiros sofreram, em 2003, um decréscimo de 1,0%, enquanto a capacidade de alojamento aumentou 2,4%, comparativamente com 2002. O mercado externo, com uma quebra de 1,5%, foi o principal responsável por esta diminuição, já que as dormidas dos residentes em Portugal aumentaram 0,1%. (Destaque - Informação a Comunicação Social, 2 de Julho de 2004) <http://www.ine.pt>.

Quadro 2.10 - Análise comparativa percentual (Dormidas - 2000/2004)

	Portugal	%	Norte	%	Douro	%	Lamego	%
Ano 2000	33795123	100	3012673	8,9	221757	0,7	49596	0,1
Ano 2001	33562591	100	3046000	9,1	233464	0,7	48911	0,1
Ano 2002	34208968	100	3262430	10	234877	0,7	48588	0,1
Ano 2003	33875471	100	3145780	9,3	221220	0,7	41452	0,1
Ano 2004	34140518	100	3330650	10	233255	0,7	42952	0,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE (2000/2004)

Analisando a variação percentual para Portugal e em cada uma das regiões/concelhos seleccionados, podemos observar (Quadro 2.11) que, no caso de Lamego, tem existido uma diminuição constante no número de dormidas.

No ano 2003, marcado por uma diminuição geral da procura, Lamego foi o local onde essa descida registou níveis mais acentuados (-14,3%). O ano de 2004 é a única excepção, uma vez que o aumento generalizado da procura, no Norte e Douro, foi também registado, de modo semelhante, em Lamego. No entanto, esta cidade não voltou a atingir o número de dormidas alcançado em 2000, ano com que iniciámos esta análise, o que poderá ser um dado preocupante, que nos pode levar a inferir que esta cidade não tem acompanhado o desenvolvimento do Douro.

Quadro 2.11 - Análise comparativa percentual variação ano (Dormidas 2000/2004)

	Portugal	V%	Norte	V%	Douro	V%	Lamego	V%
Ano 2000	33795123		3012673		221757		49596	
Ano 2001	33562591	-0,7	3046000	1,1	233464	5,3	48911	-1,37
Ano 2002	34208968	1,9	3262430	7,1	234877	0,6	48588	-0,65
Ano 2003	33875471	-1,0	3145780	-3,6	221220	-5,8	41452	-14,68
Ano 2004	34140518	0,8	3330650	5,9	233255	5,5	42952	3,63

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE (2000/2004)

2.3.1.1. Análise do ano 2000/2004: Procura por nacionalidades, no Douro

Neste âmbito, somente, serão analisados, alguns aspectos que considerámos mais significativos²⁷.

De acordo com os quadros, podemos concluir que a procura nacional é a que tem maior expressão nesta região, variando entre 79% e 69%, conforme os anos. A maioria das

²⁷ Optou-se por este tipo de análise, a fim de facilitar a leitura.

dormidas nacionais registaram-se nas três cidades principais da Região do Douro, e pela seguinte ordem: Vila Real, Régua e Lamego.

No que diz respeito à procura internacional, o país que mais visita o Douro é o Reino Unido, seguido a grande distância da Alemanha, Espanha e França, também estes mercados fortes a nível nacional.

Analisando o concelho de Lamego (Quadro 2.12), podemos concluir que 79%²⁸, dos turistas que pernoitam nesta cidade são portugueses. O segundo valor corresponde aos britânicos com 11%. Estes dois mercados representam 90% da procura em Lamego.

Quadro 2.12 - Análise comparativa das dormidas, por nacionalidade, região do Douro (2000)

	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	E.U.A	Outros	Total concelhos
Alijó	21 250	1 472	356	377	341	854	4 956	703	366	32 448
%	12	23	7	11	23	30	35	35	11	14,6
Lamego	36 979	1 059	952	693	302	1 018	5 377	480	673	49 569
%	21	17	20	20	21	36	38	38	20	22,4
Mesão Frio	6 011	343	151	249	138	106	1 365	916	242	10 097
%	3	5	3	7	9	4	10	10	7	4,6
Moimenta da Beira	957	0	0	0	0	0	0	0	0	957
%	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0,4
Penedono	2 353	0	54	59	2	54	19	13	57	2 622
%	1	0	1	2	0	2	0	0	2	1,2
Peso da Régua	43 587	318	478	432	220	221	861	153	419	47 920
%	25	5	10	13	15	8	6	6	12	21,6
Sabrosa	5 216	115	167	135	18	143	345	43	131	6 284
%	3	2	4	4	1	5	2	2	4	2,8
Sta. Marta de Penaguião	110	11	13	14	0	0	1	0	14	164
%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,1
S. João da Pesqueira	1 892	0	0	0	0	0	0	0	0	1 892
%	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0,9
Torre de Moncorvo	6 397	0	0	0	0	0	0	0	0	6 397
%	4	0	0	0	0	0	0	0	0	2,9
Vila Real	50 538	3 083	2 599	1 492	439	434	1 412	481	1 449	63 407
%	29	48	54	43	30	15	10	10	42	28,6
Totais p/ nac. Douro	175 290	6 401	4 770	3 451	1 460	2 830	14 336	2 789	3 449	221 757
%	79	2,9	2,2	1,6	0,7	1,3	6,5	1,3	1,6	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE (NUTS III) não editados de 2000

²⁸ Ver Anexo III - Análise da procura dos visitantes.

Dentro da procura internacional, o Reino Unido é o mercado que atinge o maior número de dormidas de estrangeiros na região do Douro. Lamego é o destino preferido, com uma quota de mercado de 46,6%. A procura quase que duplica, passando de 5377, em 2000, para 8469, em 2001.

Esta preferência por Lamego pode estar relacionada com o facto de ser uma cidade Histórico/Cultural, o que muito agrada ao público inglês, e também pela ligação comercial relacionada com os vinhos generosos, que já existia antes da demarcação do Douro.

Quadro 2.13 – Análise comparativa das dormidas, por nacionalidade, região do Douro (2001)

	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	E.U.A	Outros	Total concelhos
Alijó	17 453	1 187	475	354	223	828	4 514	759	347	27 683
%	9,7	17,7	8,4	7,4	16,6	27,2	24,7	34,7	0,7	12
Lamego	34 338	1 192	760	766	298	695	8 469	157	750	48 911
%	19	17,8	13,4	16,1	22,2	22,8	46,4	7,3	1,6	21
Peso da Régua	45 846	736	879	873	251	205	2 040	184	855	53 621
%	25,4	11	15,5	18,3	18,7	6,7	11,2	8,4	1,8	23
Sta. Marta de Penaguião	108	0	0	0	0	0	0	0	0	108
%	0,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Torre de Moncorvo	5 274	0	0	0	0	0	0	0	0	5 274
%	2,9	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Vila Real	58 994	2 858	2 609	2 330	430	987	1 802	279	2 281	73 185
%	32,7	42,6	45,9	48,9	32	32,4	9,9	12,8	4,8	31
Totais p/ nac. Douro	180 561	6 710	5 680	4 769	1 345	3 042	18 248	2 188	4 767	233 464
%	77,3	2,9	2,4	2	0,6	1,3	7,8	0,9	2	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE (NUTS III) não editados de 2001

Constatámos, através do quadro 2.14, que os portugueses são os que mais procuram o Douro, mas o número de dormidas desceu significativamente, registando-se um decréscimo de 16571 dormidas, o que não deixa de ser estranho, pois, a classificação do Douro como Património da Humanidade a 14 de Dezembro de 2001, poderia ter constituído um factor de atractividade.

No ano de 2003, volta a verificar-se uma quebra na procura dos portugueses (Quadro 2.14 e 2.15).

Quadro 2.14 – Análise comparativa das dormidas, por nacionalidade, região do Douro (2002)

	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	E,U,A	Outros	Total concelhos
Lamego	35 702	1 175	774	935	176	654	7 132	129	2 195	48588
%	22	24	17	20	19	29	51	8	56,4	20,7
Alijó	18 476	854	478	323	141	364	3 066	929	901	26820
%	5	17	11	7	18	16	22	58	23,1	11,4
Peso da Régua	46 263	743	891	958	153	226	2 709	288	1618	54686
%	28	15	20	20	22	10	19	18	41,6	23,3
Torre de Moncorvo	7 397	6	0	0	0	0	0	0	0	7403
%	11	1	0	0	0	0	0	0	0	3,2
Vila Real	56 152	2 161	2 314	2 547	321	973	1 092	260	1374	67927
%	34	44	52	53	41	45	8	16	35,3	28,9
Totais p/ nac. Douro	163990	4 939	4 457	4 763	791	2217	13999	1606	3893	234 877
%	69,8	2,1	1,9	2	0,3	0,9	6	0,7	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE (NUTS III) não editados de 2002

Relativamente às dormidas de estrangeiros (Quadro 2.15), em 2003 é novamente o Reino Unido que detém maior representatividade: registaram-se 4254 dormidas que correspondem a 42%. Lamego, continua a ser o destino preferido destes turistas para pernoitar; no entanto, o número de dormidas desceu significativamente, passando de 7 132 para 4254. Relativamente ao mercado espanhol, registou-se um crescimento muito significativo no Douro, Lamego detém 24% (1 058 dormidas) da procura deste mercado no douro.

Quadro 2.15 - Análise comparativa das dormidas, por nacionalidade, região do Douro (2003)

	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	E,U,A	Outros	Total concelhos
Lamego	32 131	697	1 058	882	153	548	4 254	74	937	41 452
%	21,2	18	24	16	16	36	42	5	16	18,7
Alijó	14 809	539	487	382	132	418	2 657	1 016	2037	22 070
%	9,8	14	11	7	13	27	26	68	34	10
Peso da Régua	42 219	656	772	1 260	196	112	2 077	182	1437	49 494
%	27,8	17	17	23	20	7	20	12	24	22,4
Torre de Moncorvo	8 517	2	10	28	3	0	0	2	11	8 574
%	5,6	-	0	1	-	-	-	-	0	3,9
Vila Real	54 033	1 898	2 169	2 952	495	448	1 156	221	1615	66 305
%	35,6	50	48	54	51	29	11	15	27	30
Totais p/ nac. Douro	151 709	3 792	4 496	5 504	979	1 526	10 144	1 495	6037	221 220
%	68,6	1,7	2	2,5	0,4	0,7	4,6	0,7	2,7	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE (NUTS III) não editados de 2003

O ano de 2004 (Quadro 2.16), marca um ano de viragem, em termos de recuperação do mercado português, para os concelhos aqui analisados. Salvo Lamego, que perde no número de dormidas de portugueses face às outras localidades.

Relativamente às dormidas de estrangeiros em 2004, é novamente o Reino Unido que detém maior representatividade na região do Douro (4%). Lamego continua a ser o destino preferido destes turistas para pernoitar (57 %) – o número de dormidas subiu de 4 254 para 4 814. Assim dos turistas ingleses que se dirigiram ao Douro, 57 % escolheram Lamego, contribuindo para um ganho, face ao ano 2003, em que apenas 47% deles optaram por pernoitar naquela cidade. No total das dormidas do R.U, no Douro, 8 431 efectuaram-se no ano de 2004 e 10 144, em 2003, verificando-se assim, uma descida da procura.

Quadro 2.16 - Análise comparativa das dormidas, por nacionalidade, região do Douro (2004)

	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	E.U.A	Outros	Total concelhos
Lamego	31 430	927	2 326	631	167	739	4 814	150	1030	42952
%	20	19	31	11	19	35	57	16	16	18,4
Alijó	15 305	468	413	397	149	376	1 007	349	1003	19548
%	10	9	5	7	17	18	12	36	16	8,4
Peso da Régua	43 302	972	1 036	1 173	125	623	1 104	189	181	51374
%	27	20	14	20	14	29	13	20	283	22
Torre de Moncorvo	11 888	-	6	3	-	7	4	2	14	11929
%	7	-	-	-	-	-	-	-	0	5,1
Vila Real	58 442	2 585	3 819	3 537	456	395	1 502	274	2582	76150
%	36	52	50	62	51	18	18	28	40	32,6
Totais p/ nac. Douro	160 367	4 952	7 600	5 741	897	2 140	8 431	964	6442	233255
%	68,8	2,1	3,3	2,5	0,4	0,9	3,6	0,4	2,8	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE (NUTS III) não editados de 2004

Analisando o concelho de Lamego, podemos concluir que 75 % dos turistas que dormiram nesta cidade são portugueses, existindo, face a 2003, uma diminuição de 5%, relativamente à quota de mercado do total da procura, seguindo-se o Reino Unido com 12% e Espanha com 6%, o que corresponde a 2 326 dormidas, dobrando a sua percentagem e também o número de dormidas, já que, em 2003, se registaram 1050 dormidas²⁹.

²⁹ Ver Anexo III - Análise da procura dos visitantes.

2.3.1.2. Síntese de 2000 a 2004

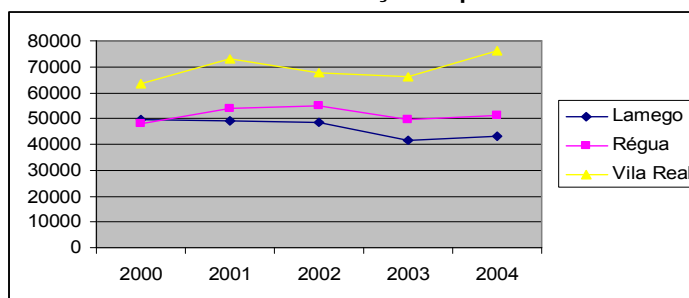
Analisando o quadro 2.17 e Gráfico 2.8, podemos destacar que a procura tem subido de modo significativo desde 2000 até 2004, em Vila Real. Tanto Lamego como Régua têm tido uma recuperação muito difícil, depois da quebra que registada, no ano de 2003.

Quadro 2.17 - Análise da evolução das dormidas nas 3 principais cidades da Região do Douro

Variação percentual do n.º de turistas por concelho						
	Lamego		Régua		Vila Real	
Ano	n.º turis.	Var. %	n.º turis.	Var. %	n.º turis	Var. %
2000	49569		47920		63407	
2001	48911	-1,3	53631	11,9	73185	15%
2002	48588	-0,7	54686	2	67927	-7%
2003	41452	-14,7	49494	-9,5	66305	-2%
2004	42952	3,6	51374	3,8	76150	15%

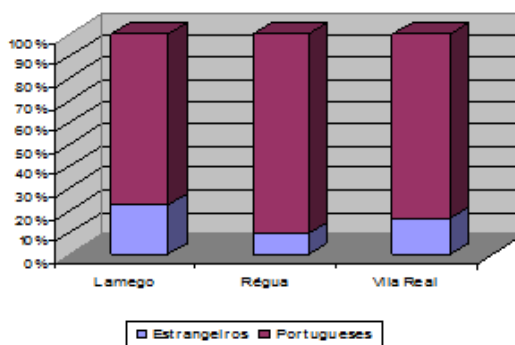
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE (NUTS III) não editados de 2000/2004

Gráfico 2.8 - Evolução da procura



Analisando o gráfico 2.9, podemos concluir que Lamego é o destino que mais atractividade tem para os mercados estrangeiros, principalmente para o mercado inglês e espanhol, como podemos verificar através da análise realizada de 2000 a 2004. Como já referimos, estes mercados têm um especial interesse, pois os picos da sazonalidade são menos expressivos³⁰.

Gráfico 2.9 - Percentagem de Turistas Nacionais e Estrangeiros 2000/2004



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE (NUTS III) não editados de 2004

³⁰ Ver Anexo III - Análise da procura dos visitantes.

2.3.2. Análise dos visitantes que procuraram o Posto de turismo entre o ano de 2000 até 2005³¹

Através dos dados recolhidos no posto de turismo, dispomos de outro indicador para compreender de que forma o número de visitantes tem evoluído na cidade de Lamego nos últimos 5 anos.

De um modo geral, registou-se em todos os mercados³² um decréscimo, no ano de 2000 em relação ao ano de 2001, verificando-se uma variação negativa (-17%)³³. Esta descida, provavelmente, está associada ao acidente da ponte de Entre-os-Rios que ocorreu a 4 Março 2001. Analisando estes dados e comparando-os com os dados relativos às dormidas, podemos inferir que o acidente da ponte Entre-os-Rios causou mais repercussões negativas sobre os visitantes/excursionistas do que sobre os visitantes/turistas³⁴.

Este acontecimento pode ser catalogado, segundo L. Cunha (2001), como um factor aleatório, que faz variar a procura e que deixa, muitas vezes, os destinos sem rumo e incerteza quanto ao tempo do desvio da procura.

Depois da brutal queda da procura em 2001, o ano de 2002 apresentou-se com dados mais favoráveis. Para esta situação poderá ter contribuído o facto de que a 14 Dezembro de 2001 o Douro Vinhateiro ter sido considerado pela UNESCO Património da Humanidade, como já foi referido neste estudo.

No ano de 2003, registou-se uma quebra generalizada em todos os mercados. A única excepção foi o mercado francês, que voltou a subir.

No ano de 2004, verificou-se uma variação negativa de 2 pontos percentuais. Apesar de ter ocorrido o Euro 2004, podemos afirmar que, em termos de visitantes, este grande evento nacional não foi uma mais valia para Lamego. Reportando-nos a um instrumento de Marketing, a análise S.W.O.T, e tendo só presente dois dos quatro quadrantes “Pontos Fracos e Oportunidades”, podemos concluir que as fracas acessibilidades, tempo de viagem, oferta incipiente e de fraca qualidade foram os Pontos Fracos, de tal modo

³¹ Ver Anexo III - Análise da procura dos visitantes.

³² Português, Inglês, Francês, Alemão; holandês, Espanhol, Italiano e outros, segmentação elabora pela RTDS.

³³ Segundo a OMT cit. por Licínio (2001) a soma dos excursionistas e dos turistas reflecte o número de visitantes. No caso de Lamego, como já frisámos, existem mais excursionistas, do que turistas.

preponderantes, que inviabilizaram o aproveitamento da Oportunidade – realização em Portugal de um grande evento.

Nos restantes anos, até 2005, existiu uma recuperação na maioria dos mercados, face à quebra de 2001, mas nunca o número de visitantes total igualou a procura ocorrida em 2000.

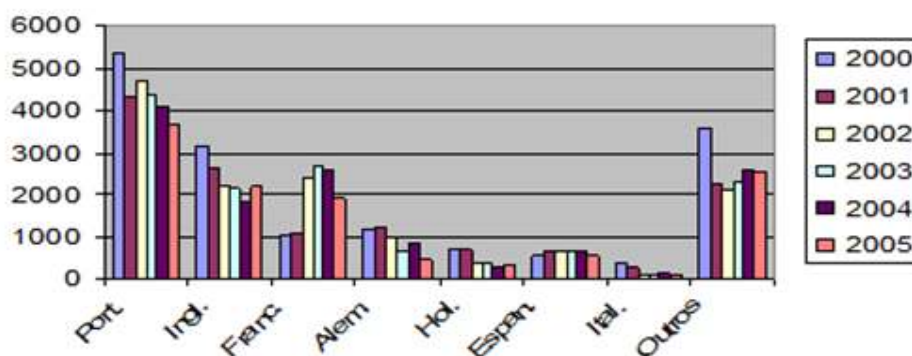
2.3.2.1. Evolução da procura por nacionalidades

Os visitantes portugueses são os que mais procuraram a cidade de Lamego³⁵. Todavia consultando o gráfico 2.10, facilmente se conclui que os visitantes têm vindo a diminuir de ano para ano. Apesar desta análise se basear nos dados recolhidos no Posto de Turismo de Lamego, não deixam de ser indicadores da procura turística, principalmente se cruzarmos esta informação com a análise da evolução das dormidas que realizámos no ponto 2.3.1.

Quanto aos visitantes estrangeiros, como podemos observar através do gráfico 2.10, são os Ingleses, os Franceses e os Alemães que mais procuram esta cidade.

No caso do Mercado inglês, desde o ano 2000 até ao ano de 2004, tem vindo a diminuir, podendo-se observar no ano de 2005 uma ligeira recuperação.

Gráfico 2.10 - Visitantes por nacionalidade e a evolução da procura entre os anos de 2000 e 2005



Fonte: Elaboração a partir dos dados facultados pela RTDS

O mercado francês sofreu um expressivo crescimento a partir do ano de 2002. Este aumento da procura dos turistas franceses deve-se ao facto do Operador Francês, *CroisiEurope* ter começado a trabalhar no rio Douro. Actualmente a empresa possui 3 barcos hotéis, com uma capacidade total de cerca de 400 camas, oferecendo cruzeiros

³⁵ Ver Anexo III - Análise da procura dos visitantes.

programados que incluem uma visita opcional à cidade de Lamego³⁶. Esta circunstância já foi referida num estudo realizado por A. Aroso (2005).

O mercado alemão de um modo geral tem vindo a descer desde o ano de 2000, embora tenha tido alguma recuperação no ano 2001 e novamente no ano 2004.

Na categoria “Outros” verifica-se uma ligeira subida. Lamentamos, porém, não ser possível fazer uma leitura mais exaustiva do seu significado, uma vez que no Posto de Turismo não existe qualquer registo detalhado sobre as nacionalidades dos visitantes, que foram incorporados nesta categoria.

2.3.2.2. Meses de maior procura³⁷

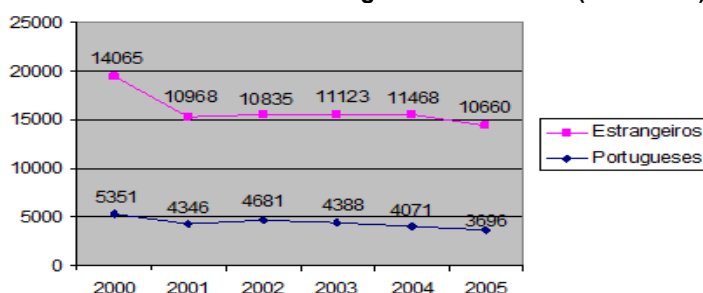
Quanto aos meses de maior afluência, podemos verificar que são principalmente Julho, Agosto e Setembro, a chamada época alta. Também se verifica uma grande afluência nos meses de Abril e Março, dependendo do ano, uma vez que está ligada à época da Páscoa, altura em que há férias escolares e em que muitas famílias aproveitam para viajar.

No que diz respeito aos visitantes ingleses, podemos constatar, pelos dados disponíveis, que os meses de Setembro e Outubro correspondem a um momento de maior procura, certamente atraídos pelas vindimas que decorrem na região. Curiosamente os picos da procura dos franceses são os meses de Abril, Junho e Outubro.

2.3.2.3. Síntese de 2000/2005

De um modo geral e atendendo ao número de visitantes que se dirigiram ao Posto de Turismo, a procura desceu (gráficos 2.11 e 2.12) Se cruzarmos esta informação com a que nos é dada pelo número de dormidas, analisado no ponto 2.3.1, chegamos à conclusão de que a procura neste concelho tem vindo a diminuir.

Gráfico 2.11 - Visitantes estrangeiros e nacionais (2000/2005)

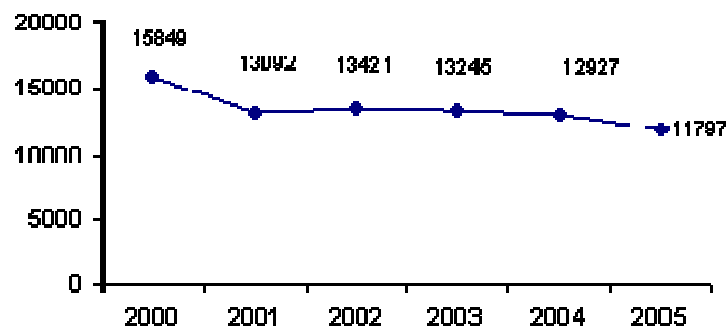


Fonte: Dados cedidos pela RTDS 2000/2005

³⁶ Ver www.croisieurope.com.

³⁷ Ver Anexo III - Análise da procura dos visitantes.

GRÁFICO 2.12 -TOTAL DE VISITANTES (2000/2005)



Fonte: Dados cedidos pela RTDS 2000/2005

Em conclusão:

- No ano 2000 o número de dormidas era superior ao que se registou em 2004;
- A classificação de Douro Vinhateiro não fez aumentar o número de dormidas nesta cidade, nem o número de visitantes;
- O mercado português representa o maior número de dormidas em Lamego;
- No que diz respeito às dormidas de turistas estrangeiros, devemos realçar que:
 - a) Lamego é um destino atractivo para o mercado britânico. Este dado, parece-nos muito importante, porque representa o maior mercado do Douro em termos totais de procura estrangeira, podendo este facto minimizar o problema da sazonalidade, uma vez que não se verificam oscilações tão acentuadas da procura, neste mercado, como as que se registam no mercado português. Por outro lado, no que diz respeito à procura internacional, o mercado inglês é um dos mercados, que maior apetência tem, por destinos com as características do Douro, como é referido no estudo da Deloitte (2003);
 - b) O Mercado Espanhol que tem vindo a crescer, principalmente a partir de 2003, quase duplicou o número de dormidas, face a 2002, passando de 774 para 1058, em 2003. Em 2004, o número de dormidas duplicou, registando-se 2.326. Dada a proximidade deste mercado e o seu crescimento na região do Douro (em 2000 o número de dormidas era de 2933, passando em 2004 para 7600) este mercado, representa forte oportunidade para a cidade de Lamego;

- Quanto aos visitantes, destaca-se o crescimento do número de visitantes/excursionistas franceses. Este aumento, como, já explicámos é atribuído ao investimento por um operador fluvial francês. E tratam-se maioritariamente de visitantes/excursionistas com poder de compra elevado que se dirigem para esta cidade, principalmente, nos meses de Maio a Setembro e representam um fluxo de visitantes estrangeiros significativo. Estes visitantes revestem-se de um interesse maior, pois podem transformar-se em turistas, para a cidade de Lamego, num possível retorno a esta região;
- Pelos dados disponíveis, parece-nos que os mercados alvo são: para o mercado nacional, os dois grandes centros, Lisboa e Porto, e para o mercado internacional, Espanha e Inglaterra.

3. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO E DOS MONUMENTOS

3.1. Origem de Lamego

A história da cidade de Lamego é mal conhecida, embora se possa admitir que haja uma primeira ocupação proto-histórica no cume onde mais tarde foi edificado o Castelo.

Não há dúvidas que *Lamecum* terá sido uma das várias *civitates* que se distribuíam na faixa norte do *conventus* de *Scallabis* (Santarém). É possível que para *Lamecum* convergissem duas vias romanas, uma proveniente de Viseu e outra da actual Beira Interior, da longínqua Egitânia. Da cidade prosseguiam para Norte dirigindo-se para o Douro que era transposto em Covelinhos, a montante do Peso da Régua.

Figura 3.1 - Localização Geográfica da Lusitânia



Fonte: Centeno (1983, 163)

Tudo indica que não teria sido uma simples Civitas, entre outras que se conheceram na Zona Norte da Lusitânia (Fig. 3.1), mas sim que foi uma capital regional de muita importância, pois, mais tarde, destaca-se como sede de bispado. Todavia, só trabalhos arqueológicos podem confirmar o relevo urbano de Lamego Romana.

No âmbito da antiguidade tardia, integra o reino suevo e, mais tarde, o visigótico. A importância de Lamego no período islâmico ainda não está

esclarecida.

Os historiadores árabes apontam Lamego, na vasta província do Garbe, entre as cidades principais; do Tejo ao Douro eles nomeiam *Lixbuna*, *Colimbria* e *Êgitânia*, *Lamecum*, *Caliábria* e *Veseo* (Albuquerque 1986, 3).

No início da sua nacionalidade, Lamego foi o centro da tenência militar com D. Egas Moniz, figura importante para a cidade, por ser o principal promotor do seu repovoamento. No entanto, o esforço de Egas Moniz não bastou, devido à insegurança que se vivia (Roseira 1981, 24).

Devido a este grave problema, os reis, no empenho de povoar o território, por todos os meios, criaram à volta da cidade numerosos concelhos, terras imunes (honras, coutos e beatrias), com vastas dádivas à Nobreza e ao Clero regular. Desta forma, Lamego tornou-

se num município reduzidíssimo, pois, logo fora muros, dominavam o privilégio e a isenção (Azevedo 1986, 99).

Os séculos XIV e XV representam um período de crescimento e desenvolvimento. A sua feira franca, que se deveu à iniciativa de D. Dinis, era de uma enorme importância (Passos 1933).

Apesar de Lamego ser uma região profundamente industrializada no início do século XVI, com o refere A. Dias (1947), não conseguiu manter esta posição. Para tal insucesso contribuiriam, numa primeira fase, dois factores: a expulsão dos Reis de Granada e o descobrimento da Índia, mas existiram outros, que foram ao longo de anos, destruindo a importância de Lamego³⁸, como sejam os duros tributos caídos sobre os mercadores vindos às feiras, a introdução dos panos ingleses e franceses no tempo manuelino e joanino, o domínio espanhol e as consequentes guerras da restauração irão fazer com que Lamego perca novamente o seu protagonismo (Passos, 1933).

Há a realçar neste período da história de Lamego, o trabalho levado a cabo pelo Bispo D. Manuel de Noronha (1551-1561). Este Bispo marcou presença como veículo da cultura renascentista, desenvolvendo obra meritória ao nível da organização administrativo - eclesiástica da diocese, da arquitectura religiosa e na beneficência das camadas mais carenciadas (Pinto 2001).

Nos séculos XVII e XVIII Lamego entra num novo ciclo, bem mais positivo, como descreve C. Passos “com o oiro do Brasil e o patrocínio pombalino outorgado aos vinhos finos, da môr vantagem para os lavradores lamecenses, a vélha aura algo esplandeceu” (Passos 1933, 19). Nesta época foram edificadas numerosos solares e casas brasonadas³⁹ e também foi construída a estrada que liga Lamego à Régua, com o objectivo de facilitar o escoamento do vinho para os barcos rabelos que o levariam para o Porto (Roseira 1981).

P. Albuquerque (1986) refere que, no século XVII, Lamego era rica em termos de produtos frutícolas, animais de caça e domésticos; também a fama do presunto de Lamego, já nessa altura ultrapassava os limites do concelho, para além dos muito afamados vinhos⁴⁰ (Albuquerque 1986, 12). De acordo com diversas fontes bibliográficas, no século XVII já

³⁸ Ver sobre este assunto Dias (1950).

³⁹ Ver Web site da Biblioteca Municipal de Lamego (http://www.bib-lamego.rcts.pt/index_2/index_2.htm) e Azevedo (1974).

⁴⁰ A fama dos vinhos já vinha do século XVI Ruy Fernandes refere na sua descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas léguas “colhe de lavrança no dito compasso 306.700 almudes, e são os mais excelentes vinhos, e de mais dura que no reino de podem achar” (Dias 1947, 22).

eram exportados vinhos provenientes do Norte de Portugal entre os quais se enquadravam os designados por “vinhos de Lamego” (Pina 1992, 4).

Porém em 1810, Lamego enfrenta as invasões francesas e, logo a seguir, a nível interno, surgem as lutas liberais entre Liberais e Miguelistas. A cidade colocou-se do lado de D. Miguel, o lado dos vencidos (Portillo 1996).

Na segunda metade do século XIX, na época de Fontes Pereira de Melo, poucas estradas existiam e nenhuma linha-férrea. A política de valorização distrital - Lamego já pertencia ao distrito de Viseu - incidiu apenas sobre a região mais a sul, servida pela linha da Beira Alta (Albuquerque 1986).

Um viajante inglês, no seu livro *Portugal Illustrated*, retrata desta forma a cidade de Lamego desse tempo:

“(...) Lamego is however, upon whole, a sad nasty, dull, and wretched place; although some few of the streets are tolerable, the generality of them are, narrow, dark, and filthy(...)”(Kinsey 1877,316).

O século XIX pode ser considerado relativamente débil em iniciativas. No final do século, e graças ao esforço do Visconde Guedes Teixeira, procede-se à abertura ou alargamento das ruas da cidade, evidenciando, assim, o empenho em tornar a capital da região, numa urbe mais ampla e moderna, segundo os padrões da época. Porém, é nesta altura que Lamego vê o seu protagonismo fugir definitivamente para Viseu, perdendo a liderança distrital, sonho que iria acalentar ainda por muitos anos.

Fechando esta brevíssima resenha histórica de Lamego podemos reter as palavras que proferiu Carlos de Passos, na conferência, “Lamego na Arte Nacional”, acerca do que poderia ser o futuro de Lamego.

“Digna é Lamego de uma terceira época de boa fortuna desejo, [Passos, na sua apresentação, tinha considerado duas épocas áureas, na história lamecense, a antiga Lameca Roma e o desenvolvimento da indústria e do comércio nos séculos XIV e XV], (...) ... Não lhe minguam as possibilidades: para as atracções do turismo dispõe de fartas belezas naturais e artificiais, para um comércio prospero e vasto possui magníficos e deliciosos vinhos. Por si sós não bastam (...). Ora isto demanda muito esforço” (Passos 1933, 20).

Lamego encontrava-se, pois, no início do século XX, numa situação difícil, e, curiosamente, já se falava de Turismo, como resposta à inércia que tolhia a cidade.

3.1.1. Localização

Sede de concelho, está situada na margem esquerda do rio Douro e pertence ao distrito de Viseu, distando desta cidade 67 kms (Fig. 3.2). A zona em que Lamego se encontra é também conhecida como a região do Douro Sul.

Figura 3.2 - Distrito de Viseu



Figura 3.3 - Mapa do concelho de Lamego



Fonte: www.fisicohomepage.hpg.ig.com.br

Fonte: <http://portugal.veraki.pt/concelhos/concelhos.php?idconc=387>

O concelho de Lamego faz fronteira, a Norte com o rio Douro, a Sul com o concelho de Tarouca, a Este com Armamar e a Oeste com Resende. Está dividido, administrativamente, em 24 freguesias, sendo duas delas urbanas (Almacave e Sé), e as restantes rurais: Penajóia, Samodães, Cambres, Valdigem, Parada do Bispo, Sande, Ferreiros de Avões, Avões, Figueira, Várzea de Abrunhais, Cepões, Vila Nova de Souto D'El Rei, Penude, Britiande, Melcões, Ferreirim, Lalim, Meijinhos, Magueija, Petrarouca, Lazarim e, finalmente, Bigorne (Fig. 3.3).

Relativamente ao clima, e segundo M. Roseira (1981), este apresenta variações dentro do concelho:

“O seu concelho que tem cerca 151 km², repartidos por 24 freguesias, podem encontrar-se grandes diferenças de altitude, de litologia, de clima e mesmo povoamento. O clima é diferente consoante a altitude. Mais uma vez, Lamego por estar no meio, faz a transição e sofre a influência, quer da zona serrana (Fria e agreste de Inverno e ardente no verão), quer do Vale do Douro (onde o clima de tipo mediterrâneo, com Estios ardentes e Invernos moderados, é norma)” (Roseira 1981, 11-15).

3.1.1.1. Acessos

O problema das acessibilidades revela-se fulcral, no contexto da interioridade, e eventualmente no que respeita aos centros de decisão. A rede de estradas e caminhos municipais tem sido melhorada, não havendo povoações isoladas, servindo sete concelhos com uma população total de 103.228 habitantes, em que seis localidades têm mais de 10.000 habitantes (CML, 1994).

Reportando-nos à actualidade, podemos concluir que, só nos últimos dois anos houve melhorias significativas, no que diz respeito aos acessos. O troço entre Vila Real e Viseu da A24 encontra-se concluído. Os seus benefícios já se fazem sentir, existindo uma redução, no tempo das deslocações, muito significativo (Fig. 3.4): Lamego está, aproximadamente, a 48 minutos de Viseu; a 15 minutos do Peso da Régua; a 35 minutos de Vila Real; a 1 hora e 40 minutos do Porto; e a 4 horas de Lisboa.

No âmbito deste estudo, a redução do binómio distância-tempo⁴¹, aos dois grandes centros urbanos, Lisboa e Porto, assume grande importância. De facto, no que concerne ao turismo doméstico, os grandes fluxos de visitantes têm origem nesses aglomerados (ver estudos da DGT referentes aos anos de 2004 e 2005⁴² e ponto 3.2, deste trabalho).

Por outro lado, no âmbito do turismo internacional, esta redução distância-tempo é, também, importante, especialmente na ligação rodoviária entre o Porto e Lamego, uma vez que grande parte dos turistas que se deslocam ao Douro aterram no Aeroporto de Francisco Sá Carneiro.

Convém, também, referir que o aparecimento das empresas de *Low-cost*, a operar no Aeroporto Mário Sá Carneiro, pode vir a beneficiar a região, aumentando o número de voos, oriundos de países emissores⁴³ e facilitando a acessibilidade, a nível internacional. Para que esta oportunidade se concretize, será necessário alterar a política de promoção e valorização que tem vindo a ser desenvolvida. Voltaremos a examinar este aspecto, de forma mais detalhada, nas propostas finais do nosso trabalho.

No que diz respeito às estruturas rodoviárias, a conclusão do Itinerário Principal nº3 é fundamental para o desenvolvimento do Norte Interior, com especial incidência na Região

⁴¹ Ver sobre este conceito Abreu (2005).

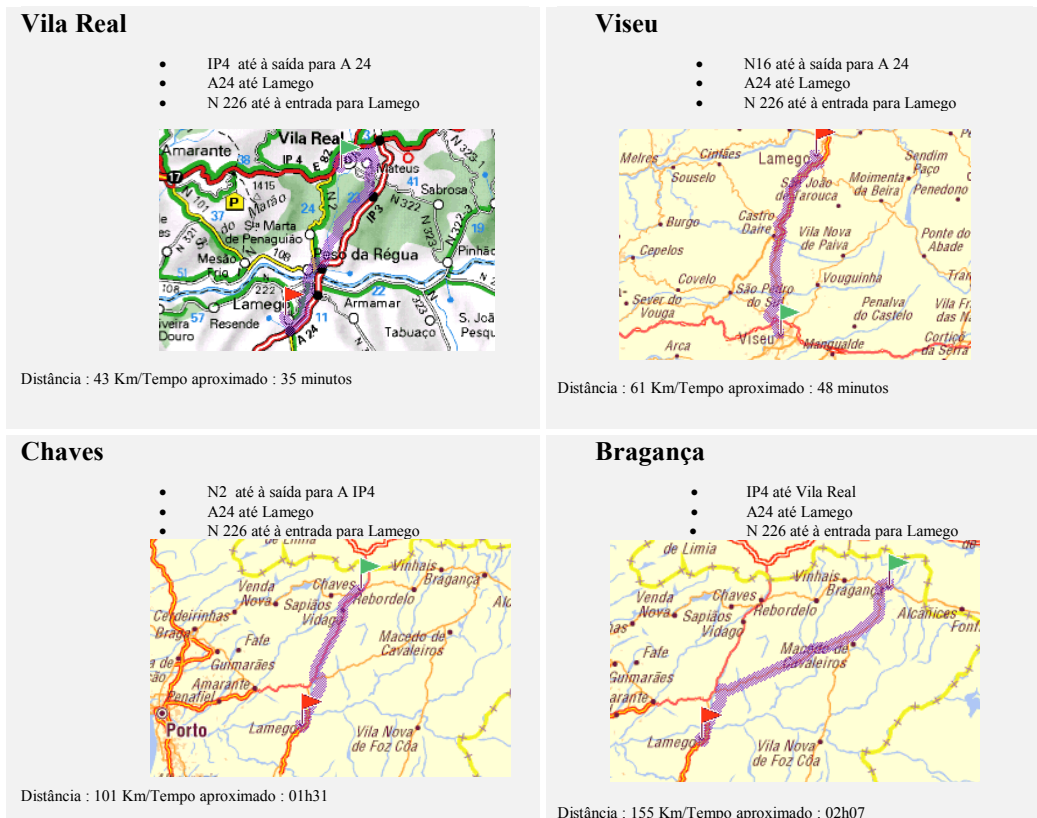
⁴² Disponíveis em www.apavt.net.pt/upload/docs/Sintese_das_Férias_Portugueses_-_2005_%5B1%5D/www.sinfic.pt/PortalWeb/newsletter/sinfic/Newsletter24/Dossier1_TurismoPortugueses2004.html - 45k.

⁴³ Na título de exemplo pode-se referir que a Raiynair que tem voos, diários e directos para Inglaterra, Alemanha e França. Disponível em: <http://www.ryanair.com/site/PT>.

de Trás-os-Montes e Alto Douro, proporcionando uma articulação com os outros IP's e permitindo fáceis ligações aos principais centros de decisão, Porto e Lisboa, como foi referido no PDM, realizado no ano de 1994.

O Programa Nacional da Política Ordenamento do Território (PNPOT) apresentado em Abril de 2006, no ponto dedicado às opções de desenvolvimento do território de Trás-os-Montes e Alto Douro, também sublinha esta importância “Inserir este território nas grandes redes de transportes internacionais, concluindo os principais IP's que servem a região, com especial relevância para a ligação do IP4 à rede Europeia de Auto estradas através de Zamora e do IP3 à Autovia da Rias Baixas através de Chaves” (MAOTDR 2006, 87).

Figura 3.4 - Acessos a Lamego



Porto

- A4 até Amarante
- Amarante saída para Mesão Frio N101
- Virar para N108 Godim e de seguida N2 Régua
- A24 até Lamego



Distância : 108 Km/Tempo aproximado : 01h40

Lisboa

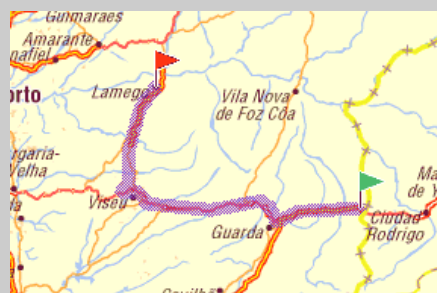
- A1 até saída para Viseu
- IP5 até Viseu
- A24 até Lamego



Distância : 383 Km/Tempo aproximado : 04h02

Vilar Formoso

- IP5 até Viseu
- A24 até Lamego



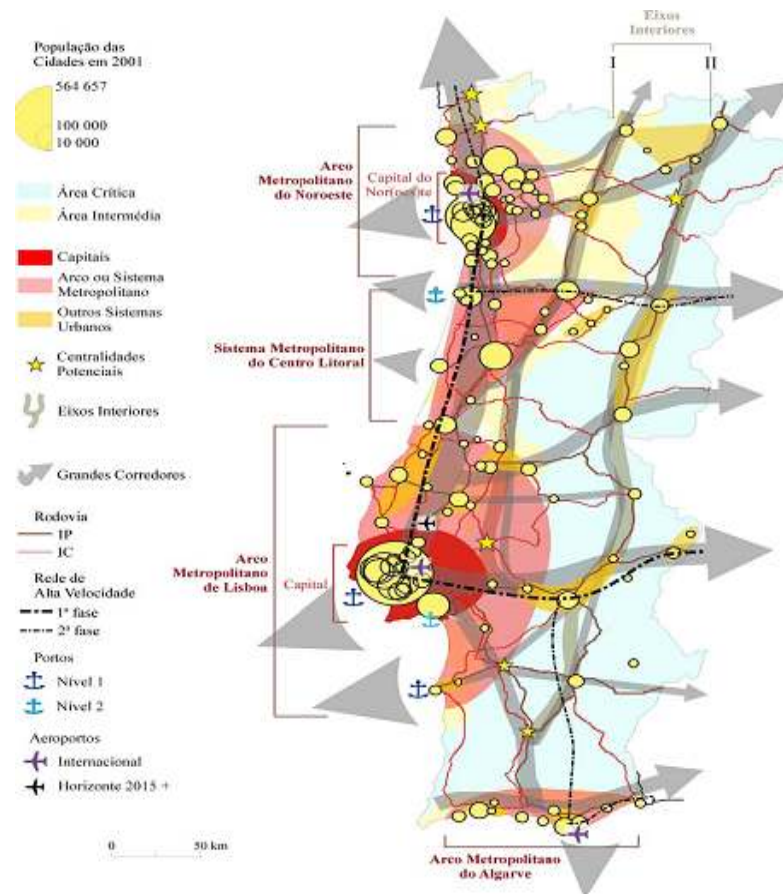
Distância : 175 Km/Tempo aproximado : 01h50

Fonte: <http://www.viamichelin.com>

Este plano alerta também, no que diz respeito às acessibilidades “para a necessidade de reforçar o sistema urbano, potenciando os eixos ao longo do IP3 (Lamego - Régua, Vila Real e Chaves) e ao longo do IP4 (Vila Real – Mirandela - Bragança), incluindo centralidades potenciais, num quadro de cooperação intermunicipal e de qualificação” (MAOTDR 2006, 87).

Lamego encontra-se segundo o PNPOT, no eixo principal intermédio do território (Fig. 3.5), o que garante, certamente, esperança para o futuro.

Figura 3.5 - Sistema urbano, acessibilidades Povoamento



Fonte: Plano de Ordenamento do Território 2006, 132

3.1.2. Caracterização da População

Analisando, somente, os últimos dois séculos (Quadro 3.1), podemos verificar que, de 1801 a 1960, houve períodos de crescimento da população, que, no entanto não foi igual para todas as freguesias⁴⁴. A título de exemplo, podemos referir que “a cidade de Lamego, em 1900, abrangia já 30% da população global concelhia” (Pina 2003, 62). A partir da década de 60, registou-se sempre um decréscimo, lento e contínuo, como podemos comprovar pelos dados apresentados no quadro 3.1. O problema atingiu fortemente as freguesias rurais, enquanto nas urbanas⁴⁵ e nas freguesias contíguas, Sande e Avões, registou-se algum crescimento (Pina 2003, 87).

⁴⁴ Sobre este assunto consultar Pina (2003).

⁴⁵ A dinâmica de crescimento das freguesias urbanas tem sido mais intensa na Freguesia de Almacave fruto da expansão da cidade para essa zona da cidade. Analisando os dados dos censos de 1991 face a 2001 podemos verificar que o número de habitantes aumentou, passando de 6936, em 1991, para 7739 em 2001. Enquanto que a Sé perdeu cerca de 576 habitantes.

Quadro 3.1 - População do concelho de Lamego (1801 – 2004)

Ano	1801	1849	1900	1930	1960	1981	1991	2001	2004
População	14688	20240	31835	34730	36320	32833	30169	28081	27054

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lamego>

Podemos assim inferir que Lamego sofreu uma dinâmica negativa na evolução populacional. Nos últimos censos (1991/2001) é evidente este problema. A evolução negativa dos números exprime-se no decréscimo dos residentes (6,9%), e na descida da densidade populacional, de 184 habitantes por km², em 1991, para 167, em 2001 (Quadro 3.2). Este êxodo tem sido detectado em todo o interior de Portugal.

Quadro 3.2 - População residente no concelho

Designação do indicador	Unidade	1991	2001
Densidade Populacional	Hab/km ²	184	167
População Residente (HM)	Indivíduos	30164	28081

Fonte: INE (dados dos censos 1991 a 2001).

No caso da Região do Douro, a única excepção é a da cidade de Vila Real, onde a população tem crescido de forma constante. Este factor prende-se, essencialmente, com a importância que a UTAD tem como motor de desenvolvimento daquela cidade (Quartenaire Portugal, 2003).

Outros factores demográficos que caracterizam de forma negativa o concelho de Lamego são: a **taxa de migração** – Lamego entre os anos de 1991 e 2001 perdeu cerca de 2000 habitantes; o **índice crescente de envelhecimento** que confirma a tendência de desertificação do interior (Quadro 3.3); o **nível de escolaridade** – 80,5% dos residentes têm uma escolaridade igual ou inferior ao ensino obrigatório e só 8,9% dos residentes tem o grau de licenciatura ou bacharelato (Quartenaire Portugal 2003).

Sabe-se, como refere G. Richards (1996), no seu estudo *Cultural Tourism in Europe*, que a forma mais eficaz de aumentar a participação da população é através do aumento de capital cultural por via de um aumento dos níveis educacionais. Deste modo o baixo nível de escolaridade prejudica, globalmente, o desenvolvimento da região e, em particular, o sector turístico.

Quadro 3.3 – População Residente, entre 1991 e 2001

0 a 14 anos	-30,2 %
14 a 25 anos	-23,9 %
25 a 65 anos	2,8 %
65 ou mais anos	23,0 %

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos)

3.1.3. Tecido económico do concelho de Lamego

Fazendo uma breve resenha histórica do desenvolvimento do tecido económico podemos concluir que muitas das actividades se mantêm até hoje.

J. Magalhães (1993) menciona que Lamego, no século XVI, era muito conhecida pelo bom azeite que produzia, considerado um dos melhores do Reino. Também neste século, Frei Claude de Bronseval faz referência, na sua viagem pelo país, às belas vinhas das montanhas do Douro e destaca as de Lamego. A qualidade e diversidade dos frutos produzidas nesta região, também mereciam destaque no panorama agrícola do Reino.

No século XVII, o panorama agrícola de Lamego era sensivelmente o mesmo (Dias 1950, 51-53). Nesse mesmo século, fruto de uma época económica mais favorável, encontramos um concelho virado para as artes: carpinteiros que, na sua maioria, trabalhavam em talha; serralheiros (as grades da Capela de S. Nicolau na Sé são um exemplo da sua arte); ourives que realizaram grande parte das obras do Paço Episcopal (Costa 1982). A fama dos ourives era tal que, já no século XVII, em 1632, dois ourives lamecenses, Manuel Teixeira e Manuel Guedes foram contratados para elaborar o retábulo de prata da Sé Catedral do Porto (Passos 1933, 26).

Com o tempo, o concelho de Lamego perdeu os seus artífices e o que ficou, sobretudo do passado, foram as culturas agrícolas e a sua transformação em produtos finais. Actualmente, predominam as actividades económicas ligadas à agricultura, ao comércio, turismo e algum artesanato (CML 1994).

No que diz respeito ao sector primário, a agricultura foi, e continua a ser a actividade determinante em todos os concelhos do Douro, apesar de se distanciar do peso que, outrora, teve em termos de emprego e de Valor Acrescentado Bruto (Quadro 3.4). Mas, comparativamente com o resto do país e segundo os dados fornecidos pelo PNPOT, o peso do sector primário, na região do Douro, ainda é muito significativo “Apesar de uma

redução nos últimos 20 anos paralela à média nacional, o emprego no sector primário tem ainda um peso entre três e quatro vezes à média do País” (MAOTDR 2006, 132). No que diz respeito ao concelho de Lamego e segundo o PDM, o peso do sector primário ainda é muito relevante “ o peso dos activos associados à agricultura é muito significativo (40,0%) e bastante superior à média nacional (19,3%)” (CML 1994, 7).

Quadro 3.4 - Actividades económicas dos vários sectores da população do concelho de Lamego

Sectores de Actividade	1981	1991	2001	Varição 1981-1991	Varição 1991- 2001
Primário	40,2%	21,9%	12,1%	- 18,3%	- 9,8%
Secundário	23,9%	28,4%	26,3%	+ 4,5%	+2,1%
Terciário	35,9%	49,7%	61,5%	+13,8%	+ 11,8%

Fonte: Adaptado de Pereira (2003: 17)

Predominam no concelho de Lamego, a vinha, o olival, as árvores de frutos (Cerejeiras, Macieiras e Pereiras) (Roseira 1981).

Quanto ao sector secundário, a indústria transformadora concentra-se sobretudo no sector agro-alimentar (vinho, fumeiro, lacticínios, panificação), localizando-se no concelho empresas de alguma dimensão (ex: Raposeira, Rosés, Castelinho, Lacticínios Paiva).

A construção civil é o sector de maior crescimento (INE 2001). No entanto este sector, no nosso entender, tem sido responsável, como em tantas outras cidades do país, pelos atentados urbanísticos que descaracterizam e despessoalizam Lamego.

O sector terciário é o que detém maior número unidades na região, sendo que os estabelecimentos de “comércio, hotelaria e restauração⁴⁶”, de “transporte, armazenagem e comunicações” e de “actividades financeiras, imobiliários e serviços prestados às empresas”, bem como a “ administração pública, educação, saúde e outros” representam 67% dos estabelecimentos existentes em Lamego (Quartenaire 2003, 20).

No sector de serviços, para além do comércio, hotelaria e restauração, destacam-se os bancos, as seguradoras, os profissionais liberais e os serviços públicos (Escolas, Hospital, Exército, Tribunal) (Quartenaire Portugal 2003, 23).

Relativamente à restauração, o panorama não é favorável, tal como é referido no PDM (CML 1994, 68). A qualidade e variedade da culinária lamecense fica muito aquém do

⁴⁶ Segundo Pina (2003, 163-164) registou um enorme crescimento entre 1963 e 1980.

desejável, pois poucos são os restaurantes que possuem qualidade de serviço e ambiente, de modo a responder às exigências do Turismo. O aumento do número de estabelecimentos apresenta algumas deficiências, não se observando uma reestruturação adequada, quer em quantidade quer em qualidade. A hotelaria já foi alvo de uma detalhada análise no capítulo III do presente trabalho.

Em relação aos organismos públicos, Lamego enfrenta hoje grandes dificuldades para os manter. Esta problemática prende-se com as novas políticas governamentais de concentração administrativa, que irão, num futuro próximo, muito provavelmente, retirar a Lamego alguns dos serviços públicos. Destacam-se os casos que têm sido veiculados na Comunicação Social: prevê-se o desaparecimento da PSP, do Hospital, bem como da Escola Superior de Tecnologia Gestão de Lamego e do Pólo da Escola Superior de Educação de Viseu. Se este cenário se concretizar, Lamego irá, certamente, atravessar tempos muito difíceis.

3.2. Descrição dos monumentos em estudo

Neste sub capítulo vamos fazer uma breve análise da história dos monumentos na cidade de Lamego e seu estado actual de conservação.

3.2.1. Santuário da Nossa Senhora dos Remédios

“Quando entramos na cidade de Lamego, sentimo-nos imediatamente dominados pela grandiosidade e imponência do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, que é por assim dizer a coroa gloriosa desta terra, de tão ricas e variadas paisagens e de tão fidalgas e remotas tradições” (Marrana 2004, 11).

É desta forma que o Cônego Marrana inicia a introdução do livro que dedicou ao “Culto de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego”, dando desde logo a entender a importância deste santuário, quer para a cidade, quer para toda a região do Douro.

No que diz respeito à importância que alguns monumentos têm como identificadores de uma cidade podemos nos referir no que referiu K. Lynch (1960), acerca de Florença e da sua catedral “É difícil pensar uma cidade, sem que este edifício nos venha à imaginação” (Lynch 1960, 93). Podemos inferir que todos os locais têm algo que os identifica, constituindo uma forte imagem de marca e um precioso cartão de visita.

Reportando-nos a formas de leitura de imagens e espaços, como a semiótica, e tendo como referência C. Pierce (2000) e a sua definição de ícone, o emblema maior da cidade de Lamego é, sem dúvida, desde da sua edificação no século XVIII, o Santuário da Senhora dos Remédios. É impossível pensar em Lamego sem este santuário e as peregrinações que lhe estão associadas, tal como a imagem de Braga, está ligada ao Bom Jesus e ao Sameiro, por exemplo.

- **História do Santuário da Nossa Senhora dos Remédios**

O Santuário da N^a S^a dos Remédios encontra-se no monte de Santo Estêvão, onde em tempos idos se construiu uma capela com o nome daquele santo. Desconhece-se o motivo da escolha deste nome, mas sabe-se “que é anterior ao século XIV, porque a tradição e a história nos dizem que no alto deste monte sobranceiro à cidade de Lamego, em volta do ano 1361, D. Durando, bispo da Diocese, mandou construir uma pequena capela, onde introduziu o culto do glorioso protomártir do cristianismo” (Marrana 2004, 17).

A capela de Santo Estevão foi construída em 1361, acabando por ruir com o decorrer do tempo. Só mais tarde, em 1568, o Bispo D. Manuel de Noronha mandou edificar a primeira capela em honra de Nossa Senhora dos Remédios. A imagem do santo foi transferida para a nova capela, que não foi construída no mesmo local da de Santo Estevão, mas sim no local onde está hoje o chafariz com o obelisco, no Pátio dos Reis (Marrana 2004).

Mais tarde, quando esta capela entrou em ruínas e foi demolida, a Irmandade, liderada pelo Cónego José Pinto Teixeira, mandou fazer outro templo maior e mais sumptuoso, para que a devoção à N^a S^a dos Remédios não abrandasse. Assim surgiu o actual Santuário (Pinto 2001).

A primeira pedra foi lançada no ano de 1750, mais especificamente em 14 de Fevereiro, sendo o Santuário acabado em 1761. O novo templo foi edificado ao gosto barroco, estilo muito apreciado na época: “Não se sabe bem o nome do arquitecto a quem foi confiado o projecto desta obra maravilhosa. Supõe-se e com fundamento que o seu autor fora Nicolau Nazoni, arquitecto e pintor florentino, que da Itália viera para Portugal, no segundo quartel do século XVIII” (Marrana 2004, 47)⁴⁷.

⁴⁷ Existiram várias circunstâncias que impediram a possibilidade de encontrar as plantas do edifício, de descobrir quais os autores, ou autor, do projecto e dos respectivos contratos. Muito provavelmente, desapareceu tudo no incêndio que deflagrou em 17 de Dezembro de 1868 na Sacristia do Santuário, que era o local onde se guardavam os documentos. Ou, então, pode ter tudo desaparecido num outro incêndio na casa do juiz da Irmandade, Visconde Guedes Teixeira (1878-1880), local onde se realizavam as reuniões da Mesa (Pinto, 2001).

A construção do Santuário decorreu em diversas fases: a primeira (1750 e 1761), que corresponde à construção da igreja propriamente dita (Fig. 3.6); a segunda (1778-1868) relativa ao avanço da construção do escadório (Fig. 3.7); a terceira (1868 – 1905) reconstrução e ampliação da igreja (Fig. 3.8); e finalmente, uma quarta e última fase (1917-1969) que corresponde a conclusão do escadório (Fig. 3.9) (Pinto 2001).

Figura 3.6 – Igreja N. S^o dos remédios



Fonte: Cabral, 2002, 23

Figura 3.7 – Escadório construído até à Fonte do Pelicano



Fonte: Kymagem (s/d)

Figura 3.8 – Construção das torres



Fonte: Kymagem (s/d)

Figura 3.9 – Obras concluídas



O Santuário de Nossa Senhora foi o único monumento a ter, desde os finais do século XIX, preocupações de gestão, viradas para as necessidades dos visitantes. Os mesários da Irmandade pensaram nos acessos ao santuário, uma vez que não existia uma estrada onde fosse possível passar um carro e, prevendo o eventual afluxo de peregrinos que podiam acorrer à cidade com abertura dos Caminhos-de-Ferro (Linha do Douro), decidiram construir dois caminhos para o Santuário:

“Em sessão de 7-3-1864 (...) a Irmandade mandou abrir duas estradas largas de cada um dos lados da escadaria. Partiam da Meia Laranja até ao pátio de Jesus Maria José e poucos anos depois avançavam até ao pátio dos Reis e ao Souto, onde actualmente se faz a feira.” (Marrana 2004, 153).

Nos anos seguintes, com o aparecimento dos veículos automóveis, houve necessidade de adaptação às novas exigências e assim: “A chamada estrada das peregrinações, que parte do mesmo ponto, onde começa a estrada dos carros – lado norte do parque – foi votada e feita em 1932 pela Mesa Administrativa (...); é posterior ao parque” (Marrana 2004, 158).

Nos anos 30 do século XX, para facilitar, ainda mais, o acesso dos peregrinos ao santuário, a Mesa pensou em criar uma rede de transportes locais que os levasse até ao topo do monte. O projecto avançou, e, em 1934, a Irmandade possuía dois autocarros. Por lei eram

obrigados a ter um percurso regular entre o centro e o Santuário, o que trouxe problemas financeiros, pois não tinham um movimento significativo. Por isso, em Fevereiro de 1936, a comissão decidiu vender os dois autocarros em hasta pública, uma vez que estavam a dar prejuízo (Marrana 2004).

Em 1942, já se pensa no bem-estar dos peregrinos e na sua segurança, providenciando a separação de percursos para pessoas e carros. Outro motivo de preocupação foi o abastecimento de água aos peregrinos e para o Parque, problema que ainda hoje se mantém actual e é assunto prioritário da recém eleita Mesa, pois neste momento a água quase não jorra das fontes.

Mais tarde, nos anos sessenta, surgiu a necessidade de facultar alojamento, e, assim, aproveitando a casa do capelão, construiu-se o Hotel Parque, que foi o primeiro hotel a ser edificado em Lamego.

- **Trabalhos de conservação recentes**

As obras mais recentes incidiram na igreja. Começaram há cerca de 2 anos e incluíram o restauro do telhado (Fig. 3.10) e das duas portas exteriores.

Com objectivos de manutenção preventiva, faz-se a limpeza diária do Santuário e, cerca de

Figura 3.10 – Obras no telhado (2004)



duas vezes por mês, procede-se à aplicação de verniz nos bancos da igreja. A limpeza estende-se também a todos os altares e respectiva talha dourada, bem como às imagens dos Santos e às suas coroas, principalmente as que fazem parte da imagem de Nossa Senhora dos Remédios e do Menino Jesus que está ao seu colo. As limpezas regulares também incluem as alfaias religiosas, como cálices e a Santa Custódia, que exigem

uma manutenção mais cuidada, já que são de prata e de prata dourada.

Também o presépio foi restaurado recentemente, por uma Técnica de Conservação de Tomar, que demorou cerca de três meses a concluir esse trabalho. Foi, também, renovada a instalação eléctrica⁴⁸.

⁴⁸ Ver Anexo II – Questionário às entidades gestoras.

A parede norte do coro também foi recuperada, por se ter verificado infiltração da água das chuvas (Fig. 3.11), utilizando-se o cimento como material de restauro (Fig. 3.12).

Figura 3.11 – Estado do Coro em 2003

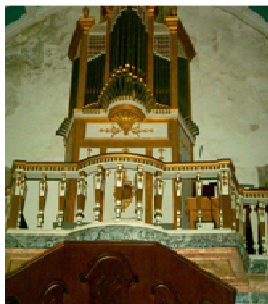


Figura 3.12 – Arranjos no Côro em 2004

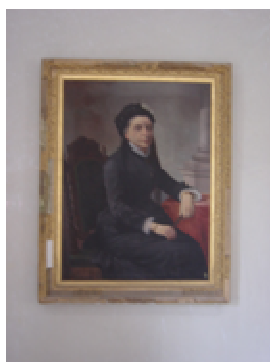


Figura 3.13 – Estado actual 2005



No salão nobre, que se situa por cima da Sacristia, todo o tecto e paredes ainda se encontram em fase de restauro para eliminar a acumulação de humidade.

Figura 3.14 – Quadro da D. Antónia



É nesta sala nobre que encontramos o famoso quadro da D. Antónia (Fig. 3.14), mais conhecida como Ferreirinha⁴⁹, e símbolo forte da marca usada nos rótulos da empresa de vinhos “Porto Ferreira”.

- **Estado de conservação**

Devido a estes cuidados permanentes, podemos considerar que, de uma maneira geral, este monumento se encontra em bom estado de conservação. No entanto, convém referir que é no escadório que se encontram os maiores problemas causados pelo vandalismo e por alguma incompatibilidade entre quem gere e quem tutela o património.

⁴⁹ Ferreirinha uma grande impulsionadora da região do Douro enquanto produtora do vinho generoso. Ver Martins e Olazabal (1996) e <http://www.leme.pt/biografias/80mulheres/ferreirinha.html> .

Figura 3.15 – Sra Santíssima Trindade



Assim, os painéis de azulejos -Nossa Senhora Rainha do Universo (Fig. 3.15 e 3.16) e Nossa Senhora Santíssima Trindade - encontram-se muito deteriorados, bem como grande parte do gradeamento (Fig. 3.17). Os maiores problemas localizam-se, a partir da Fonte do Pelicano, devido à erosão e vandalismo.

Figura 3.16 – Painel de Azulejos



Figura 3.17 – Pináculos destruídos



No que diz respeito ao mau estado dos azulejos, o Secretário-Geral da Irmandade esclareceu que nada podem fazer, pois o IPPAR não permite qualquer forma de intervenção.

3.2.2. Igreja de Santa Maria de Almacave

Segundo alguns autores, ter-se-iam realizado nesta igreja as primeiras cortes de Portugal para a coroação de Afonso Henriques.

“Se Afonso Henriques esteve em Lamego e suas imediações (Britiande) e até em Cosconhe (Piães - Cinfães), quer durante a sua maioridade, quer como detentor do Condado Portucalense, quer ainda como rei de Portugal, é lógico inferir-se que o local mais apropriado, para a realização dessas Assembleias, seria em Lamego, por aí, também, residir D. Egas Moniz (Britiande), um dos mais fervorosos mentores da independência nacional e ligado ao novo rei pelos mais entranhados laços de amizade” (Monterey 1984, 55-56).

Apesar de nunca se terem encontrado provas de que as cortes se realizaram aqui, a lenda persiste e ainda nos “nossos tempos, nos dias festivos a vemos engalanada com as bandeiras da fundação do reino “ (Laranjo 1996, 33).

O debate que se instalou à volta da hipotética realização das primeiras cortes de Portugal nesta igreja, faz com que, ainda hoje, seja visitada por causa desse facto histórico. O monumento, adquiriu, assim, uma particular singularidade, em relação aos restantes.

- **A História de Santa Maria de Almacave**

O nome de Almacave é susceptível de alguma discussão. Alguns autores afirmam que se trata de um antropónimo registando o nome do responsável pela edificação da mesquita que ali existiu. Para outros, Almacave deriva da palavra árabe *almacava* que significa cemitério (Laranjo 1996, 35).

- **Alterações efectuadas em Almacave ao longo dos séculos**

Sofreu a primeira alteração na sua estrutura no século XIV, quando “acrescentaram-se duas capelas de invocação de S. João, que em 1485 recebeu um legado, e Santa Ana, esta ricamente dotada pelo fundador cujo nome ignoramos” (Costa 1979, 43).

A capela-mor, a casa da Irmandade e a capela do Santíssimo Sacramento foram erguidas em 1847 (Acta da Irmandade do Santíssimo Sacramento, cit. por Laranjo 1996).

O adro, sem vedação, funcionava como logradouro público e cemitério. Porém, à maioria dos defuntos dava-se sepultura dentro da igreja (Costa 1979).

A Igreja de Almacave foi murada em 1843. As obras de ladrilhamento só foram realizadas em 1882 (Laranjo 1996, 35). Nestes melhoramentos, andava empenhado o Presidente da Junta de Paróquia que achava necessário “não só por parecer mal, mas (...) porque tinham de receber Sua Magestade (El-Rei Dom Luiz I) na igreja (Laranjo 1996, 36).

No que diz respeito ao pórtico principal da igreja, através da análise dos colunelos, “evidencia-se a deterioração das bases destas peças que estiveram soterradas pelo menos a partir do século XVIII” (Laranjo 1996, 34). Assim, não tinha os actuais degraus, uma vez que “o pavimento apenas foi descido com os trabalhos de restauro na primeira metade do presente século” (Fig. 3.18 e 3.19) (Laranjo 1996, 36).

Sobre o pórtico, abre-se uma janela, rasgada para iluminação do coro, como tantas que se encontram nas fachadas laterais. Supõe-se que sejam anteriores às construções anexas ao templo, mesmo as da capela-mor.

No cimo do pÓrtico, encontra-se uma Cruz ou estrela de seis braços vasados (Fig. 3.20), sendo um vertical, que é cÓpia de uma peça antiga, que se encontra guardada no Museu de Lamego.

Figura 3.18 – Fachada com escadas soterradas



Figura 3.19 – Entrada com escadas visÍveis



Fonte: Kymagem (s/d)

A torre sineira, embora não fazendo parte integrante da obra de origem do monumento “ foi erguida possivelmente no século XVI (...) conseguindo certo equilÍbrio esttico com o corpo da igreja” (Laranjo 1996, 37).

Classificado como Monumento Nacional em 1910, a Igreja de Santa Maria de Almacave teve várias obras levadas a cabo pela DGEMN. A varanda e o arco foram removidos, tendo-se encontrado vestÍgios muito seguros de uma antiga porta românica do mesmo estilo da porta principal, com idêntico axadrezado, mas apenas com duas arquivoltas (Figueiredo 2002).

A DGEMN fez, praticamente, um novo portal, pois são poucas as pedras primitivas que hoje se podem observar. Ainda durante as obras de restauro, foram alteradas as dimensões de alguns bens, como o púlpito, que foi reduzido, bem como a janela lateral exterior do monumento (Fig. 3.21).

O tÍmpano⁵⁰, que actualmente decora este pÓrtico, é uma cÓpia do original exposto no Museu de Lamego (Figueiredo 2002).

Mais acima, ficava a Capela do EspÍrito Santo. Os alicerces da capela foram abertos em 1593, e foi edificada em 1596. Abaixo dela estava o altar das Almas (Laranjo 1996).

⁵⁰ Ver Anexo IV - Catalogação e descrição realizada pelo Museu de Lamego.

Figura 3.20 – O novo Portal



Figura 3.21 – Janela Suprimida



No lugar da capela construiu-se a Sacristia e Casa do Despacho da Irmandade das Almas. Esta obra ficou concluída em 1780, como regista a gravação existente na cornija, entre as duas janelas.

Contígua às instalações da Casa da Irmandade fica a Sacristia. Circundando o monumento, podemos, facilmente, encontrar uma lápide romana, na parede externa da capela-mor (Fig. 3.22).

Figura 3.22 – Santa Maria de Almacave



No interior do templo, sobre o coro alto e do lado norte da igreja, até à capela do Senhor da Agonia, corre um tapete de azulejos, com padrão policromo *de maçarocas* do século XVII, onde se combina o azul com o amarelo.

Na capela anteriormente referida, e daí até ao altar do Sagrado Coração de Jesus, e ainda na Capela-Mor, entre as portas laterais e o arco cruzeiro, bem como na parede sul do coro da igreja e frente do coro, o padrão de azulejos é do tipo *laçaria e rosas* (Fig. 3.23). Um

outro desenho, também do século XVII, foi usado para decoração do cilhar da Capela-Mor, aos lados do altar (Laranjo 1996).

Figura 3.23 – Azulejos do século XVII da Igreja de Almacave



No século XVIII, foi edificada a Capela do Senhor da Agonia, ou do Santíssimo Sacramento, ou de Nossa Senhora de Fátima da Igreja de Almacave (Laranjo 1996, 49).

Figura 3.24 – Cristo Jansenista



No altar podemos observar um Cristo Jansenista (Fig. 3.24), tipo de representação de Cristo pouco comum.

O maior sino da Igreja⁵¹ veio do Castelo de Lamego, quando foram feitas obras de restauro, já no século XX (Laranjo 1996).

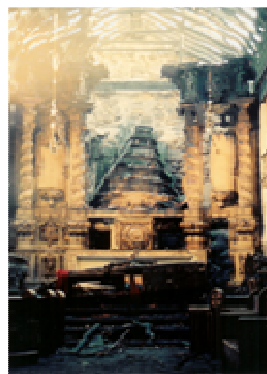
Em 1988 ocorreu um incêndio que provocou graves danos no altar-mor (Fig. 3.25 e 3.26), não existindo até hoje uma solução de restauro que agrade, quer a quem gere a Igreja, quer ao IPPAR.

Figura 3.25 – Altar Antes do incêndio de 1988



Fonte: DGEMN (2003)

Figura 3.26 – Altar a seguir ao incêndio de 1988



Fonte: kymagem (1988)

Figura 3.27 – Altar estado actual



⁵¹ Ver Figuras 3.18. e 3.19, onde é possível ver o Castelo com as Torres Sineiras e posteriormente, depois da intervenção sofrida, a torre com as ameias e sem os sinos.

- **Estado de conservação actual**

No seu interior, de um modo geral, a igreja de Almacave está a necessitar de intervenções. O altar (Fig. 3.27), está num estado lastimável. Esta situação deve-se ao facto de não haver entendimento entre o IPPAR e a igreja de Almacave. Ainda se vê o tecto carbonizado e a capela do Senhor da Agonia está cheia de humidade.

3.2.3. O Castelo de Lamego

Podemos afirmar que as construções históricas, os castelos em particular, são visões familiares por toda a Europa, apresentando aparência sólida, imponência, com altos muros e fortificações as quais tinham como propósito original manter longe visitas indesejadas. (Laws 2004, 66-64).

Estes símbolos históricos, baluartes defensivos das cidades, edificados em local inacessível apelam ao imaginário romântico e fazem com que estes marcos culturais, exerçam uma expressiva atracção sobre os visitantes. Num estudo realizado acerca das preferências dos turistas culturais norte americanos, aquando da visita a vários países da Europa, ficou comprovado que os Castelos, representavam a primeira opção de visita, para 86% dos inquiridos (Craik 1997).

O Castelo de Lamego ergue-se no alto da cidade dominando toda a área urbana e grande zona verde que a envolve.

Desta forma, o Castelo de Lamego, pela sua antiguidade, pela sua localização e preservação é, sem dúvida, um dos monumentos que mais se destaca na malha edificada da cidade.

- **História do Castelo de Lamego**

Admite-se que na elevação onde se situa o Castelo de Lamego (Fig. 3.28) terá havido um castro, ao qual se sobrepuseram sucessivas fortificações, na época romana, suevico-visigótica e islâmica (Teixeira 2001).

Uma vez que o monumento nunca foi estudado nem as sucessivas modificações analisadas com

Figura 3.28 – Panorâmica do Castelo



Fonte : Kymagem, s/d

rigor e comprovadas por trabalhos arqueológicos, a história deste Castelo está por decifrar

(Teixeira 2001). Sabe-se que em 1057 terá sido conquistado aos árabes por Fernando Magno (Sousa 2002).

O Castelo que se observa e respectiva Torre de Menagem são construções do estilo românico, da segunda metade do século XII. Da muralha restam apenas três tramos onde se abrem duas portas: a Porta da Vila ou dos Figos, a Norte, e a Porta do Sol do lado oposto.

A Torre de Menagem possui, interiormente, três pisos em madeira com acesso por escada do mesmo material. A porta de acesso encontra-se três metros e cinquenta centímetros acima do nível da praça de armas, que se vencem, por escada exterior feita em pedra (Laranjo 1994, 35).

Fora do Castelo, mas ainda dentro da Cerca e embora um pouco distanciada, situa-se uma cisterna do século XIII. Esta Cisterna é em abóbada feita de cantaria, em ogiva nervada, com quatro arcos que se apoiam em pilares laterais, com uma pequena abertura para sua própria iluminação. A maior parte das pedras são sigladas e possui uma porta de acesso com escadas no seu interior (Sousa 2002, 5).

- **Alterações efectuadas no Castelo de Lamego ao longo dos séculos**

O Castelo e a muralha da cidadela, ao longo de alguns séculos, sofreram várias intervenções de restauro e de reconstrução. No ano de 1367 existiu um agravo contra o juiz de Lamego, requerido pelo Morgado de Medelo, uma vez que o juiz não levou em conta o privilégio do Conde que estava isento de colaborar nas obras do Castelo, que à data se processava. Contudo, D. Fernando expressa numa carta que os do Couto do Medelo devem ajudar a levantar o muro e a barbacã (Sousa 2002).

Em Agosto de 1386, são feitas obras no Castelo, sendo imposto aos habitantes da cidade e arredores a colaboração nas mesmas (Laranjo 1994).

Os procuradores Lamecenses, em 1439, informam o rei que há 5 ou 6 anos parte de muralha está caída, solicitando a este que a mandasse recuperar. No seguimento do restauro, o rei necessitou de juizes para vigiarem as obras em curso, bem como do contador da comarca para que este elaborasse o respectivo orçamento (Sousa 2002).

No ano de 1485, ainda o Castelo se encontrava em obras “como se pode concluir por uma carta régia que confirma o lugar de Britiande à Infanta D. Joana, juntamente com o privilégio dos moradores deste lugar ficarem isentos de servir nas obras que decorriam no Castelo de Lamego” (Laranjo 1994, 35).

A pressão, quase constante, do desenvolvimento urbano terá prejudicado a conservação da muralha da cidadela. Em 1410, essa pressão era notória, pois Gonçalo Vasques Coutinho solicita autorização para construir algumas casas encostadas à muralha. O rei D. João I, em resposta, autoriza, mas impõe a Gonçalo Vasques «vindo tempo de guerra ou outra necessidade» permitir-se correr pelo muro (Sousa 2002).

O conde de Marialva, D. Francisco Coutinho, aquando da visita de João II, opera outra transformação: na Torre de Menagem, manda abrir uma janela gótica (Fig. 3.29).

Desde 1910 é Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de Junho.

Segundo as informações facultadas pela DGEMN (Costa 2001) nos anos de 1939/1940, no Plano dos Centenários, o Castelo começa a ser restaurado: as sineiras e sinos foram retirados da torre⁵², sendo acrescentadas ameias (Fig 3.30 e 3.31).

Também nesta altura é feita a armação do telhado e assentamento de paredes nas muralhas (Laranjo 1994).

Em 1964 fez-se a reconstrução parcial da parede exterior da cisterna (Costa 2001).

Entre 1943 e 1944 foram executados pela Câmara Municipal os pavimentos na torre e, em 1949, por iniciativa da Direcção Geral de Monumentos Nacionais, iniciaram-se trabalhos de reparação dos acessos ao Castelo (Costa 2001).

Em 1955/1956, foi efectuada a consolidação da torre, demolição e remoção de casebres que se encontravam adossados à muralha, assim como a demolição da cadeia (Fig. 3.30 e 3.31), situada junto à torre.

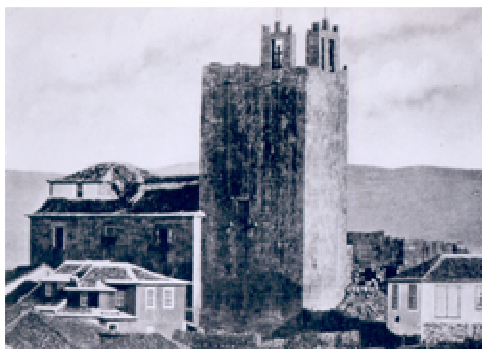
O Castelo de Lamego continuou a sofrer intervenções: em 1964, fez-se uma limpeza geral dos paramentos da muralha adjacente à Porta do Sol, a reconstrução parcial da parede exterior da cisterna e a consolidação de um troço da muralha. Em 1965, reconstruiu-se, parcialmente, o paramento exterior da muralha junto da Torre do Bispo e a elevação do coroamento do troço (Costa 2001).

Figura 3.29 – Pormenor janela



⁵² Segundo Laranjo (1994) os sinos da torre do Castelo foram levados para a Igreja de Santa Maria de Almacave, onde se encontram até aos nossos dias.

Figura 3.30 – Torre Sineira do Castelo e o edifício da antiga cadeia



Fonte: Kymagem, s/d

Figura 3.31 – Torre com as ameias



Em 1978 efectuaram-se obras de consolidação e limpeza da muralha. No ano seguinte obras de valorização. Em 1980 a 1981 fez - se a reconstrução de troço de muralha e demolição de casa adossada à mesma . Em 1983 e posteriormente em 1984 realizaram-se obras de recuperação e beneficiação. No ano de 1989 realizou-se a consolidação do troço de muralha, situado a Poente da Porta dos Figs. Nos anos 1990 e 1991 operou-se a recuperação das torres circular e quadrada que ladeiam a Porta dos Figs (Costa 2001).

Figura 3.32 – Entrada e interior da cisterna



Fonte: LabFoto s/d

Tanto o Castelo como a Cisterna (Fig. 3.31 e 3.32) são monumentos afectos à Câmara Municipal de Lamego, através do auto de cessão de 20 de Outubro 1951.

É impossível visitar a cisterna, pois está, estranhamente, há cerca de 20 anos, na posse de uma entidade privada, o que é insólito. Por este motivo, as visitas a este monumento só poderão efectuar-se, no decorrer da Feira Medieval, ou com autorização prévia do “proprietário”, que sistematicamente as recusa. Apesar de todas estas dificuldades conseguimos, com colaboração dos residentes do bairro, observar o espaço envolvente e concluímos que a degradação é geral (ver Fig. 5.1 no Cap. 5).

Hoje em dia, quem faz a gestão das visitas a este monumento, bem como sua manutenção, são os escoteiros do agrupamento 49⁵³, da Associação de Escoteiros de Portugal, que aí tem a sua sede (Fig. 3.33).

Figura 3.33 – Escada do Castelo



Os escoteiros encontram-se no Castelo desde 1977. Segundo o Chefe os Escoteiros acabaram por ser a salvação do Castelo, visto que esteve abandonado aproximadamente 20 anos, e, servia como depósito de lixo.

No interior da Torre verificam-se modificações, isto porque, olhando para o chão em madeira, deduz-se que não é original. As escadas de acesso aos pisos, segundo nos informou o seu Chefe, não se encontravam naquela disposição direita, mas sim em diagonal.

Em 2002, efectuaram-se as últimas alterações, a cargo da Câmara Municipal, nos pavimentos das ruas do bairro do Castelo.

- **Estado de conservação actual**

O Castelo propriamente dito encontra-se num bom estado de conservação. O maior problema reside no vandalismo a que tem sido sujeita a sua porta. O visitante depara-se com grafites de cores aguerridas (Fig. 3.34).

Figura 3.34 – Porta do Castelo



No seu interior, o seu maior problema advém de uma descaracterização (Fig. 3.35).

⁵³ Existem dois agrupamentos em Lamego: Os **escoteiros** (não ligados à religião católica e de origem Inglesa) e os **escuteiros** (ligados à religião católica).

Figura 3.35 – Decoração no seu interior



1º Piso

2º Piso

3º Piso

Pelo contrário é muito preocupante o estado de conservação em que se encontra a área intra-muros da cerca, que está muito deteriorada, quer pela ruína visível de alguns edifícios, quer pelos imóveis dissonantes⁵⁴. O plano de pormenor, elaborado em 1987, alertou para todos estes problemas. É um trabalho exaustivo, documentado com mapas, que indicam de forma precisa os locais frágeis. No entanto, muito pouco foi feito para salvaguardar este bairro. A título de exemplo, podemos referir que na porta dos Fogos (Fig. 3.36), na sua estrutura interior, existe um passadiço, seguro por umas vigas de aço, colocadas pela Câmara há mais de 5 anos. As casas sustentadas por estas vigas de aço estão em total ruína.

Figura 3.36 – Entrada do Castelo



Apesar do mau estado de conservação, gostaríamos, como aspecto positivo, de realçar o facto do núcleo do Castelo ser ainda habitado, o que torna a visita bem mais interessante, pois, como refere F.

Choay (2001) muitos destes bairros, ao tornarem-se um produto patrimonial, tendem a ser “consumidos” pelo mercado imobiliário de prestígio, fazendo com que as suas populações tenham de sair e com elas todas as actividades tradicionais, modestas e quotidianas, esvaziando-se a sua identidade.

3.2.4. A Sé de Lamego

M. Vaquero (2002), quando analisa a importância das catedrais nas cidades históricas refere que a associação entre a cidade e a catedral determina a importância desta no legado cultural urbano: se os centros históricos são a referência principal das cidades históricas, os conjuntos monumentais constituem o marcador por excelência, da maior parte dos centros históricos.

⁵⁴ Ver Anexo V - Plano de Pormenor do Bairro do Castelo.

O simbolismo religioso, a concentração de valores históricos e artísticos, a sua condição de referente urbano dos centros históricos favoreceram a sua transformação em pontos turísticos destacados, de tal forma que não existe uma cidade histórica, cuja catedral não focalize uma parte importante do fluxo de turistas e excursionistas.

A Sé não foge a essa regra, e é, sem dúvida, juntamente com o Santuário dos Remédios, o monumento mais procurado na cidade.

- **Sé Catedral de Lamego**

Construída no local onde se erigia uma pequena capela dedicada a S. Sebastião, (século X), é o primeiro monumento da cidade em arte e o segundo em monumentalidade, principalmente a parte da torre que foi erguida no século XIII (Azevedo 1972).

O edifício da Catedral, na sua fachada principal, mostra três períodos: séculos XIII e XIV (a torre, já com alterações na parte cimeira); século XVI (o corpo central); e século XVII (patente nas janelas da casa do Cabido). De particular interesse são os pórticos, abertos naquela estrutura gótica flamejante, com marcas renascentistas (Laranjo 1990).

- **Sé Catedral de Lamego - evolução e alterações**

Das antigas construções medievais resta-nos apenas a torre e, mesmo esta, já não na sua pureza inicial. Nos meados do século XV é sagrada de novo, o que indica uma larga reforma, se não mesmo reconstrução desde os seus fundamentos (Laranjo 1990).

Segundo J. Carvalho a Torre, por bastante tempo, serviu de cadeia, até que D. Frei Feliciano de Nossa Senhora, Bispo de Lamego de 1742 a 1771 “mandou fazer um aljube para a guarda de culpados, tirando-os da torre dos sinos, que muitos a assemelhavam a sepultura de mortos” (Carvalho 1966, 19). A torre foi acrescentada por D. Manuel de Noronha, que deixou assinalada a obra com o seu escudo de armas (Azevedo 1972).

O mais antigo elemento é a porta principal que, por ser no estilo da igreja da Batalha construída pelo rei D. João I, pode ser atribuída ao bispo D. João Vicente (1433-1446) (Carvalho 1966, 15).

Passados onze anos, a 29 de Abril de 1456, o bispo D. João Gomes de Abreu sagrou o altar-mor da Sé com as relíquias de São Nicolau e dos Santos Mártires João e Paulo.

O bispo D. João de Madureira (1502-1513) mandou fazer um «formoso retábulo» para o altar-mor da Sé, o qual foi executado por mestres flamengos e provido com belíssimos

painéis pintados em tábua da autoria do célebre Vasco Fernandes, o «Grão Vasco» (Carvalho 1966). Em 1651, solicitou-se autorização a D. João IV para restaurar o retábulo da capela-mor, e cinco anos passados foi retirado o políptico para uma obra de pintura da capela, embora as principais obras de reforma do interior da Sé só tenham ocorrido durante o século XVIII⁵⁵.

O prelado D. Manuel de Noronha (1551-1564), da ilustre e rica família dos Câmaras do Funchal “erigiu no claustro da Sé, a capela de São Nicolau (Fig.3.37) e ao lado dela, as capelas de São João Baptista e Santo António, reformulou a parede contígua da Sé, na qual mandou colocar um belo órgão; fez encimar a torre dos sinos, do friso para a cima, com o que se fez mais magestosa” (Carvalho 1966, 16). Todavia, a capela de S. João Baptista⁵⁶ já não existe: foi destruída nos finais do século XIX.

Figura 3.37 – Claustros e Portão da Capela de São Nicolau



Foi também nesta época que se realizou “a construção do claustro que deve ter ficado concluído em 1557, data que se vê numa inscrição trilínea que existe no andar superior da face norte, no centro do parapeito da delicada varanda do renascimento” (Carvalho 1966).

A frontaria da Sé evoca a época manuelina “encastada entre o gótico rural e arcaisante da torre dos séculos XIII e XIV e o estilo do século XVII já mais avançado, patente nas janelas de sacada do Cabido” (Laranjo 1990, 17).

O frontispício manuelino é uma das obras que se fizeram neste tempo, mantendo nos seus portais – o principal motivo de interesse – toda a estrutura do gótico flamejante. Foi seu mestre o português João Lopes, tendo como subalternos João de Vargas e João de Pamenes. As obras decorreram entre 1508 e 1515 (Laranjo 1990).

⁵⁵ Ver Anexo IV - Catalogação e descrição realizada pelo Museu de Lamego.

⁵⁶ Ver Anexo IV - Catalogação e descrição realizada pelo Museu de Lamego.

Figura 3.38 – Pormenor do Pórtico central



As figuras são bastante curiosas, pois representam animais como o porco, o leão, o tigre, o veado, o bode, aves de rapina, pombas e alguns animais fabulosos, como o dragão, e grupos obscenos (Fig. 3.38).

Segundo M. Costa (1963) o único melhoramento referenciado até ao final do século XVIII deve-se ao artista António Ferreira Muralles, que, em 1682, assinou um contrato para dourar, limpar e fazer de novo o retábulo da Capela de São Nicolau, nos Claustros.

O bispo D. Tomás de Almeida (1707-1709), «abriu» seis grandes janelas na Sé, fez as grades do cruzeiro, as portas da igreja,

Figura 3.39 – Frontaria Sé catedral



Fonte: Kymagem, s/d

lajeou o adro e guarneceu-o com grades de ferro (Fig. 3.39). A 7 de Outubro de 1721, «sendo necessário acudir ao corpo da igreja» o Cabido resolveu escrever ao bispo D. Nuno Álvares Pereira de Melo, que então estava em Lisboa, expondo-lhe o estado perigoso do tecto e armação do templo (Carvalho 1966).

Segundo A. Passos (1933), a fachada foi nesta altura alterada. Este historiador baseou-se em várias descrições realizadas, entre as quais, uma retirada da história Eclesiástica de Lamego, que descreve, desta forma a frontaria da Sé (Fig. 3.40) “*sobre o portal do meio está um óculo singelamente decorado, mas de feitio singular; por cima das portadas dos dois corpos laterais vê-se uma das janelas de cada lado com a sua coluna ao meio*” (Passos 1933, 38).

Figura 3.40 – Esboço da antiga Frontaria



Fonte: Passos (1937)

Porque o cabido de Lamego, em réplica às obras realizadas nas Sés de Braga e do Porto, decidiu renovar o seu interior (Passos 1933, 38), resolveu-se, então, “modernizar” a Sé, com os belos frescos de Nazoni, o que obrigou a realizar obras de fundo, como seja, apear a

cimafronte e de refazê-la em condições de nivelamento com o corpo frontal (Passos 1933, 39).

Reconheceu-se porém o mau estado das paredes e após ouvido o voto dos arquitectos, escreveu ao rei expondo-lhe a necessidade de proceder a uma reconstrução, enviando a planta feita pelo arquitecto António Pereira. Após a aprovação, começaram as obras que se concluíram 15 anos depois, reconstruindo-se também a capela-mor, as capelas do Santíssimo e as do cruzeiro e sacristia (Carvalho 1966).

O interior, até ao transepto, corresponde a esta reconstrução. Nas abóbadas estão as magníficas pinturas barrocas: em pequenas vinhetas podemos seguir a Bíblia, desde a Criação, a Queda de Adão e Eva, a Inspiração messiânica que atravessa o Antigo Testamento, até à Esperança da vinda do Salvador, trabalho excepcional de Nicolau Nasoni (Laranjo 1990).

Segundo Robert Smith, o arquitecto, pintor e escultor Nicolau Nasoni pintou os tectos da Sé entre 1734 e 1738, deixando, em 1739 de trabalhar em Lamego. De facto, as abóbadas do transepto, da capela-mor e da capela do Santíssimo Sacramento já não foram adornadas com pinturas (Carvalho 1966).

Sabe-se, por documentos, que as obras de reconstrução da Sé se intensificaram em 1746, sendo os trabalhos dirigidos pelo entalhador António Mendes Coutinho (Mestre-de-obras, desta mesma cidade).“Das abóbadas do cruzeiro, umas foram terminadas antes de Setembro de 1747, enquanto outras foram levadas a cabo em Julho do ano seguinte. Logo depois da sagração da Catedral pelo bispo D. Frei Feliciano foi resolvido substituir a capela-mor (...)” (Carvalho 1966, 17).

Em 1751 efectuou-se a inauguração e bênção da nova Sé; todavia, só em 1776 foi sagrada pelo Bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira (Fernandes 2001,5).

- **Alterações, a partir do século XX**

A Sé de Lamego sofreu desde 1936 numerosas intervenções de conservação e restauro (IPARR, 2006), quer internas quer externas (Fig. 3.41), de acordo com aquilo que vinha a ser regulamentado, quer pelas Cartas Internacionais, quer pelas entidades da tutela.

Figura 3.41 – Sé passado presente



Fonte: Kymagem, s/d

Destacamos a última intervenção, o restauro dos frescos de Nasoni, em 2002 (Fig. 3.42 e 3.43). As pinturas são um dos grandes atractivos deste monumento.

Figura 3.42 – Pinturas danificadas



Figura 3.43 – Pinturas restauradas



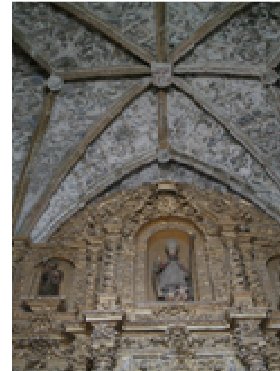
- **Estado actual**

Este Monumento Nacional encontra-se em bom estado de conservação. No entanto, há que referir alguns aspectos menos positivos, como o pórtico central, os altares laterais (Fig. 3.44), as capelas de São Nicolau (Fig. 3.45) e de Santo António nos claustros. Segundo nos foi dado a saber, também existem problemas no museu, que se encontra infestado de térmitas, estando, por isso, encerrado.

Figura 3.44 – Altares laterais



Figura 3.45 – Capela de S. Nicolau



3.2.5. O Museu de Lamego

Segundo A. Ribeiro (1998) “A sua fundação ocorreu no contexto ideológico da I República e inscreve-se numa estratégia nacional de salvaguarda do património artístico, com o intuito anunciado de conservar e expor as obras de arte existentes na cidade e região, como elemento fundamental da educação do povo e como pólo de atracção turística de reconhecida importância para o desenvolvimento local e regional” (Ribeiro 1998, 9).

- **História e evolução**

Figura 3.46 – Fachada do Paço Epis. 1908



Fonte: Ribeiro (1998, 9)

O Museu de Lamego foi instalado no velho Paço dos Bispos de Lamego (Fig. 3.46), cuja reconstrução se deve a Dom Manuel Vasconcelos Pereira, Bispo de Lamego entre 1773 a 1786. Foi ele quem “ergueu este palácio e os altos muros da cerca contígua “ onde antes no mesmo local existia o primitivo Paço Episcopal. No século XVI, o rio Coura passava mais perto da Sé e da casa episcopal.

O Bispo Dom Fernando de Menezes, na primeira metade da era de quinhentos, fez desviar o curso do rio para os lados do Hospital e da Encostinha, de modo que, em frente do Paço, ficou um grande largo (Amaral 1961).

No início do século XX o interior da residência episcopal foi sujeito a “profunda modificação” pelo bispo Dom Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, que pretendia instalar um Museu de Arte Sacra. Com esse objectivo, reconstruiu salas arruinadas e modificou parcelas defeituosas da reedificação antiga do Paço (Laranjo 1991).

A Revolução de 1910 obrigou à suspensão dos trabalhos. No ano seguinte, a Câmara Municipal de Lamego decidia a criação de um Museu Artístico, a partir de do espólio recolhido por este Prelado, o que só veio efectivamente a acontecer em 5 de Abril de 1917, por publicação em Diário do Governo (n.º 53, 1ª Série), sob o nome de Museu de Obras de Arte, Arqueologia (Fig. 3.47) e Numismática, com a sede provisória no ex-Paço Episcopal (Ribeiro 1998).

João Amaral, grande impulsionador deste Museu e seu Director a partir de 1918, iniciou o novo museu com cinco salas, cujo principal acervo integrava obras artísticas e achados arqueológicos, doados pela Câmara (Laranjo 1991).

- **Alterações efectuadas no Museu**

Iniciou a sua actividade em 1918 com cinco salas abertas ao público, ocupando somente uma ala. A restante área do antigo Paço Episcopal foi ocupada pela biblioteca, pela Guarda Nacional Republicana, e pela Repartição das Obras Públicas (Laranjo 1991).

O Museu, somente em 1968, tomou posse plena de todo o edifício do antigo

Paço Episcopal. No decorrer do século XX, várias obras se realizaram neste Museu⁵⁷ pelo que, em pelo menos dois períodos, teve de encerrar ao público.

- **Caracterização**

Segundo a DGEMN o edifício caracteriza-se (Fig. 3.48) da seguinte forma:

“Planta rectangular, composta e irregular, desenvolvendo-se em redor de um pátio central, com disposição horizontal das massas e coberturas diferenciadas de telhados a duas e quatro águas. Fachadas rebocadas e pintadas de branco, circunscritas por cunhais apilastrados e remates em friso e cornija. Fachada principal virada a SO, composta por corpo central e dois laterais, o primeiro rasgado por pórtico principal centralizado emoldurado por pilastras e encimado por arquitrave e frontão curvo interrompido, com brasão de armas do bispo fundador e pináculos” (Carvalho 1999).

Figura 3.47 – Secção de arqueologia 1918



Fonte: Arquivo do Museu de Lamego

⁵⁷ Ver Anexo IV – Catalogação e descrição realizada pelo Museu de Lamego.

Quanto às colecções, a característica mais notória do museu de Lamego é, sem dúvida, o seu ecletismo, à semelhança do que sucede na maioria dos museus coevos (Ribeiro 1998).

Figura 3.48 – Museu de Lamego



Fonte: Ribeiro (1998, 18)

O acervo primitivo - mobiliário, tapeçarias, cultura e pintura (Fig. 3.49) - que já se encontrava no Paço, é complementado com a ourivesaria, paramentaria, capelas e respectivas esculturas, provenientes do extinto convento das Chagas de Lamego, a que se acrescentou o espólio arqueológico que a Câmara Municipal e particulares cederam ao Museu (Ribeiro 1998).

Segundo a informação divulgada na Rede Nacional de museus, o Museu de Lamego “Actualmente, possui em regime de exposição permanente, secções de pintura, tapeçaria e paramentaria (sécs. XVI a XVIII), escultura (sécs. XIII, XIV, XVII, e XVIII), ourivesaria (sécs. XV a XX), cerâmica e azulejaria (sécs. XVI a XX), arqueologia (romana, medieval e barroca), capelas e altares (sécs. XVII e XVIII), viaturas (sécs. XVIII e XIX) e mobiliário (sécs. XVII a XIX)”⁵⁸.

Figura 3.49 – Quadros do políptico da Sé de Lamego de Vasco Fernandes



Fonte: Ribeiro (1998, 21)

⁵⁸ Informação disponível em: www.rpmuseus-pt.org/Pt/cont/fichas/museu_46.html.

3.2.6. São Pedro de Balsemão

A capela de S. Pedro de Balsemão fica situada na freguesia de Balsemão na cidade de Lamego, mais propriamente a 6 km do centro da cidade (Fig. 3.50), na margem direita do rio homónimo.

Figura 3.50 – Mapa Localização



Fonte: Desdobrável IPARR

João Amaral, um dos directores do museu de Lamego, no seu roteiro ilustrado da cidade de Lamego diz, acerca deste monumento “*Ninguém aqui venha para deliciar os sentidos ávidos de beleza. Este templozinho, venerando pela ancianidade, só pode ser admirado e sentido por eruditos, arqueólogos e estudiosos dos tempos idos*” (Amaral 1961, 78).

Este autor justifica o interesse que este património tem para um nicho de mercado de especialistas, dizendo “de qualquer parte do universo, onde a notícia desta arcaica basílica tem chegado, se têm deslocado até Balsemão os homens mais eminentes e notáveis na história, na arqueologia, na arte, na literatura, na investigação” (Amaral 1961, 78).

Curiosamente, hoje em dia a tendência da procura mantém-se, segundo a informação dada pela funcionária do monumento: muitos dos que visitam este templo são estrangeiros, devidamente informados sobre o seu valor.

- **História e evolução**

Tal como outros edificios deste tipo, há opiniões divergentes sobre a cronologia deste pequeno templo. Segundo alguns investigadores, teria sido edificado no período visigótico, segundo outros, insere-se no âmbito da Alta Idade Média. Aliás a informação dada pelo IPPAR no seu Web Site sublinha esse problema:

“A capela de São Pedro de Balsemão é um monumento tão relevante cientificamente quanto problemática é a sua cronologia e forma original. Nos últimos cem anos, a historiografia divide-se em duas propostas cronológicas antagónicas: a época visigótica (séculos VI-VII) e a expansão do reino asturiano (séculos IX-X). Até ao momento, não foi possível confirmar qualquer destas sugestões e, por isso, Balsemão continua a integrar a polémica que tem separado investigadores desde que, há sensivelmente uma década e meia, os ciclos asturiano e moçárabe: foram objecto de uma radical revalorização” (IPPAR 2006).

- **Alterações realizadas ao longo dos tempos**

No século XIV, o bispo do Porto, D. Afonso Pires, escolheu-a para sua capela funerária (Fig.3.51) e terá, para isso, "refeito toda a igreja" (Fernandes 2001, 31). Em 1663, este templo é novamente alterado. O seu exterior foi totalmente modificado pelo Morgado Luís de Sousa Coutinho. Aquando da construção do seu solar seiscentista (Fig. 3.52), mudou o traçado basilical, de exíguas dimensões, tendo simplificado a sua planta e alterado o seu traçado. Todo o interesse da capela de Balsemão reside, pois, na sua arte e na sua riqueza interior (Azevedo 1972, 73).

Figura 3.51 – Túmulo



Figura 3.52 – O solar e capela



- **Estado de conservação**

Este monumento encontra-se em óptimo estado de conservação. No entanto, convém referir que algumas das obras de conservação, levadas a cabo pelo IPPAR, estão longe de atingir a perfeição esperada (Fig. 3.53).

Figura 3.53 – Obra de recuperação de parede junto ao altar



4. Interface Património Turismo

Hoje é fundamental, para os gestores do património, assumir uma estratégia adaptada aos mercados. Para que isso seja possível é necessário conhecer as necessidades, desejos e motivações dos visitantes, o que permitirá uma gestão sustentável do monumento, que atenda não só à sua conservação e promoção, como à sua comercialização.

No Capítulo 2, sob um ponto de vista teórico, referimos questões relacionadas com a evolução do conceito do património até aos nossos dias, bem como aos problemas que a gestão enfrenta no âmbito genérico das linhas orientadoras da administração do património. O enquadramento teórico definido teve como objectivo introduzir o modo como se realiza a gestão dos monumentos de Lamego.

Tendo presente o cumprimento deste objectivo, neste capítulo, para além de uma nota introdutória sobre o processo de recolha de dados, variável a variável, analisaremos o perfil socio-económico dos visitantes, as motivações da visita, bem como a percepção que têm acerca das políticas aplicadas nos monumentos seleccionados. Ainda neste capítulo iremos examinar os questionários cujo preenchimento solicitámos aos gestores do património.

4.1. A visão dos visitantes face à gestão dos monumentos

4.1.1. Processo de recolha de dados

A população em estudo é constituída por indivíduos que se dirigiram aos monumentos seleccionados: Sé, Almacave, Santuário da Nossa Senhora dos Remédios, Castelo, Museu, Capela de São Pedro Balsemão, nos meses de Outubro e Novembro de 2005. Tendo em conta que se pretende descrever as características de uma determinada população e sua reacção a um determinado fenómeno, usámos inquéritos, pois pareceu-nos o instrumento mais adequado para a recolha de dados.

A elaboração do questionário foi precedida da consulta de outros, efectuados em contextos idênticos, como os de R. Prentice (1993) e C. Fortuna (1997), sendo composto por dois grandes grupos de questões: o perfil do visitante, a motivação e sua opinião sobre a gestão. O questionário foi estruturado, seguindo a orientação geralmente definida para o *design* de um inquérito, sendo utilizadas, na maior parte dos casos, perguntas fechadas do tipo dicotómico e de múltipla escolha. Em alguns aspectos foram utilizadas questões abertas.

Com o objectivo de aperfeiçoar o questionário e, também, de identificar e eliminar potenciais problemas, testámos uma primeira versão, junto de uma pequena amostra de indivíduos. Deste modo, efectuámos alguns ajustes, nomeadamente ao nível da forma e ordem das questões, obtendo-se assim o modelo final do questionário⁵⁹.

O questionário decorreu entre 01/10/05 e 30/11/05, sendo aplicado da seguinte forma: entrega do questionário a cada visitante, disposto a colaborar, explicando-lhe, verbalmente, os objectivos do estudo e sublinhando a importância do seu contributo; recolha do questionário no final da visita.

Quanto ao tipo de amostragem, foi ocasional, porque se adaptava aos objectivos do investigador. Aplica-se este tipo de amostra em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido nível elevado de precisão. Esta amostra é útil quando se pretende abordar as pessoas que frequentam um dado local, num dado momento ou dia (Carmo e Ferreira 1998).

Foram apurados 245 inquéritos, dos quais 11 foram anulados, devido a deficiências no preenchimento, restando 234 válidos. Em termos de distribuição do número de respostas obtidas (Quadro 4.1.).

Quadro 4.1 - Número de Indivíduos inquiridos por monumento

Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
46	33	50	39	46	20
Total de questionários 234					

No que diz respeito à análise e tratamento de dados, utilizámos o programa EXCEL.

4.1.2. Perfil dos visitantes

No quadro 4.2 apresentamos a distribuição dos respondentes em termos da variável sexo. Os dados relativos a esta variável demonstram que na maioria dos monumentos, os visitantes são do sexo feminino, exceptuando o Museu e o Castelo. No entanto, a distribuição é quase equitativa em todos os monumentos.

⁵⁹ Ver Anexo VI – Questionário Final.

Quadro 4.2 - Sexo

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Masculino	50%	45%	44%	51%	58%	65%
Feminino	50%	55%	56%	48%	42%	35%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Grande parte dos respondentes situa-se na faixa etária compreendida entre os 21 e 30 anos (Quadro 4.3). Este facto prende-se com a época do ano em que se realizaram os questionários (Outubro e Novembro), pois encontrámos muita população jovem, que se deslocou aos monumentos integrada em visitas de estudo. No entanto, como se pode observar no quadro 4.9, quando se coloca a questão acerca dos motivos para a visita, poucos responderam “integrados numa visita de estudo”, o que é insólito.

Quadro 4.3 - Idade

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Até 20	7%	33%	4%	3%	33%	10%
21 a 30	35%	55%	20%	28%	42%	50%
31 a 40	11%	0%	16%	26%	2%	15%
41 a 50	15%	6%	6%	33%	18%	20%
51 a 60	9%	3%	30%	10%	4%	5%
Mais de 60	24%	3%	24%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Por outro lado, onde se verifica uma maior percentagem de visitantes mais velhos é no Santuário da Nossa Senhora dos Remédios. Se cruzarmos este dado, novamente com o quadro 4.9 referente às motivações, veremos que o Santuário é o único monumento em que a motivação é maioritariamente religiosa, o que pode justificar a predominância desta faixa etária.

Quanto ao estatuto profissional, por nos parecer a divisão mais indicada para o presente estudo, o agrupamento foi elaborado de acordo com as classes utilizadas por Fortuna (1997). Assim, no quadro 4.4 podemos observar a distribuição dos inquiridos, tendo em conta as categorias profissionais estabelecidas.

Quadro 4.4 - Profissão

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo.	Museu	Balsemão.
1. Directores e quadros superiores	6%	0%	2%	15%	5%	20%
2. Profiss. Intelectuais, Científicas. e Técnicas	16%	12%	12%	18%	8%	35%
3. Comerciantes e trabalhadores independentes	6%	9%	12%	21%	5%	10%
4. Empregados do Comércio e de serviços	12%	9%	16%	15%	5%	10%
5. Assalariados da indústria e da agricultura	8%	0%	4%	0%	0%	0%
6. Estudantes	22%	48%	16%	26%	69%	25%
8. Domésticas/Desempregados/Reformados	26%	21%	36%	5%	8%	0%
9. Outras	4%	0%	2%	0%	0%	0%
10. Sem resposta	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Os inquiridos são, em todos os monumentos, maioritariamente estudantes. As exceções são: Balsemão, em que 35% dos inquiridos estão ligados a profissões intelectuais, científicas e técnicas; Santuário da Senhora dos Remédios onde, com maior representatividade, aparecem “Domésticas, Desempregados e Reformados”. Os dados relativos ao grau de formação confirmam algumas notas anteriores.

No quadro 4.5 encontramos a repartição dos inquiridos por habilitações escolares.

Quadro 4.5 - Habilitações Escolares

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Ensino obrigatório	15%	9%	48%	8%	5%	0%
Ensino secundário	33%	46%	18%	49%	19%	40%
Ensino Superior	52%	42%	34%	44%	76%	60%
Sem resposta	0%	2%	0%	0%	0%	0%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Como é visível no quadro 4.5, a maioria dos visitantes que se deslocaram aos monumentos da cidade de Lamego, frequenta⁶⁰ ou possui um curso superior: Museu (76%), Balsemão (60%), Sé (52%). Em relação ao ensino secundário, este representa a maioria dos visitantes do Castelo (49%) e Almacave (46%). O monumento em que se verificou que os

⁶⁰ Muitos dos respondentes encontravam-se no último ano dos seus cursos superiores.

respondentes possuíam habilitações escolares mais baixas, foi o Santuário, onde 48% tinham, somente, o ensino obrigatório.

Perante os dados recolhidos e expressos no quadro 4.6, a maioria dos inquiridos são solteiros: Almacave (79%); Sé (43%); Museu (64%) e Balsemão (65%). Os casados têm um peso relativo significativo: Santuário (56%) e Castelo (59%), o que está em coerência com a estratificação etária dos inquiridos feitos nestes monumentos.

Quadro 4.6 - Estado Civil

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsem.
Solteiro (a)	43%	79%	24%	31%	64%	65%
Casado / Vive maritalmente	43%	15%	56%	59%	29%	30%
Divorciado(a)	9%	0%	4%	0%	0%	5%
Viúvo (a)	15%	0%	16%	0%	7%	0%
N.Resp.	0%	6%	0%	10%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quanto à origem e nacionalidade dos visitantes inquiridos os resultados reflectem, talvez, a época do ano em que foram efectuados (Quadro 4.7).

Quadro 4.7 - Residência

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Portugal	59%	100%	100%	99%	100%	95%
Estrangeiro	39%	0%	0%	0%	0%	5%
Sem resposta	2%	0%	0%	1%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A maioria dos visitantes desta amostra é de origem portuguesa. O monumento que registou um maior número de estrangeiros foi a Sé com 39% (26% espanhóis, 13%Ingleses) Balsemão registou apenas uma visita de um estrangeiro, (Italiano) que corresponde a 5% em relação à amostra.

No intuito de facilitar a análise e exposição dos dados, uma vez que se tratava de uma questão aberta, obtivemos grande disparidade de resultados. Agrupámos os residentes nacionais segundo a Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT) do INE. Os resultados desta agregação estão expressos no quadro 4.8.

Quadro 4.8 - Origem dos visitantes nacionais

NUT III	Monumentos					
	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Algarve	4%	0%	0%	0%	9%	5%
Ave	0%	0%	4%	0%	0%	0%
Baixo Mondego	4%	0%	6%	8%	0%	5%
Baixo Vouga	4%	0%	2%	5%	0%	0%
Beira Interior Sul	0%	0%	6%	0%	0%	5%
Cavado	0%	9%	0%	16%	11%	0%
Dão Lafões	0%	0%	2%	0	0%	11%
Douro	32%	64%	24%	68%	67%	21%
Grande Lisboa	50%	9%	12%	0%	3%	11%
Grande Porto	4%	9%	18%	0%	2%	32%
Lezíria do Alentejo	0%	0%	14%	0%	0%	0%
Península de Setúbal	4%	0%	0%	0%	0%	5%
Minho Lima	7%	0%	4%	3%	0%	0%
Oeste	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Pinhal Litoral	0%	9%	4%	0%	2%	5%
Tâmega	0%	0%	4%	0%	0%	0%

Como se verifica, o NUTS Douro absorve a grande parte da população inquirida, em quase todos os monumentos: Castelo (68%); Museu (67%); Almacave (64%), Remédios (24%). As exceções são a Sé, em que 50% dos inquiridos eram da Grande Lisboa e Balsemão, onde 30% dos inquiridos eram oriundos do Grande Porto.

4.1.3. Motivações

Com esta questão pretendemos indagar as motivações que levaram as pessoas a visitar os monumentos. Através da análise podemos de alguma forma, apesar de a amostra não ser representativa e, por isso não generalizável para a procura, identificar a tipologia de visitantes que se deslocam aos monumentos de Lamego.

A leitura do quadro 4.9 demonstra, no que diz respeito às motivações da procura ao monumento, que o “interesse histórico de que este se reveste” é a opção mais escolhida, para todos os monumentos, o que nos leva a “classificar estes visitantes como altamente motivados”, segundo a tabela proposta por Silberberg (1995). Existem, no entanto, duas exceções: a Sé, com 30% dos inquiridos, cujo motivo principal da visita é “a visita fazia

parte do pacote⁶¹; e o Santuário em que a maioria dos inquiridos indicam a religião (39%), como motivação principal. Nestes dois casos podemos incluir estes visitantes, novamente seguindo as tipologias propostas por Silberberg (1995), como motivações complementares, já que o principal motivo da visita não é a cultura ou o valor histórico do monumento

Quadro 4.9 - Motivação para a visita

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
O facto de ser um imóvel classificado	7%	5%	4%	5%	4%	-
O interesse histórico de que este se reveste	29%	31%	23%	75%	54%	57%
A visita fazia parte do pacote que comprou para visitar a região do Douro	30%	8%	10%	0%	15%	-
Informação dada no posto de turismo	4%	0%	1%	0%	0%	5%
Conselho dado por uma agência de viagens	0%	3%	1%	0%	0%	-
Motivações religiosas	11%	16%	39%	2%	4%	-
Recomendação de familiares ou amigos	9%	13%	12%	16%	8%	24%
Nenhum motivo em especial	4%	3%	6%	4%	4%	-
Outros	9%	21%	4%	0%	10%	14%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

No que diz respeito aos aspectos mais apreciados no monumento, outra questão aberta, as respostas foram diversas; só no Castelo, é que a maioria dos inquiridos (70%) fez a mesma opção, como podemos comprovar através do quadro 4.10.

Como podemos concluir, pela observação do quadro 4.10, são vários os aspectos referidos na apreciação dos monumentos.

A nossa análise, limita-se à primeira e segunda preferência. Idêntica metodologia será usada na leitura de todos os restantes quadros. Assim, os elementos mais apreciados na visita, em cada um dos monumentos, foram: na Sé os frescos de Nazoni (46%) e os claustros (13%); em Almacave os altares laterais (35%) e a igreja no seu todo (19%); no Santuário da Sr^a dos Remédios, a igreja (32%) e o escadório (12%); no Museu, (34%) dos inquiridos salientaram as tapeçarias e toda a exposição no geral (19%); na Capela de S. Pedro Balsemão a arquitectura foi escolhida como elemento preferencial por 27% dos respondentes, secundada pelo de conservação com 22%.

⁶¹ Convém lembrar que grande parte dos operadores incluem a visita à Sé nos seus programas para Lamego.

Quadro 4.10 - Aspectos mais apreciados no monumento

Sé	1º- Tecto (46%)	2- Claustros (13%);	3º-Altar-Mor (11%); todo o monumento(11%)
	4º- Valor histórico (9%);Fachada/ pórticos (9%)	5º - Imagens dos Santos (3%)	
Almacave	1º- Santos e altares (35%)	2º-A igreja no seu todo (19%)	3ª.Capela Jansenista (17%)
	4º- Quadro sacristia (14%)	5º- Nada (11%)	6º- Azulejos (3%).
Sant. Remédios	1º- Igreja (32%)	2º- Escadório (12%) Nossa senhora (12%)	
	3º- Arquitectura (10%)	4ª- Presépio (6%).	
Castelo	1º-Vista para a cidade/ Paisag (70%)	2ª-Torre (12%)	3º-Localização (6%)
	4º-Manutenção conservação (6%)	Não responderam (6%)	
Museu	1º- Tapeçarias (34%)	2º-Geral da exposição (19%)	3º- Capelas (13%)
	4º- Pinturas G. Vasco (10%)	5- Peças de escultura (6%)	Sem opinião (8%)
Balsemão	1º-Arquitectura (27%)	2º- Estado de conservação (22%)	3º- Localização (13%)
	4- Altares (9%); todo o monumento (9%)	5º- Paisagem (4%), simbolismo (4%) tecto (4%) Chão (4%) e simbologia(4%)	

4.1.4. Estado de conservação

O estado de conservação é uma das principais responsabilidades dos gestores (Miranda 2001). Com esta questão, pretendeu-se analisar o que pensam os visitantes acerca deste item (interior, exterior e património móvel).

Como podemos constatar, através do quadro 4.11, todos os monumentos, no que concerne ao aspecto exterior, foram classificados como “ Bons” e/ou “Razoáveis”, pelos visitantes.

Mereceram o estatuto de Bom: Santuário (58%), S. Pedro Balsemão, o Museu (51%) e o Castelo (42%). Como Razoável: Almacave, com 67% dos inquiridos.

Quadro 4.11 - Estado de conservação do monumento: aspecto exterior

	Sé	Almacave	Santuário Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Mau	0%	8%	0%	0%	0%	0%
Medíocre	30%	9%	4%	8%	0%	0%
Razoável	37%	67%	14%	35%	33%	25%
Bom	28%	18%	58%	42%	51%	55%
Muito Bom	4%	0%	24%	8%	16%	20%
Sem opinião	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A Sé, apesar de ser classificado como Razoável por 37% dos inquiridos, é o monumento que detém a pior “nota”: (30%) dos inquiridos considera o seu estado exterior medíocre. Pensamos que este resultado se deve aos seguintes factores: mau estado em que se encontram os pórticos e algumas das cruzes da via-sacra, bem como a deterioração das capelas de S. Nicolau e S. António que fazem parte do Claustro.

Verificamos, através da observação do quadro 4.12, que o estado de conservação interior dos monumentos foi considerado “Bom” pela maioria dos visitantes: Museu (58%), Santuário (50%) e Balsemão (50%). A classificação “Razoável” foi a atribuída, pela maior parte dos inquiridos, à Sé (46%) e ao Castelo (36%).

Quadro 4.12 - Estado de conservação do monumento: aspecto interior

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Mau	0%	15%	0%	8%	0%	0%
Medíocre	13%	46%	2%	18%	0%	0%
Razoável	46%	36%	6%	36%	13%	25%
Bom	37%	3%	50%	21%	58%	50%
Muito Bom	2%	0%	40%	3%	27%	25%
Sem opinião	2%	0%	2%	18%	2%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A Igreja de Almacave foi penalizada, já que 46% dos inquiridos consideram o seu estado de conservação Medíocre. Esta avaliação menos positiva prende-se com o estado em que se encontra a Igreja: desde que deflagrou o incêndio em 1988, nunca foi resolvido o problema do Altar-mor e do tecto, ambos carbonizados⁶². Quem entra na Igreja, depara-se

⁶² Ver imagens (3.25; 3.26; 3.27) no Capítulo III.

logo com um cenário desolador. Por outro lado, a humidade, que invade algumas das paredes, também poderá ter contribuído para a classificação negativa do monumento.

Mais uma vez, como podemos observar através do quadro 4.13, os monumentos, que melhores classificações obtêm (com a classificação de Bom) são: Museu (58%), Balsemão (55%) e Santuário da Senhora dos Remédios (54%).

Quadro 4.13 - Estado de conservação do património móvel

	Sé	Almacave	Sant. Remédio	Castelo	Museu	Balsem.
Mau	9%	6%	0%	28%	0%	0%
Medíocre	24%	12%	2%	31%	0%	10%
Razoável	28%	52%	10%	12%	13%	30%
Bom	26%	12%	54%	8%	58%	55%
Muito Bom	7%	0%	30%	3%	27%	5%
Sem opinião	7%	0%	4%	18%	2%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

O Castelo obtêm uma classificação bastante inferior, comparativamente aos restantes monumentos. Assim, 31% dos respondentes considera o estado do património móvel, Medíocre e, 28%, Mau. Pensamos que estes valores se devem à descaracterização do espaço, uma vez que o Castelo serve de sede dos escoteiros (sobre este assunto, ver Cap. III).

4.1.5. Gestão no exterior e interior (pensada para os visitantes).

Com esta questão, pretendeu-se avaliar os resultados da gestão externa e interna do monumento, atendendo às linhas apontadas por V. Patin (1997) verificando também se os aspectos relacionados com as necessidades e a segurança dos visitantes, descritas por G. Black (2004), fazem parte dos objectivos dos gestores do património em Lamego.

Em todos os monumentos, as acessibilidades foram consideradas razoáveis ou boas. A única excepção é S. Pedro Balsemão, onde 50% dos respondentes consideraram a estrada Má e 30% Medíocre. De facto a estrada que conduz até S. Pedro Balsemão é muito estreita, impedindo, por isso, a circulação dos autocarros turísticos até ao monumento. Para além deste facto, o piso, na altura em que se realizaram os questionários, encontrava-se em muito mau estado. Posteriormente, realizaram-se obras, que tornam o trajecto bem mais seguro para as pessoas e para as viaturas particulares.

Quadro 4.14 - Acessibilidades - tipo de estrada

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Má	2%	6%	0%	10%	0%	50%
Medíocre	9%	12%	0%	18%	4%	30%
Razoável	26%	70%	16%	62%	51%	20%
Boa	37%	12%	58%	10%	27%	0%
Muito Boa	9%	0%	22%	0%	12%	0%
Sem opinião	17%	0%	4%	0%	6%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quanto à sinalética, um aparente “mal” português, os resultados são coincidentes com outros estudos, de outras zonas do país (Quadro 4.15).

Quadro 4.15 - Sinalética

	Sé	Almacave	Sant. Remédio	Castelo	Museu	Balsem.
Mau	11%	40%	0%	71%	9%	40%
Medíocre	20%	24%	2%	21%	18%	35%
Razoável	7%	15%	6%	3%	42%	15%
Bom	20%	9%	46%	0%	18%	5%
Muito Bom	2%	0%	42%	0%	4%	0%
Sem opinião	41%	15%	4%	5%	9%	5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

De facto a leitura do quadro 4.15 permite identificar, claramente, o problema que existe com a sinalética direccional. Assim, nos monumentos que têm alguma sinalética na cidade, designadamente, o Santuário (podemos encontrar uma placa de sinalização junto à rotunda do soldado desconhecido e outra no segundo cruzamento da estrada N2), a Sé (encontramos sinalização na Av. 5 de Outubro e junto à Região de Turismo Douro Sul), o Museu (cuja sinalização também se encontra na AV. 5 Outubro e junto à Região de Turismo Douro Sul), foram atribuídas as classificações de Bom e Razoável. Aos restantes monumentos, a maioria dos inquiridos referiram que a sinalética era “Má” Castelo (71%) Almacave (40%) e a Balsemão (40%). Pelo que constatámos *in-loco*, de facto, não existem quaisquer placas de sinalização desses monumentos.

Os dados relativos às facilidades de estacionamento são apresentados no quadro 4.16.

Quadro 4.16 - Estacionamento

	Sé	Almacave	Sant. Remédio	Castelo	Museu	Balsemão
Mau	22%	55%	0%	62%	16%	5%
Medíocre	20%	30%	2%	28%	31%	5%
Razoável	9%	9%	10%	3%	29%	45%
Bom	4%	0%	50%	0%	11%	35%
Muito Bom	0%	0%	32%	0%	0%	5%
Sem opinião	46%	8%	6%	8%	13%	5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Em termos globais, o estacionamento é considerado “Mau” e “Medíocre”. As únicas exceções são: o Santuário da Nossa Senhora dos Remédios, em que, 50%, dos inquiridos lhe atribui a classificação de Bom e a Capela de S. Pedro Balsemão em que 45% dos inquiridos considera que o estacionamento é razoável e 35% considera que é Bom.

O estacionamento é, pois, um problema, como já se referiu no Cap. II deste trabalho. Os parques que existem na cidade são insuficientes e não respondem às necessidades dos visitantes. Esta lacuna pode fazer com que muitos turistas deixem de visitar a cidade e os seus locais, tal como refere V. Patin (1997).

Para as pessoas que se dirigem a Lamego integradas em grupos e vão visitar a Sé ou o Museu, a situação é menos penosa, uma vez que existe autorização e estacionamento para os autocarros, junto a estes monumentos. Quem usa o transporte próprio, depara-se com uma situação bem mais complicada, porque quase todos os lugares estão sujeitos a pagamento e são difíceis de encontrar.

Em relação aos monumentos que possuem parque, Remédios e Balsemão, podemos afirmar que, no primeiro caso, o estacionamento disponível é suficiente e está organizado com uma zona para autocarros e outra só para carros; no segundo caso, existe um pequeno adro que também responde às necessidades dos visitantes, porque os autocarros não podem ir até Balsemão, caso contrário o estacionamento seria incomportável.

Outro dos problemas que afligem o turismo é o dos horários, frequentemente discutido na Imprensa (Quadros 4.17 e 4.18).

Quadro 4.17 - Horário de (Horário de Inverno)

	Sé Horário: das 8 às 13h Das 15 às 19.30	Almacave Horário: das 07.30 às 12.30h das 16 h00 às 19.30h	Sant.Remédios Horário: 8.00h às 18.00	Castelo Horário Aberto aos Domingos das 10h00 às 13h00	Museu Horário: das 10.00 às 12.30h das 14 às 17h.	Museu Horário: das 09.30 às 12.30h das 14 às 17.30h
Mau	0%	3%	0%	69%	4%	0%
Medíocre	7%	24%	2%	13%	4%	0%
Razoável	2%	48%	8%	0%	22%	15%
Bom	54%	3%	48%	0%	37%	60%
Muito Bom	8%	0%	28%	0%	7%	15%
Sem opinião	19%	15%	14%	20%	27%	10%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quanto ao funcionamento dos monumentos, no Inverno, podemos inferir, através do quadro 4.17, que a Sé, o Santuário e Balsemão são os locais em que o horário agrada à maioria dos visitantes, obtendo a classificação de Muito Bom ou Bom.

No caso de Almacave, a classificação foi Razoável (48%) e Medíocre (24%), para o Museu, 37%, Bom e 22%, Razoável.

O Castelo é o pior caso, uma vez que 69% dos inquiridos considera o horário Mau e 10% Medíocre. Naturalmente, o facto deste monumento estar somente aberto aos Domingos, e durante um período de três horas, faz com que a apreciação seja fortemente negativa.

Quadro 4.18 - Horário de (Horário de Verão)

	Sé Horário: das 8h00 às 13h00 Das 15h00 às 19h.30	Almacave Horário: das 07.30 às 12.30h das 16 h00 às 19.30h	Sant.Rem. Horário: 8.00 às 20.00	Castelo Horário: 15 Junho, a 15 de Setembro. Todos os dias sem horário fixo.	Museu Horário: das 10h00 às 12h30 das 14h00 às 17h00	Balsemão Horário: das 10h00 às 12h30 das 14h00 às 18.00h
Mau	0%	3%	0%	26%	4%	0%
Medíocre	7%	21%	2%	28%	4%	0%
Razoável	2%	54%	10%	23%	22%	20%
Bom	54%	9%	40%	5%	33%	55%
Muito Bom	8%	0	34%	0%	9%	15%
Sem opinião	19%	15%	14%	18%	28%	10%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quanto ao Verão (Quadro 4.18) os monumentos, Sé, Santuário e Balsemão são, novamente, os que praticam o melhor horário, tendo em conta os desejos da maioria dos visitantes.

No caso de Almacave, a classificação foi Razoável (54%) e Medíocre (24%). Para o Museu, Bom 33%, e Razoável 22%.

O Castelo continua a ser o pior caso, já que 26% dos inquiridos consideram o horário Mau e 28% consideram-no Medíocre. Mas existe uma melhoria na opinião geral, uma vez que 23% considera o horário razoável.

Ainda em relação ao Castelo, gostaríamos de salientar que o horário de Verão, que nos foi facultado no Posto de Turismo, não é muitas vezes cumprido: está dependente da “boa vontade” dos escoteiros, como referiu o Dr. Rui Pereira, no questionário realizado às entidades gestoras do património⁶³.

Um aspecto a que se atribui cada vez mais relevo é do acesso para deficientes, havendo mesmo legislação específica.

Quadro 4.19 - Acesso a deficientes

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Mau	59%	67%	30%	79%	41%	50%
Medíocre	13 %	15%	26%	10%	7%	25%
Razoável	9%	15%	10%	5%	23%	15%
Bom	4%	3%	0%	0%	2%	0%
Muito Bom	0%	0%	10%	0%	0%	0%
Sem opinião	15%	0%	24%	18%	27%	10%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Ora, como se pode inferir através do quadro 4.19, o acesso para deficientes é considerado Mau, em todos os monumentos que foram objecto de estudo. Parece-nos natural a classificação atribuída, uma vez que nenhum dos monumentos tem infra-estruturas que possibilitem a visita de pessoas com deficiências motoras.

Seguidamente (Quadros 4.20 a 4.25) são analisadas as classificações dos respondentes relativas aos serviços oferecidos em cada momento. No que respeita à existência (ou não) de “recepção”, podemos verificar que apenas o Museu possui este serviço (Quadro 4.20).

⁶³ Ver Anexo I – Questionários às Entidades Gestoras.

Quadro 4.20 - Recepção

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Mau					0%	
Medíocre					7%	
Razoável					46%	
Bom					27%	
Muito Bom					5%	
Sem opinião					9%	
Total					100%	

Assim, quanto a este item, 46%, dos inquiridos classificam-na como “Razoável”. É também a nossa opinião, uma vez que, como pudemos constatar, existem alguns pontos fracos em termos logísticos: a recepção tem uma área diminuta e o seu mobiliário limita-se a uma velha secretária, uma cadeira e uns escaparates obsoletos, com alguns desdobráveis. No entanto, este problema é de alguma forma colmatado pela simpatia e boa organização, na recepção aos visitantes.

Relativamente à existência (ou não) de serviço de bilheteira, como aconteceu anteriormente, também neste item, só o Museu pode ser avaliado pelos mesmos motivos atrás referidos (Quadro 4.21).

Quadro 4.21 - Bilheteira

	Sé	Alma- cave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Mau					0%	
Medíocre					7%	
Razoável					52%	
Bom					27%	
Muito Bom					5%	
Sem opinião					9%	
Total					100%	

Assim, 52% dos inquiridos consideraram a bilheteira razoável. Convém referir que, neste Museu, a bilheteira e a informação se realizam no mesmo espaço. Neste contexto, é natural que as opiniões sejam sensivelmente as mesmas.

No quadro 4.22 representa-se a classificação dos inquiridos quanto ao serviço de limpeza dos monumentos.

Quadro 4.22 - Limpeza

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Mau	0%	0%	2%	12%	0%	0%
Medíocre	0%	15%	4%	18%	5%	0%
Razoável	15%	46%	10%	38%	16%	5%
Bom	41%	24%	30%	18%	59%	60%
Muito Bom	11%	3%	46%	3%	9%	25%
Sem opinião	32%	12%	8%	10%	11%	10%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Da leitura do quadro 4.22, podemos salientar que, na generalidade, os visitantes classificam a limpeza como “boa”. A excepção é o Santuário, onde é considerada muito boa.

Sobre este assunto, convém referir que os lavabos não estão devidamente identificados, com excepção do Museu. Analisando o quadro 4.23, os respondentes que exprimiram alguma opinião, classificaram este serviço como negativo, portanto sem qualidade. A excepção é novamente o Museu, acerca da qual os inquiridos consideram que os lavabos são Bons e a percentagem de respostas é mais significativa.

Quadro 4.23 - Lavabos

	Sé	Almacave	Sant Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Mau	7%	27%	8%		2%	
Medíocre	0%	6%	6%		7%	
Razoável	4%	6%	6%		28%	
Bom	7%	0%	6%		29%	
Muito Bom	0%	3%	6%		7%	
Sem opinião	74%	58%	68%		29%	
Não respondeu	9%	0%	0%			
Total	100%	100%	100%		100%	

O Castelo e S. Pedro Balsemão não possuem lavabos. No caso de Balsemão, a falta deste serviço é mais grave, pois o monumento está isolado e sem alternativas.

A temperatura é um ponto da gestão ignorado, muitas vezes de forma deliberada, com o objectivo de poupar, nos consumos dos monumentos, como em muitos dos serviços públicos do nosso país. No entanto, pensamos que este aspecto de forma alguma deveria

ser negligenciado, principalmente numa zona como Lamego onde as oscilações de temperatura são extremamente acentuadas, como já se explicou no Cap. II deste trabalho.

O quadro 4.24 expressa as atribuições feitas pelos respondentes no que concerne à temperatura ambiente.

Quadro 4.24 - Temperatura Ambiente

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Má	6%	24%	2%	26%	46%	0%
Medíocre	22%	6%	2%	21%	12%	10%
Razoável	17%	46%	30%	21%	21%	55%
Boa	35%	12%	54%	0%	19%	15%
Muito Boa	0%	3%	0%	0%	12%	10%
Sem opinião	20%	9%	2%	33%	2%	10%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A opinião de Má foi atribuída ao Castelo (25%) e ao Museu (46%). De facto são dois monumentos, onde o frio se faz sentir de tal forma que a visita se torna quase um pesadelo. Devemos ter presente que este questionário foi realizado nos meses de Outubro e Novembro do ano 2005, época muito fria nesta região.

Os outros monumentos variam entre o Razoável, como é o caso de Almacave (46%)⁶⁴, e Balsemão com 55%. Com a classificação de Bom temos a Igreja da Nossa Senhora dos Remédios (54%).

Os dados sobre a iluminação podem ser visualizados no quadro 4.25. Como podemos observar através do quadro, a iluminação é considerada boa no caso do Santuário (58%), Museu (46%), Balsemão (47%) e razoável, nos casos de Almacave (46%) e Castelo 41%. Mas se analisarmos os dados referentes a estes dois últimos monumentos, podemos observar que as classificações tendem para “Mau” e “Medíocre”. De facto, a iluminação nestes dois imóveis classificados é muito fraca, sendo, por isso, difícil contemplar o seu interior.

⁶⁴ Neste monumento é utilizado aquecimento a gás, cometendo-se, em nossa opinião, um grave erro de gestão face à segurança.

Quadro 4.25 - Iluminação

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Mau	2%	21%	0%	23%	2%	0%
Medíocre	17%	27%	2%	10%	11%	11%
Razoável	32%	46%	24%	41%	30%	21%
Bom	30%	0%	58%	8%	46%	47%
Muito Bom	17%	3%	12%	0%	9%	16%
Sem opinião	13%	3%	4%	18%	2%	5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

No caso do Castelo, a situação não nos parece tão grave, uma vez que o património móvel é inexistente. No entanto, no que diz respeito a Almacave, o facto da iluminação ser tão fraca faz com que não possamos observar, por exemplo, os magníficos azulejos do século XVII, bem como os altares laterais barrocos e alguns pormenores na nave central que indiciam a origem árabe desta igreja. É sabido que é necessário ter a luz “certa” para que não danifiquemos o património⁶⁵, mas neste caso não foi essa a preocupação, trata-se somente de um problema ligado a uma gestão menos cuidadosa.

4.1.6. Acolhimento

A forma como os visitantes são acolhidos faz toda a diferença na apreciação geral dos visitantes, face ao monumento. Segundo G. Black (2004), este aspecto do acolhimento e o modo como ele é realizado pode criar uma empatia por parte do visitante em relação ao monumento.

Convém explicar que as capacidades linguísticas, que se tentaram medir nesta questão (Quadro 4.26), não se prendem só com o facto de no monumento existirem pessoas que dominam outras línguas estrangeiras, situação que foi explicada a cada um dos respondentes. Pretendia-se averiguar, também, o domínio da expressão oral na nossa língua.

Grande parte dos respondentes não teve opinião acerca deste assunto, porque, em muitos casos, ninguém os acolheu – Santuário, Almacave e Sé.

⁶⁵ Ver sobre este assunto Hernandez e Tresserras (2005).

Quadro 4.26 - Acolhimento/Capacidades linguísticas

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Mau	0%	12%	4%	8%	2%	5%
Mediocre	2%	9%	0%	0%	7%	5%
Razoável	6%	0%	0%	26%	28%	10%
Bom	11%	9%	0%	15%	29%	20%
Muito Bom	7%	3%	0%	3%	7%	15%
Sem opinião	67%	67%	96%	64%	27%	45%
Não resp.	7%	0%	0%	0%	0%	
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

No entanto, dos que tiveram algum tipo de contacto com os responsáveis pela guarda dos monumentos, entenderam que a expressão oral era má, em Almacave (12%) e Santuário (4%) e, Boa, no caso da Sé (11%). No Castelo, onde o atendimento é realizado pelos escoteiros, como já referenciamos no ponto III deste trabalho, os respondentes consideraram que as capacidades linguísticas eram razoáveis. No Museu, os respondentes consideraram as capacidades razoáveis (28%) e (29%) consideraram que eram boas. No caso de Balsemão, 20% dos inquiridos, classificaram como “Boa” a prestação da funcionária do IPPAR.

Como se pode observar no quadro 4.27, quanto ao conhecimento acerca do património, dos monumentos classificados com “Bom”, sobressai o Castelo com 42%. No entanto, 46% dos inquiridos não tinham opinião acerca deste assunto, o que faz com que não se possa ter uma leitura clara dos dados. No caso de Balsemão, 40% dos respondentes considera Bom o conhecimento acerca do monumento e 35%, Muito Bom.

Nos casos de Almacave e Santuário, dado o número de inquiridos que não tinha opinião 73% no primeiro caso e 94% no segundo, achámos que a leitura dos resultados não faz sentido.

Quadro 4.27 - Acolhimento - conhecimentos acerca do património

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Mau	0%	6%	4%	5%	0%	0%
Medíocre	0%	3%	0%	0%	0%	0%
Razoável	2 %	6%	0%	8%	24%	10%
Bom	11%	6%	2%	15%	42%	40%
Muito Bom	13%	6%	0%	27%	27%	35%
Sem opinião	67%	73%	94%	46%	7%	15%
Não resp.	7%	0%	0%	0%	0%	0%
total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Atendendo à simpatia (Quadro 4.28), a maioria dos visitantes (65%) classifica a simpatia em Balsemão com Muito Bom. Assim, para além da enigmática sensação que São Pedro provoca nos seus visitantes, a forma extremamente simpática de acolhimento, ajuda a criar sensação de socialização nos visitantes, descrita por G. Black (2004) na sua pirâmide das necessidades. Também no caso do Museu, os visitantes consideraram que foram recebidos com simpatia. Desta forma, 43% classificou como Bom e 35% como Muito Bom.

Quadro 4.28 - Acolhimentos – Simpatia

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Mau	7%	9%	0%	5%	0%	0%
Medíocre	2%	9%	0%	0%	2%	0%
Razoável	2%	3%	0%	15%	29%	5%
Bom	15%	12%	6%	26%	43%	25%
Muito Bom	9%	6%	0%	8%	22%	65%
Sem opinião	63%	61%	94%	46%	4%	5%
Não resp.	2%	0%	0%	0%	0%	0%
total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Nos restantes monumentos, a grande maioria não teve opinião, mas dos que responderam, o maior número considerou que foi recebido com simpatia, atribuindo a classificação de Bom.

Os dados relativos à pergunta sobre se a visita era ou não guiada encontram-se no quadro 4.29.

Quadro 4.29 - Visita guiada ou não guiada

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Sim	70%	48%	8%	31%	69%	30%
Não	23%	52%	92%	69%	31%	70%
Não respondeu	7%	0%	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A Sé com (70%) e o Museu (69%) foram os monumentos onde grande parte dos inquiridos realizaram uma visita guiada.

Na situação de visita guiada, os respondentes assinalaram que tipo de orientação/guia tiveram (Quadro 4.30), classificando esse acompanhamento (Quadro 4.31).

Quadro 4.30 - Visita Guiada

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Guia do grupo onde veio integrado	75%	0%	100%	0%	0%	0%
Guia a trabalhar no monumento	0%	0%	0%	100%	88%	0%
O responsável/guardião do monumento	9 %	0%	0%	0%	3%	100%
Outro	0%	100%	0%	0%	2%	0%
Não respondeu	6%	0%	100%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Dos respondentes que fizeram a visita, esta foi orientada pelo guia integrado no grupo: Sé (75%), Santuário (100%). Em Almacave, (100%) dos que fizeram a visita guiada foram acompanhados pelo professor⁶⁶. Nos casos do Museu, (88%) e do Castelo (100%) das visitas foram acompanhadas pelo guia.

De um modo geral, os dados constantes no quadro 4.31 mostram que o acompanhamento foi considerado Bom e Muito Bom, independentemente de quem o realizou (guia do grupo, professor ou guia do monumento). Mas é de realçar que 72% dos visitantes, em Balsemão, consideraram a prestação do guia muito boa.

⁶⁶ Ver Anexo VII - Quadros e gráficos dos monumentos.

Quadro 4.31 - Prestação do Guia

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Má	0%	13%	0%	0%	0%	0%
Medíocre	3%	6%	0%	0%	0%	0%
Razoável	25%	13%	25%	33%	16%	14%
Boa	28%	19%	75%	67%	56%	14%
Muito Boa	43%	49%	0%	0%	28%	72%
Sem opinião	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

4.1.7. A interpretação

Vários autores (Miranda 2001; Patin 1997; Black 2004; Middleton 2001), referem que esta ferramenta de gestão é vital, quando queremos fazer uma gestão integradora sustentável e pensada para os visitantes.

Quadro 4.32 - Informação disponível

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Muito insuficiente	36%	43%	24%	72%	4%	15%
Insuficiente	39%	30%	28%	15%	11%	25%
Razoável	7%	15%	24%	10%	31%	35%
Bom	7%	6%	12%	0%	29%	5%
Excelente	0%	0%	8%	0%	7%	15%
Sem opinião	9%	6%	0%	3%	18%	5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Como podemos observar através da análise do quadro 4.32, a informação disponível é considerada “Muito Insuficiente” ou “Insuficiente”, em todos os monumentos. Este dado pode significar que, no que respeita à interpretação, não existe uma ligação positiva entre quem gere e quem visita os monumentos. A única exceção é o Museu, onde a maioria dos inquiridos a considerou Razoável (31%) ou Bom (29%).

Quadro 4.33 - O que devia ser melhorado

	Sé	Almacave	Sant. Remédios	Castelo	Museu	Balsemão
Nada, o monumento está bem desta forma	1%	0%	7%	0%	7%	12%
Brochuras e desdobráveis gratuitos	22%	30%	19%	22%	19%	16%
Painéis informativos à entrada do monumento	21%	26%	14%	24%	17%	26%
Indicação sobre o percurso a realizar dentro do monumento	21%	7%	6%	10%	17%	6%
Guias permanentes	12%	8%	25%	11%	7%	6%
Mapa explicativo do monumento	10%	22%	19%	21%	14%	20%
Áudio-Guias	20%	2%	2%	5%	7%	6%
Filmes, Vídeos, audiovisuais	7%	3%	5%	4%	9%	8%
Outros	5%	1%	2%	1%	6%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quando colocámos a questão acerca dos meios interpretativos que se poderiam utilizar para melhorar a interpretação, as repostas recaíram principalmente nos meios “interpretativos não pessoais”: as brochuras e desdobráveis gratuitos, painéis informativos à entrada do monumento e mapa explicativo do monumento. O único caso onde o público atribuiu uma percentagem significativa aos meios pessoais (guias do monumento) foi o Santuário dos Remédios, em que 21% dos inquiridos escolheu este meio, como suporte para melhorar a interpretação

4.1.8. Classificação global da visita

O Santuário da Senhora dos Remédios e Balsemão destacam-se, porque, grande parte dos inquiridos consideraram a visita, entre Bastante satisfatória: Santuário (44%), Balsemão (45%), e Superou as Expectativas: Santuário (36%) e Balsemão (35%).

Quadro 4.34 - Classificação global da visita

	Sé	Almacave	Santu. Reméd	Castelo	Museu	Balsem.
1 - Nada satisfatória	0%	0%	0%	15%	0%	0%
2 - Insatisfatória	7%	15%	4%	23%	2%	5%
3 - Satisfatória	37%	46%	16%	41%	27%	15%
4 - Bastante satisfatória	33%	12%	44%	15%	56%	45%
5 - Superou as expectativas	15%	15%	36%	0%	13%	35%
Não sabe / Não responde	9%	12%	0%	5%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

No caso do Santuário, podemos entender esta classificação, pela religiosidade que motivou a visita de grande parte dos respondentes, e também pelo facto da igreja se encontrar em muito bom estado. No que diz respeito a Balsemão, o seu valor histórico, a sua beleza e estado de conservação aliados ao bom acolhimento são, em nosso entender, os factores que justificaram este valor global tão positivo.

A visita ao Museu também agradou aos seus visitantes. Assim, 46% classificaram-na como “Bastante Satisfatória”. Na Sé, as opiniões dividem-se: 37% considerou a visita “Satisfatória” e 33% considerou “Bastante Satisfatória”.

No caso do Castelo, 41% dos respondentes consideraram a visita Satisfatória, mas 23% consideraram-na Insatisfatória e 15% Nada satisfatória. Parece-nos que a falta de património móvel e a descaracterização do interior poderão ter sido os factores responsáveis por esta má classificação. Convém aqui salientar que, noutra estudo realizado no âmbito duma tese de mestrado sobre os jovens e o património arquitectónico em Lamego (Pereira, 2003), as opiniões acerca do Castelo, também, não foram favoráveis. Os jovens afirmaram não terem gostado do monumento por estar alterado/modificado e ao visitá-lo encontrarem, somente, referências à história do Agrupamento dos Escoteiros.

4.2. A visão dos Gestores (análise dos questionários)

Com vista a perceber de que forma é feita a gestão do património em Lamego foi decidido solicitar o preenchimento de um questionário, já validado, aos responsáveis dos monumentos. Obtivemos, assim, informações qualitativas e quantitativas. Quanto à análise dos dados, serão trabalhados apenas os dados que apresentam maior relevo para o estudo em questão.

Da análise do quadro 4.35 verificamos que a grande totalidade dos monumentos é estatal. A única excepção é o Santuário. No que diz respeito à afectação, esta divide-se entre: entidades nacionais (IPPAR) entidades locais (Câmara Municipal) e entidades religiosas (Cabido/Paróquias). O estado de conservação, genericamente, foi considerado Razoável/Bom, exceptuando o interior de Almacave, considerado Muito Mau pelos responsáveis, tal como o Museu. Relativamente ao modelo de gestão, os responsáveis pelos monumentos não responderam a este ponto, excepção feita ao Museu do qual obtivemos a informação de que este se regula pelo modelo do Estado. Quanto à integração em Rede, salientamos o Museu que faz parte da Rede do Portuguesa de Museus e o

Santuário em processo de adesão à Associação Turel/TCR. No que concerne à integração em Rotas, verificamos que fazem parte da Rota Medieval do Douro, três sítios: Almacave, Castelo e o Museu.

Quadro 4.35 - Elementos de Apresentação

	Proprie//	Afectação	Conservação	M. Gestão	Int.Redes	Int. Rota
Sé	Estado	Cabido/ Par. Sé	Razoável	Não Responde	Não Responde	Em projectoRRDS *
Almacave	Estado	Par.Sª Maria Maior de Almaça.	Exterior Razoável /Interior muito Mau	Não Responde	Não Responde	Rota Medieval
Santuário	Igreja Católica	Par. Sé /Irmandade	Bom	Não Responde	Em projecto ATurel/TCR**	Não Responde
Castelo	Estado	Município/Escoteiros	Razoável	Não Responde	Não Responde	Rota Medieval
Museu	Estado	MC/IPM	Regular/Mau	Estado	IPM/RPM	Rota Medieval
Balsemão	Estado	IPPAR	Não Responde	Não Responde	Não Responde	Não Responde

* Rota Românica do Douro Sul

**Associação de Turismo Religioso/Turismo Cultural e Religioso

4.2.1. Análise quantitativa

A análise quantitativa contempla o percurso (Quadro 4.36), serviços de estacionamento (Quadro 4.37) restauração e hotelaria (Quadro 4.38), recursos humanos (Quadro 4.39), nº de visitas (Quadro 4.40 e 4.41) e utilização de fundos comunitários.

Quadro 4.36 - Percurso

	Percurso Metros	Percurso Minutos
Sé	N Responde	N Responde
Almacave	N Responde	N Responde
Santuário	N Responde	N Responde
Castelo	N Responde	N Responde
Museu	1000	50
Balsemão	60	10

Como se verifica no quadro 4.36, apenas as entidades públicas responderam a esta questão. Os serviços de estacionamento, restauração e hotelaria foram analisados anteriormente no ponto 4.1.

Dos quadros seguintes constam os pontos que resumem as respostas dadas pelas entidades.

Quadro 4.37 - Serviço de estacionamento

Tipos	Sé		Almacave		Santúario		Castelo		Museu		Balsemão	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Zona de maquinas aut.		x		x		x		x		x		x
Bar/cafetária		x		x	x			x		x		x
Restaurante		x		x	x			x		x		x
Zona de pic-nic		x		x	x			x		x		x
Alojamento		x		x	x			x		x		x

Embora a Sé, Almacave e Castelo não possuam parques, como pudemos verificar através da observação directa do espaço, os seus gestores consideraram que têm estacionamento para bicicletas e ciclomotores. Esta opção poderá dever-se ao facto de todos os monumentos possuírem um largo, que facilita o estacionamento deste tipo de veículos, principalmente dos veículos não motorizados (bicicletas).

Quadro 4.38 - Serviço de Restauração/hotelaria

Tipo de veículos	Sé		Almacave		Santúario		Castelo		Museu		Balsemão	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Bicicletas	x		x		x		x			x	x	
Ciclomotores e motocicletas	x		x		x		x			x	x	
Turismo		x		x	x			x		x	x	
Minibus		x		x	x			x		x	x	
Autocarros		x		x	x			x		x		x
Outros (especificar):												
Comentários:												

De todos os monumentos em estudo, somente o santuário possui quase todas a *facilities*, com a excepção da Zona e máquinas automática, mencionadas no quadro.

O quadro 4.39 reflecte a distribuição e o número das pessoas que intervêm na gestão e cuidado dos monumentos.

Quadro 4.39 - Recursos humanos

Pessoal de Apoio	Sé		Almacave		Santuário		Castelo*		Museu		Balsemão	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Direcção e gestão	14		2		6	1			1			
Investigadores e Conservadores										1		
Programas de difusão e didáctica												
Guias										1		
Acolhimento do público					1				1			
Vigilantes	1								1	3	1**	
Pessoal de bar/ restaurante												
Pessoal de limpeza		2			1	2				3		1
Outros						1			2			
Total	15	2	2	0	8	4	-	-	5	8	1	1

*Escoteiros quando solicitados

** A pessoa que faz a vigilância, acompanha também os visitantes e faz de guia

Desta análise, ressalta o facto de apenas no Museu se verificar uma distribuição homogénea dos recursos humanos. Verificámos também que, relativamente ao voluntariado, encontra-se significativa participação, essencialmente nos monumentos religiosos, onde várias pessoas colaboram em acções de limpeza e arranjos florais. No Castelo são considerados “voluntariado” os escoteiros (Quadro 4.40).

Quadro 4.40 - Outros Recursos Humanos

Outro Pessoal	Sé		Almacave		Santuário		Castelo		Museu		Balsemão	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Externo		x		x		x		x	x			x
Voluntários	x		x			x	x		x			x
Outros		x		x	x			x		x		x

Como se encontra explícito no quadro 4.41, todos os monumentos estão abertos ao público, durante a maior parte dos dias do ano, ao contrário do Castelo que não cumpre nenhum horário de funcionamento.

Quadro 4.41 - Visitas

Número de visitas por dias	Sé	Almacave	Santuário	Castelo	Museu	Balsemão
Dias anuais de abertura ao público	365	365	365	-	308	**
Horas anuais de abertura ao público	-	-	-	-	1688,5	-
Período/dias que fecha por ano (especificar):	Nunca	Nunca	Nunca	-	*	***

*Todas as segundas - feira, Domingo de Páscoa e feriados de Ano novo, 1º e Maio, 25 de Dezembro e 8 de Setembro (Feriado Nacional)

** Todos os dias, excepto segundas – feira e terças da parte da manhã e um fim-de-semana por mês

*** Férias da funcionária, 25 de Dezembro e 1º de Janeiro

Quanto ao número de visititas anuais, apenas as instituições públicas forneceram os dados relativos a este item (Quadro 4.42). O santuário também apresenta números de visitantes, mas estes só se referem aos dias da sua festa anual. Convém salientar que nessa semana festiva, o Santuário ultrapassa, largamente, o número de visitas anuais do Museu e S. Pedro Balsemão.

Ultimando a análise quantitativa, verificamos que apenas o Museu utilizou fundos relativos a programas europeus, quer através do IPM, quer através de acções desenvolvidas pela da Liga dos Amigos do Museu e pela Universidade Sénior.

Quadro 4.42 - Nº de visitantes anuais

Número de visitas por ano	2002	2003	2005
Museu	15.602	14.487	18.702
S. Pedro Balsemão	2.600	2.800	2.995
Santuário da Nossa Senhora dos Remédios.*	30.000	35.000	35.000

*Estes números só se referem a contabilidade durante as festas do santuário 2005.

4.2.2. Análise Qualitativa

A análise qualitativa subdivide-se em: horários, serviços para visitantes, acessibilidades, equipamentos/interpretação, meios interpretativos (não pessoais/pessoais), estudos sobre os visitantes, material de difusão/comunicação, impacto socio-económico, vínculos com instituições e agentes de zona, participação do monumento em projectos de investigação e desenvolvimento.

Relativamente aos horários, essa informação já foi trabalhada no ponto 4.1. Podemos no entanto realçar o facto do Castelo, segundo a Câmara Municipal, entidade gestora do monumento, não possuir nenhum horário de funcionamento. Porém, segundo a informação

que nos foi facultada pelos escoteiros, este monumento dispõe de um horário de Inverno e outro de Verão.

No item serviços para os visitantes (Quadro 4.43), a Sé respondeu afirmativamente aos lavabos e à sala de exposições permanentes - embora esta se encontre fechada devido a problemas de conservação no seu soalho.

Quadro 4.43 - Serviços para visitantes

Serviços	Sé		Almacave		Santúario		Castelo		Museu		Balsemão	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Ponto de atenção ao pub. mostrador				X				X	X			X
Atendimento em vários idiomas				X				X	X		X	
Lavabos		X	X		X			X	X			X
Lavabos p/ deficientes				X				X		X		X
Sala de exposições permanentes		X		X			X		X			X
Sala de exposições temp.				X				X	X			X
Centro de doc/Biblioteca				X				X	X			X
Sala de primeiros socorros				X				X		X		X
Outros espaços				X				X	X			X
Loja de recordações				X	X			X	X			X
Comentários:												

O único serviço que Almacave possui são os lavabos – localizados na sua torre, mas, segundo o seu gestor, encontram-se em más condições. Os gestores do Castelo têm como serviço para visitantes uma sala de exposições permanentes - o espólio dos escoteiros.

O Museu, quanto aos serviços, respondeu afirmativamente a todos os itens, com excepção da sala de primeiros socorros. No entanto, indica que dispõe de equipamentos para o efeito. Outras especificações, dadas por esta entidade, dizem respeito ao atendimento efectuado em dois idiomas, Português e Inglês; a “outros espaços”, uma oficina de restauro de têxteis. Por último, o responsável do IPPAR por S. Pedro Balsemão afirma que o atendimento é realizado em vários idiomas, através dos desdobráveis que se encontram à venda no monumento.

Quadro 4.44 - Equipamentos e interpretação

Equipamentos /interpretação	Sé		Almacave		Santuário		Castelo		Museu		Balsemão	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Sem Barreiras arquitectónicas		x		x		x		x		x		x
Adap, para pess. com incapacidade visual, auditiva, motora ou psíquica				x	x			x		x		x
Está sinalizado convenientemente nas principais vias de acesso.		x		x	x			x		x	x	
A entrada do monumento existe sinalização	x			x	x			x	x			x
No interior do monumento	x			x		x		x	x			x
Idiomas escolhido para a sinalização?									x			
Existe um museu ou centro de interpretação associado?	x			x		x	x	x				x

No item Equipamentos e Interpretação (Quadro 4.44), salientamos que todos os monumentos têm barreiras arquitectónicas e nenhum está adaptado para pessoas portadoras de algum tipo de incapacidade física. É de salientar que apenas o Santuário tem prevista a implementação das condições necessárias para o acesso de pessoas portadoras de deficiência motora.⁶⁷

Quadro 4.45 - Equipamentos e interpretação: meios pessoais

Meios pessoais	Sé		Almacave		Santuário		Castelo		Museu		Balsemão	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Visitas guiadas		x				x	x		x		x	
Conferências		x				x		x	x		x	

Nos equipamentos de interpretação, o Museu é o monumento que se encontra em melhor situação (Quadro 4.45 e 4.46). Quanto aos restantes monumentos, podemos anotar o seguinte: Balsemão possui um desdobrável, não gratuito, e conta também com a apresentação da funcionária do IPPAR; o Santuário tem um pequeno texto em português, encaixilhado, na entrada da Igreja do lado esquerdo; a Sé possui um pequeno texto escrito⁶⁸ (Fig. 4.1), colado num cartão, em inglês, francês e português; o Castelo conta com

⁶⁷ Em Agosto do corrente ano foram colocadas rampas de acesso para deficientes motores.

⁶⁸ No verão de 2006 foi colocado um novo suporte informativo. Embora bastante melhorado em termos gráficos, fica muito aquém do que deve ser um painel informativo: tamanho de uma folha A4, com uma letra muito pequena quase ilegível, e colocação num local sem iluminação. A colocação desta placa foi uma das primeiras iniciativas da Associação para a Valorização e Defesa do Património (<http://www.lamegohoje.com/index.asp?idedicao=175&idsecao=1292&id=7165&action=noticia>).

a explicação dada pelos escoteiros e Almacave não possui nenhum tipo de meios interpretativos (Quadro 4.45 e 4.46).

Quadro 4.46 - Equipamentos e interpretação: meios não pessoais

Meios não pessoais	Sé		Almacave		Santuário		Castelo		Museu		Balsemão	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Sinais e marcas para visitas auto-guiadas		x		x		x		x	x			x
Publicações para serem usadas <i>in-situ</i> (folhetos, mapas, guias)		x		x		x		x	x		x	x
Percurso pedestre auto-guiado (mediante: folhetos, sinais, painéis ou gravações)		x		x		x		x	x			x
Uso de auto-guias		x		x		x		x		x		x

Figura 4.1 - Textos informativos



Texto informativo Santuário



Texto informativo Sé

Relativamente aos estudos sobre os visitantes, apenas o Museu de Lamego realiza questionários.

Quanto a material de difusão/comunicação, verificamos, mais uma vez, que o Museu é a única entidade que apresenta uma estrutura organizada de divulgação e comunicação (Quadro 4.47).

Os monumentos que têm vínculos com instituições e agentes da zona são, nomeadamente, o Museu e Balsemão. Relativamente ao último, existe um vínculo com outros monumentos afectos ao IPPAR

A participação dos monumentos em projectos de investigação e desenvolvimento é somente realizada pelo Museu.

Após a análise do questionário aos gestores, podemos concluir que a administração dos monumentos, em Lamego, apresenta diversas fragilidades, principalmente no que diz

respeito à ligação com os visitantes. Mas, curiosamente, os resultados dos questionários aos visitantes não demonstram essas lacunas.

Quadro 4.47 - Existência de material de difusão/ comunicação

Material de promoção	Sé	Almacave	Santuário	Castelo	Museu	Balsemão
Página web	N	N	N	N	S*	N
Cartazes promocionais/informativos	N	N	N	N	S	N
Folhetos (gratuitos)	N	N	N	N	S	N
Catálogo	N	N	N	N	S	N
Publicações periódicas	N	N	N	N	N	N
Material educativo	N	N	N	N	S	N
Produtos de Merchandising	N	N	S	N	S	N

N – não; S – sim

* Disponível a partir de Outubro de 2006

Este facto pode ser relacionado a um tipo de público menos exigente, uma vez que a maioria dos visitantes não podem ser catalogados como “visitantes culturais”. Por outro lado, os estudantes que representam grande parte da amostra podem ainda não ser muito críticos, até porque a muito deles falta, provavelmente, a experiência de visitar outros locais fora da região e/ou do país. Convém ainda salientar que quatro dos monumentos em estudo estão ligados à religião católica. É por isso natural que as críticas não sejam mais expressivas e acutilantes, pois os visitantes tendem a valorizar mais a mística do espaço do que sua adequada gestão.

No entanto, ficou claro que a falta de interpretação é sentida pela maioria dos inquiridos, sendo um dos pontos que a gestão deve rápida e cuidadosamente resolver.

5. PROPOSTAS E SUGESTÕES

Neste capítulo é apresentado um conjunto de recomendações sugerindo as medidas a aplicar no sentido de se melhorar a gestão do património de Lamego. As propostas, individualizadas para cada monumento, são antecedidas por uma avaliação do meio envolvente (interno e externo).

Nesta análise irão, naturalmente, existir pontos comuns a todos os monumentos, principalmente no que diz respeito aos factores externos (Oportunidades e Ameaças), pois, como facilmente se poderá compreender, a envolvente externa influencia, quase do mesmo modo, todos os monumentos estudados. Assim, optámos por assinalar a *negrito* os pontos que não são comuns a todos os monumentos, com o objectivo de tornar a leitura mais fácil.

No final deste capítulo será feita uma análise S.W.O.T, abrangendo toda a cidade e, também, será apresentada uma proposta para o desenvolvimento de Lamego enquanto destino turístico. Através desta metodologia efectuámos, por um lado, o cruzamento dos pontos fortes e fracos e, por outro, das oportunidades e ameaças, tendo como fonte de informação os dados recolhidos ao longo deste trabalho.

5.1. Análise da envolvente e propostas e sugestões (monumentos)

Sé de Lamego

Como em todas as cidades da Europa, a Catedral de Lamego constitui uma ponte de referência e de visita obrigatória.

Quadro 5.1 - Análise S.O.W.T - Sé Catedral

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Grandiosidade e monumentalidade. Agrega, num só edifício, várias épocas e estilos. Razoável estado de conservação, de um modo geral, do monumento. As imagens do Pórtico Central. Os frescos de Nazoni nas abóbas. A Capela de S. António revestida a azulejos do século XVI. A sua localização privilegiada: no centro urbano (entre o Museu e o Teatro Ribeiro Conceição). Realização de Concertos de música Sacra. Classificação como Monumento Nacional. Inclusão do monumento em quase todos os programas dos T.O's que operam na cidade. O interesse dos gestores em melhorar as condições para os visitantes. Alguma capacidade financeira do Cabido para resolver os problemas de conservação. A sua imagem ligada sempre à cidade: desdobráveis, roteiros, guias, etc. Classificação como Monumento Nacional.</p>	<p>Em pontos específicos, podemos considerar: o mau estado de conservação dos seus claustros e respectivas capelas, bem como dos altares laterais da nave principal. Insuficientes instrumentos de interpretação não pessoais e inexistência de meios de interpretação pessoais. Díficeis relações com as entidades da tutela, (IPPAR e DGEMN) Encerramento do Museu, durante grande parte do ano. Gestão de cunho religioso, com falta de recursos humanos especializados. Falta de investigação acerca do monumento. Falta de estudos acerca do seu público. Falta de funcionamento em rede, nomeadamente com o sector turístico privado (Operadores Turísticos e Agências de viagem) e público (RTDS e Câmara Municipal). Inexistência de uma política de comunicação e promoção. A falta de sinalética direccional nos eixos viários principais de entrada na cidade.</p>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Reconhecimento internacional da arte de Nasoni.</p> <p>A abertura do Museu Episcopal, que se vai localizar mesmo em frente à entrada principal da Sé.</p> <p>Os sites não oficiais que promovem a Sé.</p> <p>Programa de Urbanismo Comercial (URBCOM).</p> <p>As novas vias de comunicação que servem actualmente a cidade.</p> <p>Douro Património Mundial.</p> <p>O aumento do afluxo dos turistas para o Douro.</p> <p>A procura, cada vez maior, dos visitantes nacionais e internacionais, estimulados pela qualidade arquitectónica do produto cultural e patrimonial.</p> <p>A vontade política de conseguir transformar o património em recursos turísticos, para assim atrair a procura e, desta forma, resolver alguns dos problemas de falta de desenvolvimento ligados à interioridade.</p> <p>O novo quadro comunitário: o recurso a fundos comunitários através de propostas de conservação e dinamização do património.</p> <p>A fusão da DGMN com O IPPAR poderá trazer uma menor burocratização do sistema.</p>	<p>A crescente concorrência da oferta cultural e patrimonial, quer a nível nacional, quer a nível internacional.</p> <p>O tempo médio de estada (reduzido) dos turistas.</p> <p>A crise económica que o país atravessa.</p> <p>A pouca receptividade por parte da população em relação ao turismo.</p> <p>A imagem da cidade, demasiadamente centrada no Santuário de Nossa Senhora dos Remédios.</p> <p>Falta de parques de estacionamento na cidade.</p>

Face ao quadro, em termos de propostas e sugestões para este monumento são de considerar os seguintes factores repartidos em três grandes grupos:

Gestão e Conservação

Através de mecenato, como já sucedeu com a recuperação das pinturas de Nasoni nas abóbadas, ou de projectos que possam ser financiados por fundos comunitários, seria importante e urgente restaurar as capelas dos claustros e os altares laterais do corpo central da Sé. Acreditamos que, se estas intervenções forem devidamente divulgadas, aumentaria o fluxo de turistas na Catedral.

Meios interpretativos

Quanto aos meios interpretativos, sugerimos o uso de meios interpretativos não pessoais, uma vez que não colidem tão fortemente com o uso principal deste monumento, o culto religioso, e também por serem bem mais económicos sob o ponto de vista da gestão⁶⁹. Sendo, assim, propomos:

- A produção de publicações impressas: folhetos, guias e mapas para serem utilizados *in-situ*, bem como em sinais e marcas (para além da informação, podem guiar os visitantes).

⁶⁹ Ver sobre este assunto Black (2004).

- Painéis informativos à entrada do monumento.
- O uso de *Audio-tour*, um suporte de interpretação, relativamente económico, que permite facultar toda a informação; especialmente no caso do público estrangeiro, parece-nos ser uma boa escolha, já que esse meio permite que o turista seleccione o que lhe interessa, podendo, assim, ser mais autónomo no modo como realiza a visita.

Promoção e comunicação:

- Deve ser atribuída particular ênfase aos elementos diferenciadores do monumento (as pinturas de Nazoni, o pórtico central com as suas imagens, os painéis de azulejos do século VXII, todos pintados à mão e excelente exemplo da azulejaria portuguesa, que muito o valorizam, podendo assim alcançar um posicionamento diferenciado, em relação a outros semelhantes.
- Divulgar mais intensamente as actividades que nele têm ocorrido, mas com pouco público, tais como concertos de música sacra e teatro, levado à cena nos claustros, que por regra são pouco publicitados.
- Construção de um site oficial, incluindo visita virtual.
- A venda directa de produtos de *merchandising* (reproduções de postais antigos, réplicas de algumas das peças que estão expostas no museu, miniaturas de algumas das imagens do pórtico ligadas a fantasia e exotismo, entre outras) constituirá, também, uma excelente forma de promover e comunicar o monumento, e um bom recurso para obtenção de verbas que, em muitos casos, superam o rendimento obtido nas bilheteiras⁷⁰.

Igreja de Santa Maria de Almacave

Os pontos fortes/fracos e oportunidades e ameaças deste templo podem ser observados no quadro 5.2.

⁷⁰ Ver sobre este assunto Patin (1997) e Miranda (2001).

Quadro 5.2 - Análise S.O.W.T- Igreja de Santa Maria Maior de Almacave

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>A sua eventual ligação “histórica” às primeiras cortes de Portugal.</p> <p>Vontade por parte do seu responsável pela gestão, de transformar a Igreja num núcleo museológico.</p> <p>Suposta ligação, segundo alguns autores, ao mundo árabe (supõe-se que a actual igreja tenha sido edificada sob uma mesquita).</p> <p>A Capela do Santíssimo Sacramento com o Cristo Jansenista.</p> <p>Os azulejos no seu interior do século XVII.</p> <p>A sua localização na principal rua do comércio.</p> <p>Faz parte da rota Medieval do Douro.</p> <p>Classificação como Monumento Nacional.</p>	<p>O mau estado de conservação do seu interior.</p> <p>Falta de estudos acerca de Almacave, o que dificulta um melhor conhecimento do monumento e da própria história da cidade.</p> <p>Fraca afluência de turistas.</p> <p>Falta de sinalética direccional.</p> <p>Fraca iluminação no interior do monumento.</p> <p>O difícil relacionamento com o IPPAR.</p> <p>Gestão de cunho religioso, com falta de recursos humanos especializados.</p> <p>Falta de investigação acerca do monumento.</p> <p>Falta de estudos acerca do seu público.</p> <p>Falta de funcionamento em rede, nomeadamente com o sector turístico privado (Operadores Turísticos e Agências de viagem) e público (RTDS e Câmara Municipal).</p> <p>Inexistência de uma política de comunicação e promoção.</p> <p>A falta de sinalética direccional nos eixos viários principais de entrada na cidade.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Programa de Urbanismo Comercial (URBCOM).</p> <p>As novas vias de comunicação que servem actualmente a cidade.</p> <p>Douro Património Mundial.</p> <p>O aumento do afluxo dos turistas para o Douro.</p> <p>A procura, cada vez maior, dos visitantes nacionais e internacionais, estimulados pela qualidade arquitectónica do produto cultural e patrimonial.</p> <p>A vontade política de conseguir transformar os recursos do património em recursos turísticos, para assim atrair a procura e, desta forma, resolver alguns dos problemas de falta de desenvolvimento ligados à interioridade.</p> <p>O novo quadro comunitário: o recurso a fundos comunitários através de propostas de conservação e dinamização do património.</p> <p>A fusão da DGMN com O IPPAR poderá trazer uma menor burocratização do sistema.</p> <p>Classificação como Monumento Nacional.</p>	<p>A crescente concorrência da oferta cultural e patrimonial, quer a nível nacional, quer a nível internacional.</p> <p>O tempo médio de estada (reduzido) dos turistas.</p> <p>A crise económica que o país atravessa.</p> <p>A pouca receptividade por parte da população em relação ao turismo.</p> <p>A imagem da cidade, demasiadamente centrada no Santuário de Nossa Senhora dos Remédios.</p> <p>Falta de parques de estacionamento na cidade.</p>

Para este monumento elencámos as seguintes propostas e sugestões:

Conservação:

É o monumento que mais necessita de uma urgente intervenção, especialmente o seu altar – mor.

Interpretação:

Instalar sinalética direccional, bem como um painel informativo na entrada do monumento, com o objectivo de motivar os turistas para o visitarem, já que tem sido difícil conseguir fazê-lo nos moldes actuais.

- Realização de trabalhos arqueológicos, uma vez que pouco se sabe acerca das origens deste monumento. Poderá ter sido erguido perto de um cemitério romano ou sobre um antigo templo cristão; posteriormente, o local terá sido um cemitério islâmico e mesmo uma mesquita. Mas não há estudos que comprovem as hipóteses levantadas. As escavações permitiriam, sem dúvida, uma melhor interpretação do monumento e poderiam aumentar o fluxo de visitantes, uma vez que as obras de conservação, restauro e as escavações fazem, normalmente, com que o número de visitantes cresça.
- Representações históricas baseadas nos acontecimentos do passado (por exemplo: as primeiras Cortes) seriam uma forma de animação interessante, em que os visitantes poderiam ser convidados a participar, enquadrados numa filosofia pró-activa de leitura dos espaços patrimoniais.

Promoção e comunicação:

- A comunicação tem de apelar à imaginação e à fantasia. É, assim, importante ligá-lo ao tempo em que os muçulmanos habitavam a cidade, às conseqüentes guerras e à subsequente fundação do país. A promoção deveria ser idealizada, tendo sempre presente estes elementos históricos, porque, como já referimos, esta igreja foi profundamente modificada ao longo da sua existência, o que diminui a sua leitura como elemento arquitectónico.
- Mais uma vez, somos de opinião de que a criação de um site seria aconselhável, inserido numa comunicação global da cidade, realçando a importância específica deste templo.
- Nesta Igreja, nas celebrações anuais da independência e restauração, é colocada a bandeira nacional. Seria oportuno aproveitar esta ocasião para divulgar mais o monumento, recorrendo à realização de actividades comemorativas do evento, rememorando com fantasia o passado que lhe está intrinsecamente ligado.
- Estabelecer uma circulação no interior, condicionando os visitantes a efectuarem a saída pela antiga sala do despacho, onde se poderia criar uma pequena loja de *merchandising*, para venda de artigos ligados às lendas que envolvem a Igreja.

No quadro 5.3, observa-se a análise da envolvente interna e externa para o Santuário da Nossa Senhora dos Remédios.

Quadro 5.3 - Santuário da Nossa Senhora dos Remédios (Análise S.O.W.T)

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Ícone da cidade: a cidade é conhecida a partir do século XVII pelo seu santuário.</p> <p>A sua localização - o escadório desce até à avenida principal.</p> <p>O bom estado de conservação da igreja.</p> <p>A figura da Nossa Senhora dos Remédios, amamentando Jesus- imagem pouco comum.</p> <p>Fonte Paineil atribuída a Nazoni.</p> <p>O espólio da sala nobre, composto de quadros e objectos ligados à vida religiosa, assim como o quadro da Ferreirinha que é a imagem de marca do Porto Ferreira.</p> <p>O horário de Verão e de Inverno - as horas de abertura e fecho são mais adequadas, face aos outros monumentos.</p> <p>Possuir <i>Facilites</i>: Café, restaurante, loja de souvenirs, e alojamento.</p> <p>A ligação ao segmento do turismo cultural, sem omissão do turismo religioso.</p> <p>A gestão é assegurada por uma irmandade, onde está representada a população local.</p> <p>A sua imagem ligada sempre à cidade: em desdobráveis , vários roteiros e livros.</p> <p>Novo logotipo oficial da Câmara, na sua correspondência.</p> <p>Inclusão da visita a este monumento, em quase todos os programas dos Operadores Turísticos sedeados na cidade.</p> <p>Produtos para venda de merchandising.</p> <p>Existência de um razoável parque de estacionamento</p> <p>Em processo de negociação para adesão à TUREL/TCR (Turismo Cultural e Religioso).</p>	<p>Mau estado em que se encontram alguns patamares do escadório.</p> <p>A fraca iluminação e conseqüente vandalismo a que está sujeito todo o escadório.</p> <p>Falta de segurança no escadório que faz com existam alguns assaltos e situações de assédio sexual.</p> <p>O Hotel ter sido desclassificado, sendo hoje, só, de 2 estrelas.</p> <p>Falta de sinalética direccional em todo o Santuário.</p> <p>Política de comunicação e promoção muito centrada nas festas do Santuário.</p> <p>Gestão do monumento com falta de recursos humanos especializados.</p> <p>Falta de estudos acerca do seu público.</p> <p>Falta de funcionamento em rede, nomeadamente com o sector turístico privado (Operadores Turísticos e Agências de viagem) e público RTDS e Câmara Municipal.</p> <p>Inexistência de uma política de comunicação e promoção.</p> <p>A falta de sinalética direccional nos eixos viários principais de entrada na cidade.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Poder aliar o património construído ao património natural, através de acções que dinamizem a sua mata.</p> <p>A existência de outros Santuários Marianos no País o que pode originar uma oferta em rede.</p> <p>As novas vias de comunicação que servem actualmente a cidade.</p> <p>Douro Património Mundial.</p> <p>O aumento do afluxo dos turistas para o Douro.</p> <p>A procura, cada vez maior, dos visitantes nacionais e internacionais, estimulados pela qualidade arquitectónica do produto cultural e patrimonial.</p> <p>A vontade política de conseguir transformar os recursos do património em recursos turísticos, para assim atrair a procura e, desta forma, resolver alguns dos problemas de falta de desenvolvimento ligados à interioridade.</p> <p>O novo quadro comunitário: o recurso a fundos comunitários através de propostas de conservação e dinamização do património.</p> <p>A fusão da DGMN com O IPPAR poderá trazer uma menor burocratização do sistema.</p>	<p>Impactes sócio/culturais causados pela presença dos visitantes.</p> <p>A crescente concorrência na oferta cultural quer a nível nacional quer a nível internacional.</p> <p>O tempo médio de estada (reduzido) dos turistas.</p> <p>A crise económica que o país atravessa.</p> <p>A pouca receptividade por parte da população em relação ao turismo.</p> <p>Falta de parques de estacionamento na cidade.</p>

São as seguintes as propostas que adiantamos:

Conservação

- O Santuário, de um modo geral, está bem conservado. No entanto é necessário ter alguns cuidados. Muitas das intervenções efectuadas no escadaria não foram realizadas em colaboração com o IPPAR, entidade que o tutela, contrariando-se assim as recomendações previstas na Carta de Atenas em 1961. Por esse facto, algumas dessas obras não estão devidamente assinaladas, o que afecta a leitura da autenticidade do monumento, como é o caso de pináculos e de parte do gradeamento do escadório, substituídos nos patamares superiores.
- Relativamente aos azulejos, colocados nos patamares em 1955, e tendo em conta a sua conservação, também há problemas, como já frisámos no capítulo III deste trabalho. A Irmandade quer protegê-los e conservá-los, mas o IPPAR não partilha da mesma opinião. Esta divergência opinativa tem tido efeitos negativos, já que os azulejos vão sendo danificados, quer pelo tempo, quer pelo vandalismo. Na nossa opinião, e depois de conversarmos com um especialista em azulejaria⁷¹, dever-se-ia manter estes azulejos, que são valiosos, pois foram pintados por Fernandes Gonçalves e são provenientes da Fábrica Carvalhinho. Por outro lado, já são elementos intrinsecamente ligados ao escadório e fazem parte da sua memória mais recente.

Interpretação:

A sua arquitectura, localização e ligação ao turismo religioso são, por si só, motivos para que seja um dos monumentos mais importantes do burgo lamecense, acabando, como já referimos, por ser o ícone da cidade. Mas é necessário melhorar muito a interpretação e não restringir a sua leitura ao culto religioso. Assim propomos:

- O estabelecimento de uma parceria com a UTAD, já que o parque envolvente é rico em espécies botânicas de reconhecido valor, o que representa uma mais valia pois pode incentivar a prática do turismo da natureza.
- A criação de uma nova circulação, aproveitando os antigos caminhos de acesso ao santuário, que ainda se encontram abertos e em bom estado. Poderia ser uma forma

⁷¹ Sr. Victor Ribeiro formador na área de azulejaria.

interactiva de leitura histórica acerca do nascimento e desenvolvimento do Santuário.

- As circulações propostas deveriam integrar percursos auto-guiados, recorrendo a folhetos, sinais, painéis ou gravações utilizáveis em circuitos pré-estabelecidos.
- Elaboração de publicações (folhetos, guias e mapas) para serem utilizados *in-situ*. As respostas dadas aos questionários apontam esta falha na interpretação e, por outro lado, alguns operadores, como a Douro Azul, já pediram à Irmandade que disponibilizasse algum tipo de desdobrável informativo.

Promoção e comunicação

- A comunicação deste monumento tem passado, ao longo do tempo, pela sua ligação ao Culto Mariano. Pensamos que este vínculo se deve manter como predominante, mas completado com uma visão mais abrangente, que vá ao encontro das expectativas de outros segmentos. Neste sentido, parece-nos interessante envolver o nome de Nasoni na construção da igreja, facto que não está de todo provado. Mas não nos parece que seja muito importante. Tal como referiu Alves Tedim⁷², o mais importante para o santuário, como monumento, não é se Nasoni o projectou, ou não, mas sim ter o nome deste artista associado à obra. Neste sentido, podemos referir que o mesmo se passa no Palácio de Mateus que é publicitado como obra de Nasoni, sabendo-se que esta hipótese é quase impossível de comprovar.
- Para além desta ligação a Nazoni, pensamos que seria importante difundir a figura da Nossa Senhora dos Remédios, representando a virgem a amamentar Jesus, uma imagem com características humanizantes, pouco comum neste tipo de estatuária sacra.
- A promoção e comunicação tem de aliar, sem dúvida, o monumento à sua área envolvente - Mata dos Remédios - mas esta promoção só se pode concretizar quando se fizerem intervenções de fundo nesta área florestal.
- O quadro da Ferreirinha, que se encontra na sala Nobre do Santuário, deveria ser mais divulgado, e também mais valorizado, uma vez que é uma figura divulgada a nível nacional e internacional. Para além deste facto, a série realizada pela RTP

⁷² No 1º colóquio sobre o Turismo e Património que se realizou pela ESTGL em Abril de 2004

também contribuiu para o conhecimento desta personagem. Tendo como principal atracção este quadro, poder-se-ia criar, na sala nobre, um pequeno museu, representativo da história do santuário, aliando a sua história a todas as pessoas que de uma alguma forma intervieram nesse percurso.

Cerca e Castelo de Lamego

Quanto a este monumento a situação é a seguinte:

Quadro 5.4 - Cerca e Castelo de Lamego (Análise S.O.W.T)

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>O bom estado de conservação exterior.</p> <p>Estar integrado num bairro de características medievais que ainda possui muitas construções pouco alteradas dessa época.</p> <p>Bairro onde se insere o Castelo ainda está muito povoado.</p> <p>O melhor local para se vislumbrar toda a cidade.</p> <p>A existência um plano de pormenor para o Bairro do Castelo.</p> <p>A fusão da DGMN com o IPPAR poderá trazer uma menor burocratização do sistema.</p> <p>Classificação como Monumento Nacional.</p>	<p>A gestão caótica do Castelo, em parceria (câmara e escoteiros) sem regras nem organização e com falta de recursos humanos especializados.</p> <p>Inexistência de horários de funcionamento.</p> <p>O espólio no seu interior.</p> <p>Servir de sede aos escoteiros.</p> <p>Não se poder visitar a cisterna.</p> <p>Falta de investigação acerca do monumento.</p> <p>Falta de estudos acerca do seu público.</p> <p>Falta de funcionamento em rede, nomeadamente com o sector turístico privado (Operadores Turísticos e Agências de viagem) e público (RTDS e Câmara Municipal).</p> <p>Inexistência de uma política de comunicação e promoção.</p> <p>A falta de sinalética direccional nos eixos viários principais de entrada na cidade.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>A atractividade que este tipo de edificações militares têm para os turistas em geral.</p> <p>As novas vias de comunicação que servem actualmente a cidade.</p> <p>Douro Património Mundial.</p> <p>O aumento do afluxo dos turistas para o Douro.</p> <p>A procura, cada vez maior, dos visitantes nacionais e internacionais, estimulados pela qualidade arquitectónica do produto cultural e patrimonial.</p> <p>A vontade política de conseguir transformar os recursos do património em recursos turísticos, para assim atrair a procura e, desta forma, resolver alguns dos problemas de falta de desenvolvimento ligados à interioridade.</p> <p>O novo quadro comunitário: o recurso a fundos comunitários através de propostas de conservação e dinamização do património.</p> <p>A fusão da DGMN com O IPPAR poderá trazer uma menor burocratização do sistema.</p>	<p>A crescente concorrência da oferta cultural e patrimonial, quer a nível nacional, quer a nível internacional.</p> <p>O tempo médio de estada (reduzido) dos turistas.</p> <p>A crise económica que o país atravessa.</p> <p>A pouca receptividade por parte da população em relação ao turismo.</p> <p>A imagem da cidade, demasiadamente centrada no Santuário de Nossa Senhora dos Remédios.</p> <p>Falta de parques de estacionamento na cidade.</p>

Tendo como base a pesquisa efectuada, pode concluir-se que o Castelo é o monumento que suscita mais problemas. A ligação aos visitantes é quase inexistente, uma vez que está dependente da disponibilidade, da boa vontade e do gosto subjectivo dos escoteiros, dada a forma como ornamentam o seu interior.

Como já frisámos ao longo deste trabalho, as fortificações são muito importantes, sob o ponto de vista da atractividade dos visitantes. Assim, e em termos de futuro, a sua gestão terá que passar, obrigatoriamente, por uma estratégia que atenda às necessidades dos visitantes e dos residentes, com a colaboração da autarquia, que deve assumir as suas responsabilidades, para que este importante edifício militar possa ser conhecido, sem penosas restrições de horário.

Conservação

- A conservação exterior do Castelo é razoável. Existem, no entanto, problemas no seu interior, sobretudo nos patamares de madeira que apresentam enormes fissuras. A madeira do soalho está gasta e necessita de uma intervenção urgente. Este problema é agravado pelo desconhecimento manifestado pelos escoteiros, que não sabem qual é a capacidade de carga do monumento: o número de pessoas por piso, na época alta, varia de acordo com o que cada escoteiro considera correcto para a segurança dos visitantes.
- Relativamente a todo o Bairro do Castelo, seria importante que o plano de pormenor fosse executado, requalificando-se, assim, toda a sua área.

Interpretação

- Este monumento tem de ser apresentado como um todo. Neste sentido, seria muito positivo que a sua interpretação não se cingisse, unicamente, à Torre de Menagem, pois também o Bairro do Castelo deveria ser inserido. O esquema da organização de uma visita ao Castelo de Leeds, apresentado no capítulo III deste trabalho, é um bom exemplo de gestão a seguir.
- Elaboração de percursos auto-guiados, utilizando-se folhetos, sinais, painéis ou gravações. Esta seria uma boa aposta para a interpretação deste monumento, bem como um mapa que permitisse a leitura do espaço, com a indicação do percurso a realizar. Estes suportes poderiam ser fornecidos, gratuitamente, aos visitantes, no Posto de Turismo.
- Escavações arqueológicas são fundamentais nesta zona da cidade⁷³, permitindo a descoberta constante da história e singularidade deste local.

⁷³ Sobre a importância da arqueologia nas cidade ver (Lemos, 2004).

- Representações históricas e jogos interactivos para crianças poderiam contribuir para relembrar o passado desta antiga estrutura militar.
- Atendendo a exemplos, como o que descrevemos no capítulo quarto referente à Comarca de Valladolid em Espanha, e dadas as características que detectámos nos habitantes do bairro do Castelo (simpatia, orgulho do seu património, gosto de informar e afabilidade), julgamos que reúnem todas as condições para ali ser desenvolvido um programa de voluntariado cultural, para a interpretação do Património.

Promoção e comunicação

- Um pouco por toda a Europa e, também no nosso país, são vários os exemplos de bairros medievais recuperados. Este “produto” patrimonial tem sido de tal forma massificado, que, muitas vezes, não conseguimos distinguir as diferenças entre os vários bairros medievais que proliferam um pouco por toda a Europa. O bairro do Castelo é um lugar onde as lojas de “franchising” e o comércio internacional ainda não se instalaram. Assim, podemos considerá-lo como um bairro autêntico, o que é um ponto forte em termos de comunicação. Os programas para o promover e gerir devem concentrar-se neste eixo de diferenciação.
- Para além deste facto, existe outro património que não pode ser descurado: a cisterna (Monumento Nacional); a capela que se associa à existência da primeira Sé de Lamego; o imenso casario, algum recuperado, de traça medieval, que deve ser comunicado e interpretado, como forma de potenciar as visitas a este bairro e, conseqüentemente, à Torre de Menagem.

Museu de Lamego

Relativamente a este local, o quadro que apurámos pode ser visualizado na página seguinte. De referir que se trata, de acordo com a classificação de M. Vaquero (2002), um monumento que se pode inserir no âmbito do património de funcionalidade turística primária.

Quadro 5.5 - Museu

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>O edifício que ocupa - Antigo paço episcopal. A sua localização. Fazer parte da área ZEP da Sé. O vasto espólio. As exposições constantes. Possuir muito do espólio de monumentos que já não existem, ajudando assim à leitura da cidade. As boas relações que mantém com a tutela. A visita de muitos públicos diferentes: estudantes, turistas, especialistas, público em geral. Visitas guiadas em Português e Inglês. Produtos para venda de “merchandising”. Protocolos com várias entidades a nível local nacional e internacional.</p>	<p>O estado de conservação do seu interior. Temperatura interior no Inverno. O atraso no melhoramento previsto desde 2002. Legendagem do espólio só na língua portuguesa. A antipatia dos seus guardas. Não utilização de meios de interpretação mais modernos e sofisticados (áudio-tour, visitas virtuais através de um site, etc), para complementar os meios já existentes. Estacionamento condicionado. A falta de sinalética direccional nos eixos viários principais de entrada na cidade.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Pouca oferta de museus a nível da Região do Douro. Pertencer à Rede Nacional de Museus. O aumento constante a nível nacional e internacional da procura face aos museus. Poder vir a ser um museu, especializado, na história da cidade e do seu património, atendendo ao espólio que possui. As novas vias de comunicação que servem actualmente a cidade. Douro Património Mundial. O aumento do afluxo dos turistas para o Douro. A procura, cada vez maior, dos visitantes nacionais e internacionais, estimulados pela qualidade arquitectónica do produto cultural e patrimonial. A vontade política de conseguir transformar os recursos do património em recursos turísticos, para assim atrair a procura e, desta forma, resolver alguns dos problemas de falta de desenvolvimento ligados à interioridade. O novo quadro comunitário: o recurso a fundos comunitários através de propostas de conservação e dinamização do património.</p>	<p>A grande oferta de museus a nível nacional. O Museu do Douro, se a política deste museu ultrapassar a leitura do Douro vinhateiro, representando todo o Douro nas suas várias vertentes. A crescente concorrência da oferta cultural e patrimonial, quer a nível nacional, quer a nível internacional. O tempo médio de estada (reduzido) dos turistas. A crise económica que o país atravessa. A pouca receptividade por parte da população em relação ao turismo. A imagem da cidade, demasiadamente centrada no Santuário de Nossa Senhora dos Remédios. Falta de parques de estacionamento na cidade.</p>

Face a estes dados, as recomendações para o Museu são as seguintes:

Conservação

- O museu tem graves problemas neste âmbito e que já foram detectados pelos seus responsáveis; deverá, segundo apurámos, entrar em obras de recuperação ainda este ano.

Interpretação

- O Museu é o monumento de Lamego que possui mais meios de interpretação. Parece-nos, no entanto, que seria importante apostar em meios mais inovadores, designadamente os multimédia, que constituem hoje uma preciosa ajuda. Deveria ter uma base de dados, sempre disponível para ser usada nas exposições, ou

utilizada como complemento dos inventários disponíveis, enriquecendo o espólio museológico.

- Os sistemas de multimédia podem ser utilizados nas entradas do museu, recorrendo, por exemplo, a projecções informativas gerais do edifício e à classificação dos objectos de que dispõe. Uma outra forma de uso das NTIC no museu e que poderia ajudar a melhorar a interpretação, seria a criação de um local onde os visitantes pudessem comentar a sua experiência, bem como deixar possíveis recomendações.
- O uso de novas tecnologias poderia, também, complementar o trabalho dos guias, através de apoio auditivo e de outros sistemas, de forma a facultarem auxílio às aprendizagens dos visitantes.
- Aproveitar o facto do museu encerrar no seu interior muito do património da cidade (Capelas e esculturas, quadros, heráldica de antigas casas senhoriais, o retábulo da Sé de Lamego pintado por Vasco Fernandes, tapeçarias, achados arqueológicos referentes as épocas romana, medieval e barroca) e programar um museu mais centrado na cidade, que tenha como objectivo também ser um Centro de Interpretação aberto à importância e singularidade de Lamego.

Promoção e comunicação

- O site que está a ser construído é, sem dúvida, uma das ferramentas de comunicação e comercialização mais eficazes para este tipo de monumento. O uso da Internet pode criar realidades virtuais, restaurando peças de arte, reconstruindo monumentos ou locais, entre outros, fixando o visitante em percepções ligadas ao passado.

Capela de São Pedro Balsemão

O último monumento a ser objecto de análise é a capela de São Pedro de Balsemão (Quadro 5.6). Trata-se do único monumento em que a gestão é realizada pela tutela (IPPAR), desde 1995. Como no caso do Museu, é, também, um monumento cuja sua funcionalidade turística é considerada primária, de acordo com a classificação de V. Vaquero (2002).

Quadro 5.6 - Capela de São Pedro Balsemão

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Segundo alguns historiadores é um dos poucos monumentos visigóticos que existem na Península Ibérica.</p> <p>A sua envolvência natural.</p> <p>Ser reconhecido, desde há muito, pelo público estrangeiro</p> <p>Gestão directa realizada pelo IPPAR.</p>	<p>A falta de material promocional e informativo gratuito.</p> <p>A inexistência de um site.</p> <p>As acessibilidades.</p> <p>A inexistência de transportes públicos.</p> <p>A sua localização fora de núcleos patrimoniais.</p> <p>Parque de estacionamento limitado.</p> <p>Falta de investigação.</p> <p>Falta de estudos acerca do seu público.</p> <p>Falta de funcionamento em rede, nomeadamente com o sector turístico privado (Operadores Turísticos e Agências de Viagem) e público (RTDS e Câmara Municipal).</p> <p>Inexistência de uma política de comunicação e promoção.</p> <p>Ausência de sinalética direccional nos eixos viários principais de entrada na cidade.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>A execução do Plano de Pormenor do Bairro da Ponte virá a melhor os acessos e a sua visibilidade, na medida em que este é o caminho principal para Balsemão.</p> <p>As novas vias de comunicação que servem actualmente a cidade.</p> <p>Douro património mundial.</p> <p>O aumento do afluxo dos turistas para o Douro.</p> <p>A procura, cada vez maior, dos visitantes nacionais e internacionais, estimulados pela qualidade arquitectónica do produto cultural e patrimonial.</p> <p>A vontade política de conseguir transformar os recursos do património em recursos turísticos, para assim atrair a procura e, desta forma, resolver alguns dos problemas de falta de desenvolvimento ligados à interioridade.</p> <p>O novo quadro comunitário: o recurso a fundos comunitários através de propostas de conservação e dinamização do património.</p> <p>A fusão da DGMN com O IPPAR poderá trazer uma menor burocratização do sistema.</p>	<p>O preço exorbitante pedido pelos taxistas para levarem os turistas até ao monumento.</p> <p>A ETAR construída no rio Balsemão diminui as potencialidades do percurso pedestre até ao monumento.</p> <p>A crescente concorrência da oferta cultural e patrimonial, quer a nível nacional, quer a nível internacional.</p> <p>O tempo médio de estada (reduzido) dos turistas.</p> <p>A crise económica que o país atravessa.</p> <p>A imagem da cidade, demasiadamente centrada no Santuário de Nossa Senhora dos Remédios.</p>

Para este monumento, sugerimos o seguinte:

Conservação

- Este monumento encontra-se em bom estado de conservação. O problema situa-se mais no acesso, que permanece com problemas graves, originando desvios na procura.

Interpretação

- A sinalética direccional deve ser reforçada. Há algumas placas que indicam a direcção para o lugar de Balsemão, mas nenhuma refere a existência da capela de S. Pedro de Balsemão.

- Criar um percurso pedestre na zona envolvente devidamente sinalizado, aliando o património construído ao património natural, parece-nos que poderia ser uma boa ideia para novas formas de fruição e interpretação do monumento.
- Quanto aos meios interpretativos não pessoais, publicações impressas em folhetos, pensamos que deveriam ser gratuitos.

Promoção e comunicação

- A promoção deve centrar-se no valor histórico do monumento e na sua singularidade. Muitos autores consideram-no como um dos poucos monumentos visigóticos existentes na península Ibérica, o que é, por si só, um eixo de diferenciação muito importante.
- Este monumento está isolado, e, por isso, seria muito útil construir um site que o promovesse, já que, sem uma boa política de comunicação, não poderá almejar um número significativo de visitantes.
- Considerando que grande parte dos visitantes é estrangeira, aconselha-se, que todos os suportes de comunicação e promoção estejam traduzidos, pelo menos em Inglês.

5.2. Análise da envolvente e propostas e sugestões (Lamego)

Depois de efectuada a análise individual a cada um dos monumentos seleccionados, nesta fase do trabalho, é importante analisar a cidade no seu todo, através do desenvolvimento de um estudo abrangente da cidade de Lamego. Este estudo é necessário para que seja possível delinear um plano integrador de gestão do Património, elaborado na próxima secção.

Este plano deverá potenciar os pontos fortes, detectar e aproveitar as oportunidades, bem como, permitir delinear estratégias de actuação que combatam os pontos fracos e minimizem as ameaças existentes.

Quadro 5.7 - Cidade de Lamego

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Grandiosidade e monumentalidade.</p> <p>Grande número de Património classificado (Nacional, Público e concelhio).</p> <p>Marcos históricos de valor relevante: Sé, Castelo, Museu e Santuário da Nossa Senhora dos Remédios.</p> <p>Património Natural .</p> <p>Cidade histórica ligada à fundação da nacionalidade.</p> <p>O Museu.</p> <p>Ligação da cidade à história do vinho do Porto.</p> <p>Património civil: número de casas brasonadas.</p> <p>Cidade muito rural e provinciana.</p> <p>A sua envolvência: as grandes quintas que cercam a cidade.</p> <p>A visita a esta cidade estar incluída, em muitos dos programas dos T.O's que operam na Região do Douro.</p> <p>Das três cidades (Régua, Vila Real e Lamego) principais do Douro, Lamego, é que tem maior capacidade de retenção dos visitantes estrangeiros.</p> <p>O número de camas disponíveis na hotelaria.</p> <p>A diversidade e qualidade das unidades TER.</p> <p>Planos e estudo elaborados acerca da cidade.</p> <p>A vontade política de conseguir transformar os recursos do património em recursos turísticos, para assim atrair a procura e, desta forma, resolver alguns dos problemas de falta de desenvolvimento ligados à interioridade.</p> <p>Possuir uma Escola Superior de Tecnologia e gestão com cursos de Informação e Gestão Turística.</p>	<p>Mau estado de conservação de muito do seu património.</p> <p>Debilidade nos meios pessoais e não pessoais de interpretação da cidade.</p> <p>Falta de uma imagem identificadora.</p> <p>Falta de massa crítica.</p> <p>Falta de investigação acerca da cidade.</p> <p>Falta de estudos acerca do seu público.</p> <p>Falta de consórcios, entre o sector privado (Operadores Turísticos e Agências de Viagem, Associação Empresarial, Associação dos Hoteleiros) e público (RTDS e Câmara Municipal).</p> <p>Fraca política de comunicação e promoção.</p> <p>A falta de sinalética nos eixos principais rodoviários.</p> <p>Débil sinalética direccional dentro da cidade.</p> <p>O reduzido tempo médio de estada dos turistas na cidade.</p> <p>A imagem da cidade demasiadamente centrada no Santuário dos Remédios.</p> <p>Descaracterização da cidade devido a construção, pouco planeada, que foi realizada desde dos anos oitenta.</p> <p>PDM muito desactualizado (1994).</p> <p>Perda de serviços públicos está previsto o encerramento do hospital bem como da PSP. Já encerrou a maternidade.</p> <p>Falta de parques de estacionamento.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Douro Património Mundial.</p> <p>O aumento do afluxo dos turistas para o Douro.</p> <p>Proximidade do cais da Régua.</p> <p>A procura cada vez maior, por parte dos visitantes nacionais e internacionais, pelo produto cultural e patrimonial.</p> <p>Aumento dos turistas espanhóis na região do Douro.</p> <p>Filmes e séries realizadas no Douro, em que muitas das cenas foram rodadas em Lamego.</p> <p>Reconhecimento internacional de Nasoni.</p> <p>Museu do Douro.</p> <p>As novas vias de comunicação que existem.</p> <p>Comemorações 250 anos da Região Demarcada do Douro.</p> <p>O novo quadro comunitário.</p>	<p>A crescente concorrência na oferta cultural e patrimonial, quer a nível nacional, quer a nível internacional.</p> <p>Proximidade de duas outras cidades Viseu e Vila Real.</p> <p>O tempo médio de estada (reduzido) dos turistas.</p> <p>A pouca receptividade por parte da população em relação ao turismo.</p> <p>Impactes socio-culturais causados pela presença dos visitantes.</p> <p>Taxa de envelhecimento da população.</p> <p>A migração da população para outras cidades do país mais desenvolvidas.</p> <p>O nível de escolaridade da população Local.</p> <p>A crise económica que o país atravessa.</p> <p>A falta de sinalética direccional nas eixos principais de entrada para a cidade.</p>

5.2.1. Sugestões e propostas para a cidade de Lamego

Como ficou claro ao longo deste estudo, a cidade de Lamego possui um património vasto e diversificado, mas depara-se com vários problemas. Podemos afirmar que a sua história permanece “escondida”, sendo, por isso, necessário realizar estudos de vária ordem incluindo trabalhos arqueológicos, para que a origem e as diversas etapas da cidade sejam descobertas.

Sugerimos assim a construção de um produto que abranja todo o património de Lamego e que possa atrair, não só as pessoas residentes, mas também os especialistas e visitantes que queiram integrar a “descoberta” da cidade. Com esse objectivo, propomos, **a médio e longo prazo**, um Plano de Gestão do Património (Projecto), e **a curto prazo**, a criação de um novo itinerário destinado aos turistas que visitem a cidade:

5.2.1.1. Proposta de um Plano de Gestão: médio e longo prazo

Num artigo acerca da gestão cultural e patrimonial nas cidades, C. Fortuna (2006) refere que “(...) Parece que afinal sabemos muito sobre as cidades, mas pouco sobre a cooperação cultural. Quando é assim, não é no saber que temos que nos devemos refugiar em busca de respostas e soluções. É, ao contrário, na ousadia, na criatividade e na imaginação da acção (...)”.

Imbuídos nesta linha de pensamento e nas diversas leituras realizadas ao longo deste trabalho, decidimos esboçar uma proposta de gestão autónoma, que tem em conta as Cartas e Convenções internacionais relativas ao Património Construído, nomeadamente a Carta de Cracóvia 2000 (subscrita por Portugal).

Assim, a presente proposta pretende desenvolver um plano de gestão dinâmico, com o envolvimento de grupos especialmente interessados em todo o processo, desde a fase de concepção até à execução. Tal plano terá como eixo de diferenciação, ajustar-se e reajustar-se, através de uma monitorização permanente, atendendo aos levantamentos e descobertas que forem sendo realizadas, confrontando-se, sempre, com as necessidades, desejos e sugestões de todos os intervenientes, que, do nosso ponto de vista, devem ser não só os especialistas nas diversas áreas patrimoniais, os organismos públicos e privados, mas também os habitantes locais e os visitantes.

Para que tal plano seja exequível, é necessário criar um fundo monetário de risco, que permita alterá-lo, caso haja necessidade, perante situações imprevistas, como por exemplo, achados arqueológicos que não se esperavam encontrar, num determinado local, ou custos inesperados a suportar na recuperação do património.

Pretende-se que seja uma cidade em busca da sua identidade e singularidade, uma cidade em permanente estudo, onde todos os envolvidos terão que decidir como apresentar o património às gerações presentes e como o legar às futuras.

Será um Plano em que cada estudo ou intervenção terá de ser pensado tendo em conta o todo, que é a cidade de Lamego, enquanto objecto de estudo e/ou de fruição para os que lá passam ou moram.

Todas as intervenções devem, sempre que possível, ser visíveis para o público em geral. Neste sentido, se existirem trabalhos arqueológicos a decorrer, as áreas de trabalho não devem estar defendidas por tapumes opacos que cortem a visão, ou no caso de intervenções de conservação e restauro em igrejas e monumentos, também deve permitir-se que os visitantes as acompanhem e comentem.

A ideia da cidade histórica, em estudo interactivo, parece-nos particularmente adequada para Lamego, já que, como referimos, escasseiam estudos acerca da sua origem e do seu desenvolvimento histórico. Por outro lado, e como se confirma que é cada vez maior o número de visitantes que apreciam ter um papel activo na descoberta e fruição do património, o recurso à interactividade valoriza imenso esse gosto, estimulando as pessoas para novas visitas, na expectativa de encontrarem novos testemunhos e vestígios que entretanto possam surgir ou, simplesmente, para avaliarem os resultados do trabalho realizado.

Como referiu V. Smith (1992) nos seus estudos antropológicos acerca da relação do hospedeiro com o visitante, a “teatralidade” em muitos destinos turísticos não é bem aceite, nem pelo turista, nem pela maioria dos residentes locais. Esta forma de apresentar os destinos deixou de cativar o visitante, que cada vez mais procura a autenticidade dos locais e quer, acima de tudo, compreender o local como forma de perceber a origem e devir das cidades. Por outro lado, o aumento do capital cultural definido por Asworth (1994), faz com que os locais patrimoniais sejam muito mais procurados, e que haja por parte dos visitantes, uma exigência maior, relativamente à forma como é gerida a herança recebida.

Com este plano, pretendemos criar um património vivo e interactivo, através de uma metodologia que congrega vários saberes, sendo que todos serão importantes para a decisão final de cada etapa e prosseguimento da intervenção no local.

Face ao exposto, propomos os seguintes pontos a inserir num futuro plano de gestão do património da cidade de Lamego:

1º Envolver os grupos e entidades interessados

Qualquer plano, que proponha o desenvolvimento de um determinado local patrimonial, não funciona se não envolver os grupos interessados. Devemos ter presente que as pessoas que não se sentem incluídas na conceptualização, tendem a não considerarem os resultados futuros como seus.

Assim, dever-se-ia criar uma comissão de acompanhamento, que representasse os principais grupos interessados: **Gestores dos locais patrimoniais** (Paróquias, IPPAR; DGEMN, Município, IPM, Irmandade do Santuário dos Remédios, Escoteiros, particulares detentores de património na cidade), **representantes da população local**: (um ou dois representantes por Bairro), **Outras instituições públicas e privadas**: RTDS, Escolas (secundárias, e superiores), Juntas de Freguesia: Almacave, da Sé, e de S. Pedro Balsemão.

2º Criar uma equipa multidisciplinar

Integrando vários saberes e perspectivas de trabalho, entendemos que deveria ser constituída uma equipa multidisciplinar (Arqueólogos, Arquitectos, Historiadores, Gestores do Património, Técnicos de Turismo, entre outros) que procedesse à inventariação clara dos objectivos e à elaboração de um programa de trabalhos. Esta equipa deveria estar integrada num gabinete afecto ao Douro Património da Humanidade, para que haja uma visão global em relação ao posicionamento da cidade na região do Douro. Quanto ao líder da equipa, pensamos que deveria ser alguém, com conhecimentos profundos acerca do património local e com excelentes relações com os vários intervenientes. Neste tipo de intervenção, parece-nos mais importante as relações interpessoais do que uma liderança baseada nos grandes níveis de conhecimento do líder, que muitas vezes toma decisões de forma isolada, que acabam por não ir ao encontro das expectativas e necessidades dos diversos intervenientes, gerando deste modo tensões e fazendo com que projectos de recuperação e divulgação não se executem.

3º Desenvolvimento do projecto de gestão

Sem termos a pretensão de elaborar o plano, mas tendo presente os resultados dos questionários que aplicámos, quer às entidades gestoras, quer aos visitantes, bem como a análise directa do espaço, consideramos útil registar algumas sugestões.

Em nosso entender, o programa deve calendarizar as primeiras intervenções, em dois núcleos: no Castelo e na Almacave; isto porque tudo aponta que tenha sido nestes dois sectores que a cidade surgiu e posteriormente se desenvolveu.

Por outro lado, o Bairro do Castelo e suas imediações necessitam de intervenções prioritárias, caso contrário, muito do património, principalmente civil, irá dentro em breve desaparecer (Fig. 5.1).

Figura 5.1 - Locais no Bairro do Castelo a necessitarem de intervenção prioritária



Parece-nos, também, que é necessário encontrar uma solução rápida para a cisterna (Fig. 5.1), devido a estar muito degradada. Julgamos que depois de recuperada, poder-se-ia transformar em mais um pólo de atracção do Bairro do Castelo, como acontece, noutros centros históricos em Portugal e noutros países. A título de exemplo, podemos referir o restauro e aproveitamento de uma antiga cisterna, integrada numa fortificação portuguesa, classificada em 2004 como Património da Humanidade e que se localiza na antiga Mazagão (Marrocos). Nesta cidade, na parte superior da cisterna, encontra-se um pequeno museu que contextualiza o aparecimento da cisterna e de toda a muralha envolvente; na parte inferior, pode visitar-se o monumento e apreciar a sua magnífica construção. Neste mesmo espaço também se desenvolvem actividades, como campeonatos de xadrez para jovens e apresentação de peças de teatro.

As intervenções, para serem planeadas de forma realista, necessitam de ser complementadas por um estudo que tenha em conta a matriz de gestão: colaboradores, forma de financiamento, número de visitantes (actuais projecções para o futuro), estatuto legal, condições técnicas, entre outros factores. Muitos projectos embora bem elaborados, tendem a não ser exequíveis por utilizarem materiais muito caros, e/ou recursos altamente especializados (Harrison 1996).

Quanto aos colaboradores, este projecto poderia contar com a participação activa dos seguintes organismos e pessoas: Gabinete Técnico da Câmara Municipal, um representante

da RTDS, um representante do Museu de Lamego, um representante do Museu do Douro, a colaboração coordenada de professores e alunos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, em diversas áreas (Turismo, Informática, Electrónica). Dever-se-ia, também, assinar protocolos com a UTAD, no que diz respeito à conservação e catalogação de todo o património natural que envolve a cidade e com o Instituto Politécnico de Tomar, no âmbito da conservação.

Para que este plano seja praticável, será necessário que a cidade se candidate aos fundos financeiros, que estarão disponíveis no novo quadro comunitário. Para além desta possibilidade, o citado plano deve procurar o apoio de empresas ligadas a áreas tecnológicas, à produção de vinhos, ao sector do turismo, à construção civil, à banca, entre outras, e a particulares interessados em patrocinar o projecto ou em alguma acção de mecenato.

Quanto ao patrocínio, existem um pouco por todo o mundo casos de sucesso. Podemos por exemplo, citar, a magnífica recuperação realizada no Teatro Manoel de Vilhena⁷⁴, em La Valleta (Malta), que demorou cerca de 3 anos – a descoberta de frescos na parte exterior dos camarotes, durante as obras de recuperação, fez com que as obras de conservação se tornassem mais demoradas e dispendiosas. Toda esta recuperação contou com patrocínio do Aeroporto Internacional de Malta (MIA), que segundo o director do projecto, Prof. Sante Guido, foi uma ajuda financeira essencial. O MIA também se revelou um bom parceiro como veículo de promoção do Teatro, pois a obra e a importância foram muitas vezes mencionadas⁷⁵, tanto nas suas revistas, como no seu site.

Parece-nos também interessante incentivar e desenvolver junto dos particulares um sistema de “apadrinhamento”, em que a pessoa contribua com um donativo para alguma obra ou peça que seja necessário recuperar, ficando deste modo o seu nome ligado à recuperação efectuada. Em Zamora, por exemplo, há uma política consistente de comprar e adquirir imóveis recentes (do século XX) que escondem a muralha medieval. Em cada talhão, já valorizado, há uma placa com o nome da entidade que patrocinou a compra.

⁷⁴ Grão-Mestre da Ordem dos Hospitalários, tendo governado a ilha de Malta desde 19 de Junho de 1722 até à sua morte em 1736. Construiu o Forte Manoel e o Teatro Manoel (1731), que é tido como sendo o segundo mais antigo teatro da Europa ainda hoje em utilização.

⁷⁵ Ver <http://www.malairport.com/page.asp?n=newsdetails&i=2565> ; <http://www.timesofmalta.com/core/article.php?id=238279>

O programa para Lamego terá de considerar um plano de zonagem, que vá ao encontro da necessidade de preservação do património e que atenda às necessidades dos residentes e às expectativas dos visitantes.

4 ° Operacionalizar a gestão interactiva atendendo aos diversos públicos

Visitantes Gerais

- Criação de um site, que permita aos interessados observar as descobertas e trabalhos que estão a ser levados a cabo na cidade, dando a possibilidade aos cibernautas de manifestarem a sua opinião acerca das intervenções e da forma como todo o processo está a ser conduzido.
- Distribuir questionários em todos os locais patrimoniais. Para motivar o seu preenchimento, o visitante ficaria habilitado, por sorteio, a um fim-de-semana gratuito e interactivo, acompanhando o trabalho das equipas no terreno.

Grupos de estudantes

- Criar protocolos com Escolas do Ensino Básico, Secundário e Superior, a fim de se formarem grupos de trabalho que permitam desenvolver tipos de visitas adequadas aos interesses dos alunos e professores.
- Conceber projectos de investigação que envolvam a população estudantil, especialmente os estudantes do concelho de Lamego, já que estes representam a geração futura, que eventualmente poderá dar continuidade ao projecto.

Grupos de visitantes especialistas

- Criar visitas exclusivas para especialistas, com o objectivo, não só de dar a conhecer o património, como também registar a sua opinião acerca da forma como se está a desenvolver o projecto. Esta opinião poderia ser solicitada através de pareceres ou de um debate, em mesa redonda, no final de cada visita.
- Realização na cidade de Lamego de *workshops* e seminários, colóquios e conferências.
- Fomentar a troca de informações e encontros, com especialistas, que estejam a desenvolver projectos similares noutras cidades.

Grupos de Profissionais de Turismo (Operadores, Agentes de Viagem, Hoteleiros, Guias Turísticos)

- Reunir, periodicamente, com profissionais do sector turístico, com o intuito de os informar sobre as novas investigações e/ou descobertas e de recolher indicadores sobre a satisfação da procura turística.
- Sensibilizá-los para a importância de preservar e conservar o património, como forma de “venderem” um produto de maior qualidade.

População Local

- Realizar pequenas reuniões com os representantes da população (líderes de opinião) mantendo-os informados sobre o desenvolvimento do projecto e auscultando as suas opiniões acerca do trabalho já concluído e dos projectos de pormenor a realizar.
- Criar Programas especiais de incentivo ao voluntariado, tendo em vista a sua participação de elementos locais e seu envolvimento nas acções levadas a cabo na cidade: trabalhos arqueológicos, restauros, serviço de guias, etc.
- Criar visitas especiais para a população local.
- Aplicando mapas cognitivos⁷⁶ Lynch (1960), é possível através dos resultados, ajudar a redefinir a organização do espaço.

Emigrantes

- Consciencializá-los para a importância da conservação e preservação do património, como factor de identidade e singularidade da sua terra.
- Solicitar que colaborem no programa, apelando para darem o seu testemunho de experiências de gestão do Património que tenham observado nos países onde estão emigrados.

⁷⁶ Ver sobre este assunto <http://www.ub.es/dpss/psicamb/2324.htm>.

Colaboradores

- Facultar cursos que visem melhorar as relações interpessoais, sensibilizando-os para a forma como devem dialogar com os residentes e turistas.

5º Divulgação e comercialização

A nível da divulgação e comercialização, apresentamos as seguintes propostas:

- Conceber uma imagem centrada numa cidade histórica em estudo, em que os visitantes fazem parte do seu processo.
- Criar uma página na Internet dedicada especificamente à cidade, da qual conste, designadamente, a localização, o clima, as acessibilidades, as actividades culturais que possam estar a decorrer na cidade, os monumentos a visitar e respectivos horários, as intervenções que estão a ser levadas a cabo nesse período, tipos de visitas a realizar e reconstituição através da realidade virtual de zonas da cidade. Quanto à oferta de supra estruturas, o site deve conter informação acerca de: restauração, alojamento disponível, agências de viagem e operadores que intervêm em Lamego. Devem existir sempre *links*, no que diz respeito à oferta, para que os turistas possam desde logo fazer as suas reservas
- Desenvolver uma base de dados com algumas informações acerca dos visitantes, com o objectivo de posteriormente remeter “*new-letters*”, sempre que surja algo de novo na cidade.
- Realizar viagens de familiarização (*Fam trips*) com os operadores turísticos nacionais e estrangeiros que já trabalhem na região do Douro, e com os operadores que representem os mercados alvo desta cidade, que pelos dados recolhidos são: no mercado nacional (principalmente Lisboa e Porto) e no mercado internacional (Inglaterra, Espanha e França).
- Programar *workshops* (são muito menos dispendiosos do que as feiras de promoção turística) nos mercados alvos. Estes poderiam ser articulados com a representação das entidades privadas (hotéis, associação comercial e industrial, empresas de actividades e aventura, empresas de eventos, agências de viagens sedeadas em Lamego, restaurantes; entre outros) e públicas (Câmara Municipal e Região de Turismo Douro Sul).

- No caso de existirem achados arqueológicos de relevo, a equipa deveria criar exposições periódicas, onde poderia ser mostrado ao público esse espólio; parecidos que o Museu de Lamego seria o local ideal para expor o material recolhido.
- Criar itinerários temáticos dentro da cidade (exemplos: Arqueologia; Arquitectura Religiosa; o Barroco; a Azulejaria; Casas brasonadas; Fontes lamecenses).
- Conceber um bilhete único, com um preço atractivo, que permita visitar todos os núcleos em estudo.
- Desenvolver programas de fim-de-semana atractivos para os mercados de maior proximidade (mercado nacional e no internacional, Espanha), principalmente para a época baixa. Deveriam ser envolvidos na criação destes Programas: A Região de Turismo Douro Sul, os gestores dos monumentos, os hoteleiros, a restauração, as agências *incoming*.
- Desenvolver a ligação da cidade e do seu património ao turismo e aos agentes deste sector, através de um processo de concertação que poderá passar por uma activa intervenção da Região de Turismo Douro Sul, pela ADTURN e pela Rota do Vinho do Porto e outros actores influentes. Um importante objectivo deverá ser a integração em roteiros mais abrangentes, no sentido de aumentar a sua visibilidade e a atractividade.

5.2.1.2. Uma nova circulação⁷⁷ para os visitantes (proposta de curto prazo)

Um dos problemas que afecta a leitura do espaço histórico de Lamego, cidade que assumiu um importante papel durante a Reconquista e nos primeiros anos da monarquia portuguesa, reside no modo como os turistas são convidados a circular pelo seu interior. Com efeito, no esquema, que lhes é actualmente proposto, a maioria dos visitantes é encaminhada para o Santuário e para a Sé, ignorando a parte norte da cidade, onde se localiza o vetusto Castelo e a igreja românica de Santa Maria de Almacave.

A cidade de Chartres, em França, deparou-se, nos anos 90, com um problema idêntico. Visitada por cerca de um milhão de pessoas/ano, grande parte das visitas realizadas limitava-se à observação da Catedral e imediações, penalizando o restante património. Perante esta anomalia, os responsáveis pela cidade organizaram uma série de intervenções,

⁷⁷ Ver Anexo VIII - Mapa de circulação.

que se materializaram num parque de estacionamento, na requalificação do património civil (com o apoio dos arquitectos dos Battiments de France) e na elaboração de um adequado percurso pedestre. Com estas medidas, conseguiu-se criar um novo plano de circuitos, o que revolucionou a economia e animação do centro desta importante cidade (Patin 1997, 22-23).

No caso de Lamego, também nos parece ser essencial criar um plano de circulação que favoreça a leitura desta cidade histórica, valorizando todo o seu património e aumentando o número de visitantes. Neste contexto, achámos importante definir três núcleos de visita:

1º Núcleo (Bairro do Castelo): Abrange toda a área intramuros da Cerca. Nesta zona é possível organizar uma leitura da história da cidade, desde o longínquo tempo da Proto – História, Romanização, do período Suevo – Visigodo (durante o qual Lamego foi promovida a sede episcopal), domínio Muçulmano e Reconquista Cristã.

2º Núcleo: constituído pela rua de Almacave, zona onde hoje se localiza a igreja de Almacave, ligada à presença dos romanos e dos muçulmanos;

3º Núcleo: formado pelo Bairro da Sé, fortemente associado à fundação da nacionalidade e à formação da diocese de Lamego.

Tendo em conta os núcleos atrás descritos, propomos um plano de circulação que os envolva, de forma global. Pensamos, assim, que o percurso deveria iniciar-se na parte mais alta da cidade, onde seria necessário construir um parque de estacionamento⁷⁸, que poderia ser subterrâneo, na área onde se localiza a Câmara Municipal. É uma zona com boas

Figura 5.2 - Entrada na cidade



acessibilidades, muito próxima do Bairro do Castelo e da igreja de Almacave. Logo à entrada da cidade situa-se a Igreja do Desterro (Fig. 5.2) que deve ser visitada. Se o percurso for bem assinalado, o visitante não terá qualquer dificuldade, já que, chegando à Av. Visconde Teixeira, local onde vai desembocar todo o trânsito que vem da A24, terá apenas que subir a Avenida 5 Outubro que o conduzirá, sem limitações, à Câmara Municipal.

Chegado a este ponto, o visitante deveria usufruir de um Parque de Estacionamento e de um Posto de Turismo, onde lhes fosse facultado um mapa da cidade, com o itinerário de circulação.

⁷⁸ Está prevista a construção, para breve, de um Parque subterrâneo no Jardim Público. Ver Notícias de Vila Real de 8 de Novembro de 2006, nº 262, p. 11.

Figura 5.3 - Câmara Municipal e área circundante



Câmara Municipal (Roseira 1981, 120).

Nas imediações da Câmara, o visitante poderia observar outro monumento impar: a Igreja das Chagas, construída no ano de 1587, restaurada em 1939 e reaberta ao culto em 25 de Dezembro do mesmo ano. Possui magníficos azulejos do século XVI e fazia parte do Convento da Ordem Clarissa, que foi construído em 1588. O espólio desse convento encontra-se no Museu de Lamego.

Daqui à Praça do Comércio é um salto (Fig. 5.4). O visitante pode então apreciar o espaço que, outrora, foi o centro da cidade e onde, na Idade Média, tudo acontecia, com registo do que mais importante ia sucedendo: o mercado (que anteriormente ali funcionava); as notícias; o sagrado e o profano.

Figura 5.4 - Percurso da Câmara até à P. Comércio



Figura 5.5 - Entrada no B. Castelo



definidos.

Era também o local onde se tomavam as decisões sobre a vida do burgo, onde se apregoavam as novidades, para depois se difundirem pelas demais ruas. Era, em suma, um espaço de sociabilidade, por excelência.

Desta praça podemos ter acesso, seguindo em direcção à rua de Almacave e virando à nossa esquerda por uma antiga viela (Fig. 5.5), a uma das portas do Castelo, a Porta dos Figs. Deste modo entra-se no primeiro dos três núcleos, atrás

1º Núcleo, Bairro do Castelo: onde se poderiam visitar os seguintes pontos: epígrafes funerárias romanas, indicando, através do mapa, a área hipotética da *civitas*; indícios do povoado da reconquista; a capela do Socorro, que, segundo a tradição, ficou conhecida como local de construção da primeira Sé de Lamego; a Torre de Menagem e a muralha onde a arquitectura árabe, ainda se conserva em alguns segmentos; a cisterna construída, provavelmente, no século XIII.

Do alto da Torre de Menagem, um excelente miradouro, pode observar-se a Freguesia da Sé, onde se localizam importantes monumentos: Sé Catedral, Museu e o Teatro (Fig. 5.6).

Figura 5.6 - Vista do Castelo



Também deste local, avista-se a zona do Santuário da Senhora dos Remédios.

Concluída a visita a este primeiro núcleo, o percurso segue para a Rua de Almacave, e permite conhecer o segundo núcleo que floresceu fora das muralhas.

2º Núcleo, rua de Almacave: a Igreja de Santa Maria de Almacave, românica do século XII, assentou sobre uma necrópole romana. Segundo Teixeira (2001), a edificação deste monumento poderá radicar numa Basílica Martirial.

Junto à igreja, encontra-se o edifício do Paço Episcopal, antigamente designado por Casa de Almacave. Fica na Rua das Cortes, no cruzamento com a Rua de Almacave, tendo servido de cadeia e tribunal desta cidade, durante algum tempo. No período que decorreu entre 1828 a 1834, foi o maior depósito de presos políticos, depois da Praça de Almada e do Castelo de S. João da Barra. Mais tarde foi comprado, restaurado e habitado por Melchior Pereira Coutinho de Vilhena, ficando, por sua morte, para as sobrinhas, que o ofereceram para servir de Paço dos Bispos de Lamego. Nesta mesma casa funcionou o Tribunal da Relação do Porto, durante o cerco da Cidade Invicta (entre 1832 e 1833), pelo que tomou nome de Casa da Relação (Laranjo 1970).

Figura 5.7 - Fachadas revestidas a azulejos portugueses (alguns exemplos)



Porta nº12 /Séc. XIX

Porta nº 14, 16, 18 / Séc. XIX

Porta nº46, 48, 50 Séc. XIX

Porta nº 11.A Séc. XIX

Porta nº 29-39 Séc. XIX

Descendo a rua de Almacave, via comercial por excelência, podem observar-se casas edificadas no século XVIII, revestidas com magníficos azulejos portugueses (Fig. 5.7) (Portas:12, 14, 46, 48, 50, 56) e edificações de dois, ou mais andares, com varandas e portas em madeira, gravadas com ornamentos. Pode-se, também, admirar belos exemplares de andares em ressalto, sacadas e alguns beirais salientes.

Já quase no fim, o visitante deveria flectir à sua esquerda, em direcção à característica Rua da Olaria (Fig. 5.8), também conhecida como rua dos Sapateiros, onde há vários estabelecimentos que vendem produtos e artesanato regional.

Figura 5.8 - Rua da Olaria



ângulo com uma rua paralela muito apertada, pela qual se dispõe o corpo lateral nascente do edifício, com as suas duas janelas, evidenciando marcas de séculos diferentes: uma do século XII e outra do século XVI. Esta casa brasonada foi considerada uma das mais importantes de Lamego. Actualmente encontra-se em obras de restauro para vir a ser o futuro Museu Episcopal.

3º Núcleo, Bairro da Sé: Neste terceiro núcleo ligado à história medieval da cidade, o visitante poderá conhecer a Sé de Lamego e seus claustros.

Mesmo defronte à Sé, encontra-se a Casa do Poço (Fig. 5.9), construída por volta do século XII, fazendo

Figura 5.9 - Pormenor - janela da Casa do Poço (Rua dos Loureiros)



No Bairro da Sé, podemos encontrar vários exemplos do património civil: na Rua Visconde de Arneirós, existe uma magnífica casa seiscentista, a Casa dos Viscondes de

**Figura 5.10 - Teatro Ribeiro
Conceição**



Arneiros. Originalmente com apenas um piso, o edifício foi parcialmente destruído por um incêndio, no século passado. A reconstrução da ala esquerda, em estilo Neo-Manuelino, alterou a traça inicial do edifício. Numa rua próxima, na Rua dos Loureiros, deparamo-nos com o Solar dos Condes de Alpendurada. É uma construção do século XVII, ostentando uma magnífica fachada.

Mesmo à frente do Largo da Sé, encontra-se o Teatro Ribeiro Conceição (Fig. 5.10). A sua construção remonta ao século XVIII e era propriedade da Santa Casa da Misericórdia. Durante muitos anos funcionou ali o Hospital de Lamego. Inaugurado como sala de espectáculos em 1924, resistiu até aos anos 80, tendo encerrado definitivamente as portas no final do ano de 1987. Como já referimos anteriormente, encontra-se hoje em obras de recuperação e é propriedade da Câmara Municipal.

Bem próximo do Teatro e da Sé, o visitante pode visitar o Museu de Lamego, ponto já analisado em detalhe neste trabalho. Em frente ao Museu, destaca-se um edifício que pertenceu ao Bispo de Lamego, D. António da Trindade de Vasconcelos Pereira de Melo, concluído em 1866 (RTDS, s/d). Actualmente é a Messe de Oficiais.

Depois de percorrer esta zona nobre da cidade, o visitante poderia dirigir-se para a Av. Dr. Alfredo de Sousa, no sentido do escadório da Senhora dos Remédios. No fim da Avenida, poderia optar por subir todos os degraus até chegar à Igreja, ou deslocar-se no comboio turístico.

Se o visitante estiver integrado num grupo, o cimo da avenida, servido por um razoável Parque de Estacionamento, seria o local ideal, para o autocarro esperar pelo grupo, transportando-o, depois, ao Santuário, onde, de um outro ângulo, poderia contemplar a lindíssima vista sobre a cidade e paisagem envolvente (Fig. 5.11).

A nova proposta de circulação permitiria, não só uma leitura do espaço mais eficaz, mas também o acesso a monumentos, até agora pouco visitados e, de certo modo, esquecidos.

Figura 5.11 - Vista a partir do Santuário



Porém, muitas acções paralelas teriam de ser realizadas a curto prazo. Por nos parecerem as mais necessárias, destacamos:

- O projecto URBCOM que deveria já estar concluído, porque permite requalificar as zonas comerciais e muito degradadas do património civil;
- O plano de pormenor do Bairro do Castelo deveria também ser aplicado;
- Deveriam existir indicações e painéis informativos nas ruas que ajudassem a melhor interpretar o plano de circulação;
- Os monumentos deveriam ter um horário similar e dar resposta adequada às sugestões contidas neste trabalho, porque estamos convencidos de que, com essa mudança, os visitantes sairiam dos monumentos muito mais gratificados e estimulados para novas visitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começámos o nosso trabalho por uma breve síntese da história do conceito do Património, partindo da definição mais restrita ligada a bens de família, na época romana, passando pelo romantismo e século XX, até chegarmos ao conceito actual, surgido a partir dos anos 60, e intrinsecamente ligado à evolução da sociedade, em diversas vertentes: desenvolvimento tecnológico: aumento do tempo livre, maior rendimento disponível aliado à “democratização” da cultura, e ao desejo expresso de alguns estratos sociais em adquirir um maior “capital cultural”, como forma de diferenciação.

Verificámos que a procura pelas atracções patrimoniais tem vindo a sofrer uma transformação, abrangendo, cada vez mais, um número diversificado de segmentos. Como pudemos aferir através dos estudos apresentados, o crescimento da procura deve-se, principalmente, aos os turistas culturais gerais (e não aos turistas específicos, que só representam 9% da procura) e para os quais a cultura e o património são elementos que integram a oferta de muitos dos destinos visitados.

Através do contributo de vários autores, analisámos os princípios que devem estar presentes numa gestão sustentável do património, exemplificando com recurso a vários casos, onde a aplicação destes princípios proporcionaram uma melhoria do produto patrimonial.

Também ainda neste ponto do estudo, analisámos a situação de Lamego face aos referidos princípios de gestão que estudámos. Verificámos, assim, que de um modo geral a cidade e os seus monumentos apresentam limitações em vários aspectos (conservação, interpretação, promoção e divulgação) não permitindo desta forma, que o produto patrimonial se desenvolva.

Com o objectivo de compreendermos quais as potencialidades da região (desde os produtos até aos mercados mais atractivos), examinámos alguns dos planos de desenvolvimento turístico.

Através destes, pudemos verificar que a grande parte da procura que se dirige para a cidade Lamego, é composta por turistas culturais gerais. Isto porque, a maioria dos turistas portugueses que visitam esta região, têm como principal motivação o Turismo Fluvial e o Enoturismo. No caso dos turistas estrangeiros é o Turismo Paisagístico o mais procurado.

Assim, podemos considerar que Lamego é um complemento aos outros tipos de ofertas que existem no Douro.

Considerando a importância dos indicadores subsequentes, julgámos necessário voltar a referi-los nestas considerações finais:

Relativamente à procura:

- No ano 2000 o número de dormidas era superior ao que se registou em 2004;
- A classificação de Douro Vinhateiro não fez aumentar o número de dormidas nesta cidade, nem o número de visitantes;
- O mercado português representa o maior número de dormidas em Lamego;
- No que diz respeito às dormidas de turistas estrangeiros, devemos realçar que:
 - a) Lamego é um destino atractivo para o mercado britânico. Este dado, parece-nos muito importante, porque representa o maior mercado do Douro em termos totais de procura estrangeira, podendo este facto minimizar o problema da sazonalidade, uma vez que não se verificam oscilações tão acentuadas da procura, neste mercado, como as que se registam no mercado português. Por outro lado, no que diz respeito à procura internacional, o mercado inglês é um dos mercados, que maior apetência tem, por destinos com as características do Douro, como é referido no estudo da Deloitte (2003);
 - b) O Mercado Espanhol que tem vindo a crescer, principalmente a partir de 2003, quase duplicou o número de dormidas, face a 2002, passando de 774 para 1 058, em 2003. Em 2004, o número de dormidas duplicou, registando-se 2 326. Dada a proximidade deste mercado e o seu crescimento na região do Douro (em 2000 o número de dormidas era de 2 933, passando em 2004 para 7 600) este mercado, representa forte oportunidade para a cidade de Lamego;
- Quanto aos visitantes, destaca-se o crescimento do número de visitantes/excursionistas franceses. Este aumento, como, já explicámos é atribuído ao investimento por um operador fluvial francês. E tratam-se maioritariamente de visitantes/excursionistas com poder de compra elevado que se dirigem para esta cidade, principalmente, nos meses de Maio a Setembro e representam um fluxo de visitantes estrangeiros significativo. Estes visitantes revestem-se de um interesse

maior, pois podem transformar-se em turistas, para a cidade de Lamego, num possível retorno a esta região;

- Pelos dados disponíveis, parece-nos que os mercados alvo são: para o mercado nacional, os dois grandes centros, Lisboa e Porto, e para o mercado internacional, Espanha e Inglaterra.

Relativamente à oferta de alojamento:

- Lamego é a cidade, que dentro da Região do Douro, possui o maior número de estabelecimentos e camas, com melhor qualidade. No entanto, não é a cidade que regista um número maior de dormidas, nesta região, como se conclui através da leitura dos dados trabalhados no capítulo II.

A fim de caracterizar a nossa área de estudo - cidade de Lamego - fizemos uma abordagem da sua História, onde realçámos o seu contributo para a formação da nacionalidade. Caracterizámos, também, o presente, verificando que Lamego se encontra actualmente numa difícil situação, já que nas últimas décadas, por falta de desenvolvimento económico, tem perdido habitantes de forma acentuada. Essa perda poderá custar-lhe também, o desaparecimento de alguns serviços públicos importantes.

Paralelamente, tentámos investigar a opinião dos visitantes que se deslocam a Lamego, através de um questionário, acerca da gestão que se realiza nos monumentos. Inquirimos também os gestores, aplicando um questionário já validado.

Na perspectiva de melhorar a oferta patrimonial, pensamos ser de toda a utilidade, saber, até que ponto a gestão do património responde às necessidades e expectativas dos visitantes. As conclusões são as seguintes:

- No que diz respeito à gestão, as respostas dadas nos questionários apontam várias insuficiências, sentidas pelos turistas. Estas insuficiências passam pelo estado de conservação, sinalética direccional, acesso para deficientes, lavabos e a interpretação, sendo esta última, uma das componentes mais penalizada, em todos os monumentos.
- O Museu é o monumento que melhor responde às necessidades e expectativas dos visitantes.
- O Castelo é o monumento que mais debilidades apresenta.

Relativamente aos problemas da gestão, averiguámos que:

- Os problemas sentidos pelos gestores residem no facto das relações com as entidades que tutelam os monumentos não serem pacíficas, salvo Balsemão e Museu. Nos restantes monumentos, este factor tem provocado dois tipos de problemas. O primeiro, diz respeito à falta de conservação em todos os monumentos e o segundo prende-se com a morosidade na resposta aos projectos apresentados ao IPPAR ou DGMEN; as entidades gestoras acabam por realizar obras, sem a autorização prévia das entidades competentes, o que faz com que, muitas vezes essas obras não beneficiem a identidade do monumento.
- A falta de disponibilidade financeira é um dos maiores problemas sentidos por todos os gestores.
- As maiorias dos responsáveis são sensíveis às necessidades da procura.

Fazendo o cruzamento dos resultados dos questionários realizados aos gestores e aos visitantes, constata-se que a interpretação é uma das falhas mais graves, em quase todos os monumentos. As únicas excepções são o Museu e Balsemão.

Ora a interpretação prende-se claramente com os estudos científicos prévios e parece-nos que é aqui que residem todos os problemas subsequentes. Como refere Miranda (2001), o estudo e a investigação constituem a base de trabalho de qualquer entidade patrimonial, quer a montante (identificar, documentar e conservar) quer a jusante (apresentar e expor publicamente os resultados).

Sem investigação, não existe um levantamento sério dos seus recursos, singularidade e identidade, impossibilitando desta forma, a realização de qualquer projecto que se queira desenvolver.

Em síntese, podemos afirmar que apesar da oferta de alojamento ser adequada, dos recursos patrimoniais e do seu valor histórico, a cidade de Lamego está longe de ser um destino turístico consolidado. O crescimento tem sido demasiadamente lento. Na nossa opinião, são vários os factores responsáveis por esta morosidade: é uma zona economicamente pobre, com fracas acessibilidades, migração acentuada, principalmente nos estratos mais jovens, população com um nível escolar baixo; e outros constrangimentos, como a falta de massa crítica, de estudos e débil gestão dos recursos patrimoniais.

Por último e respondendo à pergunta inicial “se existe uma relação entre quem gere o património e o turismo” e para qual a adiantámos três hipóteses, podemos afirmar que a maioria dos monumentos se enquadra na segunda hipótese “existe uma relação muito débil entre o património e o turismo”.

Para que o futuro se desenvolva de modo diferente, será necessário, para além do que já foi referido, construir um projecto comum, que envolva todo o património e que consiga criar uma imagem de diferenciação suficientemente atractiva. As sugestões que apresentámos no capítulo anterior, pretendem ser uma contribuição para esse novo rumo.

Seria desejável no futuro aprofundar este trabalho, introduzindo outras perspectivas de abordagem que possam ser exploradas em pesquisas posteriores, nomeadamente nas áreas de Gestão Patrimonial, Marketing para o Património e desenvolvimento de estudos sob a perspectiva da Semiótica.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, D. (2005) - Os transportes. In Medeiros, Dir. *Geografia de Portugal Actividades Económicas e Espaços Geográficos*. Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, pp.334-365.
- ALBUQUERQUE, P. M. (1986) – *Lamego Raízes Históricas*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.
- AGUSTÍ, B. (2003) – *Turismo Cultural: Una reflexión desde la ciencia económica*. Análises, Portal Iberoamericano de Gestion Cultural (<http://www.gestioncultural.com>).
- ALARCÃO, J., (1998) - Introdução ao Estudo da História e Património Locais. Coimbra: Instituto de Arqueologia Faculdade de Letras de Coimbra (2ª. Ed.).
- AYLIN, O. (2000) – *Tourists in Historic Towns-Urban Conservation and Heritage Management*. Londres: E&FN Spon.
- ALMEIDA, S. (1962) – *Arte Visigótica em Portugal*. Porto: Portucalense Editora.
- AMARAL, J. (1961) – *Roteiro Ilustrado da Cidade de Lamego*. Lamego: Tipografia Moderna.
- AMARAL, R. (2003) – Um balanço sobre o estado do património - Viagem aos últimos 20 anos .In *Revista de Património Cultural e Arquitectónico, histórico*. (<http://www.património.pt/dossier>).
- API (2004) – *Plano De Desenvolvimento do Vale Do Douro*. Porto: API. (http://www.ccr-norte.pt/regnorte/pdtdvd_a.php).
- AROSO, A. (2005) – A importância da interoperabilidade dos Transportes Ferroviário na estratégia de desenvolvimento turístico no Vale do Douro e Fluvial. In *transporte em Revista* – Agosto nº 30 (<http://www.ocomboio.net/press/tr/tr-douro-01.pdf>).
- ASHWORTH, G. (1994) – From History to Heritage-From Heritage to Identity: In Search of concepts and Models. In ASWORTH, G., Larkham, P. *Building a New Heritage. - Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. Londres: Routledge, 1st Edition, pp.13-30.
- AZEVEDO, C. (1972) – *Património Artístico da Região Duriense*. Régua: Imprensa do Douro.
- AZEVEDO, C. (1974) – *Brasões e Casas Brasonadas do Douro*. Lamego: Gráfica de Lamego.
- AZEVEDO, C (1986) – *Portugal Monumental, Inventário Ilustrado - Trás-os-Montes e Alto Douro*: Gesta.
- BALL, T. (1997) – *The conservation of Archaeological Sites in The Mediterranean Region*. Los Angeles The Getty Foundation Institute.
- BARBOSA, M. e ZAMBONI, R. (2000) – *Formação de um Cluster em torno do Turismo de Natureza Sustentável*. Brasília: MS IPEA e CEPAL.
- BARBOSA, P. (1982) – *Património Cultural -Cadernos F.A.O.J*. Lisboa: Edições F.A.O.J.
- BELL, J. (1993) – *Como realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- BERGALLO, A. B. (1997) Los centros de Interpretacion en Áreas Protegidas. In *Estudios y Perspectivas en Turismo*. Vol 6, pp.209-221.
- BIANCHI DE AGUIAR, F. (Coord), (2000) – *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial* (http://www.espigueiro.pt/douro-vinhateiro/pt/index_pt.html).
- BLACK, G. (2004) – Desenvolvimento do Conceito. In DRUMMOND, S e IAN, Y. (2004), *Questões de Qualidade nas Atracções de Visitação a património*. Brasil: Editora Roca LDA.
- BONIFACE, P. (1995) – *Managing Quality Tourism*. Londres: Routledge.
- BOURDIEU, S. (1984) – *Distinction: A social Critique of the judgement of taste*. Londres: Routledge.
- BRIGGS, S. (1999) – *Marketing para o Turismo no Século XXI*. Lisboa: Edições CETOP.
- BRIGGS, S. (2000) – Cultural Tourism. How you can benefit. In *Tourism marketing advice for museums, galleries, theatres, and all arts venues and organisations* (<http://www.gestioncultural.org/gc/es/pdf/tc-england.pdf>).

- BUTLER, R. (1980) – The concept of a Tourist area cycle evolution: implications for management of resources. In *Canadian Geographer*, nº24, pp. 5-12.
- CABRAL, F. (2002) – *Festas de Nossa Senhora dos Remédios – A Romaria de Portugal*. Viseu: Edição do Autor.
- CAVACO, C. (2005) – O Turismo e as Novas Dinâmicas Territoriais. In Medeiros, Dir. *Geografia de Portugal Actividades Económicas e Espaços Geográficos*. Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, pp.372-380
- CARVALHO, J. (1966) – *Sé Catedral de Lamego – Guia do Visitante*. Lamego: Paroquia da Sé.
- CARVALHO, (1999) Museu de Lamego. In *Inventário DGEMN*.
(http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx)
- C.M.L. (1994) – *Plano Director Municipal de Lamego*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.
- C.M.L. (2006) – *Monumentos na Cidade de Lamego*. Lamego: CML (http://www.cmlamego.pt/index_2.htm).
- CARMO, H.; FERREIRA, M. (1998) – *Metodologia da Investigação - Guia para a auto aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- C.P.A.D.R. (2005) – La gestion del patrimonio Cultural y Turismo. In *Conclusiones Jornadas Técnicas*, Grupo LEADER +Tierra Estella
(http://redrural.mapya.es/web/temas/conclusiones_jornadas/Documentos/Conclusiones_%20Estella.pdf).
- CENTENO, R. (1983) – A Dominação Romana. In SARAIVA, J. Dir. *História de Portugal, Origens-1245*. Vol 1. Lisboa: Edições Alfa, pp.149-212.
- CHOAY, F. (2001) – *A Alegoria do Património*. Edições Unespo
- COELHO, C.; CORREIA, V., (1998), Introdução ao Marketing. Viseu. PRAEDUCAR: pp. 93-94.
- CORREIA, V. (1924) – *Monumentos e Esculturas*. Lisboa: Editora Livraria Ferin.
- CORREIA, V. (1928) – Arte visigótica. In PERES, D. Dir. *História de Portugal Vol.1, Edição Monumental da Portucalense*. Barcelos: Portucalense Editora Lda, pp. 365-399.
- COSTA; J., et al. (2001) – *Tendências Internacionais em Turismo*. Lisboa: LIDEL Edições Técnicas.
- COSTA, M., (2001) – O Castelo de Lamego e Cisterna - *Inventário DGEMN*
(http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx).
- COSTA, M. (1963) – *As Origens das Igrejas Lamecenses*. Porto: Ed Empresa de Publicidade do Norte, S.A.R.L.
- COSTA, M. (1977) – *História do Bispado e Cidade de Lamego*, Volume I- Idade Média: A Mitra e o Município. Lamego: Edição do Autor.
- COSTA, M. (1979) – *História do Bispado e Cidade de Lamego*, Volume II Idade Média: Paróquias e Conventos. Lamego: Edição do Autor.
- COSTA, M. (1982) – *História do Bispado e Cidade de Lamego*, Volume III – Renascimento. Lamego: Edição do Autor.
- COSTA, M. (1986) – *História do Bispado e Cidade de Lamego*, Volume V – Barroco. Lamego: Edição do Autor.
- CRAICK, (1997) – The Culture of tourism. In Rojeck, C., Urry, J. (1997) *Touring Cultures-Transformation of Travel and Theory*. Londres: Routledge, pp.113-136.
- CUNHA, L. (2001) – *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- CURADO, H. (1996) – *Cultural Tourism in Portugal*. In Richards, G. *Cultural Tourism in Europe*. Reino Unido: Cab Internacional, pp.181-194. (<http://www.atlaseuro.org/pages/pdf/cultural%20tourism%20in%20europe.PDF>).
- DELOITTE CONSULTING / Neo Turis (2003) – Potencial de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro. In *Turismo no Vale do Douro*: API, pp. 38-42.

- DIAS, A. (1947) – Lamego Século VXVI. Viseu: Edições Beira e Douro.
- DIAS, A. (1950) – Lamego Século VXVIII. Viseu: Edições Beira e Douro.
- DRUMMOND, S. ; IAN, Y. (2004) – *Questões de Qualidade nas Atracções de Visitação a Património*. Brasil: Editora Roca LDA.
- FABIÃO, C. (1992) – A II Idade do Ferro. In MATTOSO, J., Dir. *História de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores., pp.167-202.
- ESPERANÇA, E. (1997) – *Património, Comunicação, Políticas e Práticas*. Lisboa: Edições Veja
- FENANDES, de A. (1963) – *As origens das Igrejas da Diocese Lamecense*. Porto.
- FERNANDES, J.M. (1993) – Património e Memórias. In *Arquitectura Portuguesa - Temas actuais*. Lisboa: Cotovia, pp. 43-63.
- FERNANDES, R. (2001) – *Descrição do Terreno ao redor de Lamego duas léguas (1531-1532)*. Lamego: Beira Douro – Associação de Desenvolvido do Vale do Douro.
- FIGUEIREDO, P. (2002) – Igreja de Santa Maria de Almacave. In *Inventario DGEMN* (http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx).
- FORTUNA, C. (1997) – *Le centre historique et monumentaux de viés*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- FORTUNA, C. (2006) – Culturas urbanas e desafios à cooperação cultural. In *revista de Cultura – Pensar Iberoamericá*, nº 9 (<http://www.oei.es/pensariberoamerica/ric09a06.htm>).
- FRANÇA, J. (1996) – *O Património Cultural Sentido e Evolução – Direito do património Cultural*. Lisboa: INA, pp. 23-39.
- FUNARI, P. (2000) – Os desafios da destruição e conservação do património cultural no Brasil. *InArquitextos n° 077Vitruvius LivrariaVirtual* (<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp013.asp>).
- GARCIA, E. (2003) – *Moedas Visigodas de Lamecum*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.
- GAZES, G. ; PRINTICE, E. (1996) - *Le Tourisme Urban*. Paris: PUF.
- GOMEZ, R. (2002) – *Patrimonio Cultural y Turismo*. Portal informativo de Salta (<http://www.camdipsalta.gov.ar/INFSALTA/patricul.htm>).
- HARVEY, D. (1989) – *The Condition of Posmodernity*. Oxford: Basil Blackwell.
- HARRISON, R. (1996) – *Manual of Heritage Management*, 2ª edição. Oxford: Butterworth Heineman.
- HENRIQUES, C. (2003) – *Turismo Cidade e Cultura - Planeamento e Gestão Sustentável*. Lisboa: Edições Sílabo.
- HERNÁNDEZ, B. ; TRESSERRAS, J. (2005) – *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona: Ariel.
- ICOMOS, (1999) – *Cultural Tourism Charter*. Paris: ICOMOS. (<http://www.icomos.org>).
- IPPAR (2006) - *Capela de São Pedro de Balsemão* (http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=71135).
- IPPAR (1996) – *Critérios de classificação de bens imóveis*. Lisboa: Ministério da Cultura.
- INE (2001) – Censos 2001-Definitivos: XIV recenseamento geral da população (www.ine.pt/censos2001).
- INSKEEP, E. (1991) – *Tourism Planning: An integrated and sustainable development approach*. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold.
- KINSEY, W. (1877) – *Portugal illustrated*, Londres: s.n.
- KOTLER, P. (1996) – *Administração de marketing*. São Paulo: Atlas, (4ªed).
- LAWS, E. (2004) – Análise das qualidade para locais de visitação a património. In DRUMMOND, S e IAN, Y. *Questões de Qualidade nas Atracções de Visitação a Património*. Brasil: Editora Roca LDA.

- LAMBIN, J. (2000) – *Marketing Estratégico*. Amadora: MCGRAW – HILL.
- LANQUAR, R. (2001) – *Marketing Turístico*. Espanha: Ariel Turismo.
- LARANJO, F. (1989) – *Lamego Antiga*. Câmara Municipal de Lamego: Éden Gráfica, Lda.
- LARANJO, F. (1990) – *Cidade de Lamego - Sé Catedral de Lamego*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.
- LARANJO, F. (1991) – *Cidade de Lamego - Museu de Lamego*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.
- LARANJO, F. (1994) – *Cidade de Lamego – Castelo*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.
- LARANJO, F. (1996) – *Cidade de Lamego - A Igreja de Santa Maria Maior de Almacave*: Câmara Municipal de Lamego.
- LARKHAM, P. (1996) – *Conservation And The City*. Londres: Routledge.
- LEMOES, S. (2004) – A salvaguarda do património arqueológico em contexto urbano . In Revista *Património estudos*. Lisboa: PPAR, ISSN 1645-2453, pp.33-40.
- LYNCH, K. (1960) – *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.
- LOPES, F. (2003) – O programa de incremento do turismo cultural: Dos novos conceitos e motivações sobre o património cultural à criação de produtos de qualidade. In *Centro de Estudos de Antropologia aplicada*. (<http://ceaa.ufp.pt/ceaa.htm>).
- MACHADO, J. (1997) – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Vol. IV. Lisboa: livros horizonte, (3ªed.), pp.323.
- MAGALHÃES, J.(1993) – As Estruturas da Produção Agrícola e Pastoril. In Matoso, J. Dir. *História de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 263-267.
- MAGALHÃES, R. (2005) – Entrevista . In *Revista TribunaDouro*, 17, pp.33-37.
- MAOTDR (2006) – *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*. Lisboa, (<http://www.territorioportugal.pt/>).
- MARRANA, J. (2004) – *História do Culto de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego*. Lamego: Tipografia Voz de Lamego, (3ªed.).
- MARTÍN, M. (2001) – Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la sociedade – Reflexiones críticas sobre la interpretación del Patrimonio. In Revista *Património estudos*. Lisboa: PPAR, SIN 1645-2453,pp25-31.
- MARTINS, G. OLAZABAL, M., (1996) - *Dona Antónia*. Porto: Asa.
- MCINTOSH, R. (2002) – *Turismo Princípios, Práticas e Filosofias*. Brasil: Bookman 8ªedição, pp. 246-256.
- MEI (2006) – Ministério da Economia e da Inovação - *Plano Estratégico Nacional de Turismo (2006)*. (http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MEI/Comunicacao/Programas_e_Dossiers/20060120_MEI_Prog_PENTurismo.htm).
- MIDDLETON, V. (2001) – *Marketing de Turismo*. Rio de Janeiro: Editora Campus,(4 ed.).
- MONTEREY, G. (1984) – *Terras ao Léu*. Lamego: Edição do Autor.
- MONIN,C (2000) – El Museu el Louvre y el Turismo: Relaciones ambiguas. In *Turismo Cultural: El patrimonio Histórico como Fuente de Riqueza*. Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y Leon, pp. 277-290.
- MIRANDA, M., (2001) – *Guía Práctica para la Interpretacion del patrimonio*. El arte de acercar el legado natural al público visitante. Sevilla: Junta de Andalucía,consejaria da cultura.
- O.M.T (1985) – *Role de l'Ètate dans le salvaguarde et la promotion de la culture comme facteur de development*. Madrid: Organização Mundial de Turismo.
- O.M.T. (2003) – *Turismo Internacional*. Uma visão global. Porto Alegre: Bookman (2ª ed.).
- PARTIDÁRIO, R. (1998) – Ambiente e Turismo. In *Turismo uma Actividade Estratégica Economia e Perspectiva*. Lisboa: Ministério da Economia, Vol.1,nº4,Jan/Mar1998.

- PARAIZO, R. (2002) – *Urban Heritage Representations in Hyperdocuments* (<http://www.culnat.org/download/worldHeritageConf.html>).
- PASSOS, C. (1933) – *Lamego na Arte Nacional* - Conferência efectuada em Lamego no “clube Lamecense” em 13-dezembro -1932. Porto: Artes Gráficas.
- PATIN, V. (1997) – *Tourisme et patrimoine en France et en Europe*. Paris: Éditions Les Études de la Documentation Française.
- PERALTA, E. (1997) – *Património e identidade desafios do turismo cultural* (<http://ceaa.ufp.pt/turismo3.htm>).
- PEREIRA, M., (2003) – *Os Jovens e o Património arquitectónico do concelho de Lamego: Representações, práticas e aspirações.*, Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre, Escola Superior de Educação de Viseu, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- PERÉZ, E. (2001) – *Patrones Alimenticios en la costa del Pacífico sur de Nicaragua*. In *Noticias de Antropología Y arqueología*. Argentina: Equipo naya, CD-ROM.
- PESSANHA, J. (1927) – *Arquitectura pré-românica em Portugal: São Pedro de Balsemão e São Pedro de Lourosa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PIERCE (2000) – *Semiótica*. São Paulo Brasil: Editora Perspectiva.
- PINA, M. (1992) – *Alguns exemplos de continuidades e rupturas no Alto Douro* In VI Colóquio Ibérico de Geografia *A península Ibérica - um espaço em mutação*. Porto: Instituto de Geografia da Faculdade de Letras.
- PINA, M. (1996/97) – *Algumas reflexões sobre as acessibilidades no Alto Douro* in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. Porto: Faculdade de Letras I Série, vol XII/XIII, pp. 73-124. (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1597.pdf>).
- PINA, M. (2003) – *O Alto Douro: um espaço contrastante em mutação*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PINTO, L. (2001) – *O Santuário de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego – Contributo para o estudo da sua construção 1750-1905/69*. Lamego: Edição da Câmara Municipal de Lamego.
- PINTO, J. M. (1990) – *Condições e Problemas Genéricos da Investigação Empírica*. In *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, (4ª Ed.), pp.105-114.
- PINHEIRO, N. (1999), *Património construído – marcos da história de um povo que não acaba em nós: como reconstruí-lo, como conservá-lo*. Lisboa: Coleção Fórum UNESCO
- PRENTICE, R. (1993) – *Tourism and Heritage Attractions*. Londres: Routledge.
- PORTILLO, L. (1996) – *Dicionário Enciclopédico (Vol.XIV)*, Lisboa: Ediclube.
- QUARTENAIRE PORTUGAL (2003) – *Plano De Marketing da Cidade de Lamego*, Relatório preliminar. Lisboa: Edição da Quaternaire Portugal.
- QUEIRÓS, C. (2002) – *Os Retábulos da cidade de Lamego e o seu contributo para a formação de uma escola regional, 1680-1780*, Mestrado em História da Arte em Portugal, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Câmara Municipal de Lamego.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. (1998) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva p. 155.
- RICHARDS, G.; BONINK, C., (1995) – *European Cultural Tourism Markets*, *Journal of Vacation Marketing*, 1 (2), pp.173-180.
- RICHARDS, G. (1996) – *Production and consumption of European Cultural Tourism*. *Annals of Tourism Research*, vol.23, n.º2. Netherlands: Tilburg University, 261-291.
- RICHARDS, G. (2000) – *Políticas y Actuaciones en el campo del turismo cultural europeo*. In *El Património histórico como fuente de riqueza*. Valladolid: Fundación de Patrimonio Histórico de Castilla e León, pp.69-95.
- RICHARD, G. (2001) - *Cultural Tourists or a Culture of Tourism? Developments in the European Cultural Tourism Market*. In Butcher, J. *Innovation in Cultural Tourism (Proceedings of the 5th ATLAS*

International Conference Innovatory Approaches to Culture and Tourism - 1998, Rethymmon, Crete, Greece, Netherlands).

- RITCHIE, J.; ZINS, M. (1978) - *Culture as a determinant of the attractiveness of a tourist region*. In *Annals of tourism research*, 5, pp.252-70.
- RIBEIRO, A. (Coord.) (1998) – Roteiro do Museu de Lamego: IPM.
- ROLDÁN, J. (1990) – *¿Hacia una nueva aurora «cultural» del turismo?*. In *Estudios turísticos*, nº 106.
- ROSEIRA, M., (1981). *Lamego um Passado Presente*. Lisboa: Editorial Império, Lda.
- RTDS (s/d) Região de Turismo do Douro-Sul: Capital Cultural do Douro. – Lamego. Lamego: Região de Turismo do Douro-Sul.
- SARAIVA, A. (2003) – *A Sé de Lamego - na Primeira Metade do Séc.XIV (1296-1349)*.Leiria: Edições Magno.
- SILBERBERG, T. (1995) – Cultural tourism and Business Opportunities for Museums and Heritages Sites. In *Tourism Management*, vol.16, (5), pp.361-365.
- SOUSA, G. (1998) - *Metodologia da investigação redacção e apresentação de trabalhos científicos*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- SOUSA, J. (2002) – Castelo de Lamego. Viseu: Edição do Autor.
- SHACKLE, M. (2003) - Management challenges for religion-based attractions. In Fyall et al. *A Managing Visitor Attractions-new directions*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heineman.
- TEIXEIRA, R. (2001) – *Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro*”, in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb(500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa, Edições Colibri /Câmara Municipal de Palmela, 2001.
- TURNBRIDGE, J.; ASHWORTH, G. (1996) – *Dissonant Heritage: The Management of the Past as a Resource*. Londres: John Wiley & Sons Ltd.
- UNESCO (1972) – *La Conservacion et la Restauration des Monuments et des Batiments Historiques*, Paris :UNESCO (<http://portal.unesco.org>)
- SMITH, V. (Coord) (1989) - *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- VAQUERO, C., M. (2002) – *La ciudad histórica como destino turístico*. Barcelona: Ariel.
- VAZ, J. (1982) – Inscrições romanas de Balsemão. Viseu: Beira Alta.Vol.41, p. 259-267.
- VICENTE, J. (2002) – *Conservação e valorização do património* (<http://www.ambafrance.org.br/abr/imagesdelafrance/conservpatrim.htm>).
- ZAGALLO, B. (1914) – *Tempos Áureos - história e lendas* .Porto.